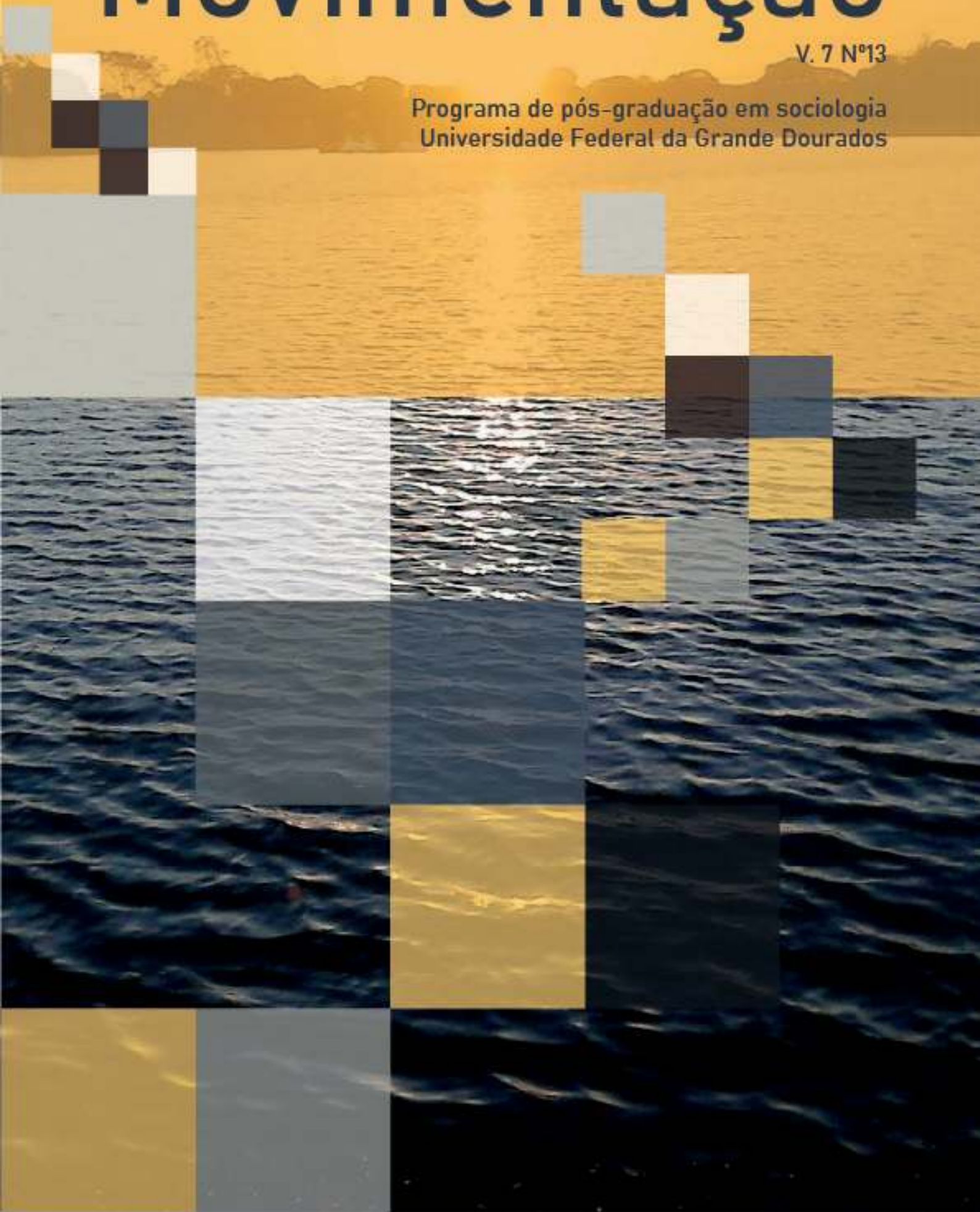
Movimentação

V. 7 Nº13

Programa de pós-graduação em sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

COED
Coordenador Editorial: Giovani Ferreira Bezerra
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
FCH
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas: Marisa de Fátima Lomba de Farias
Conselho Editorial
Claudio Reis (UFGD)
Rodolfo Arruda Leite de Barros (UFGD)

Este número é constituído por uma coletânia de artigos com temáticas variadas.

Conselho Consultivo Alzira Salete Menegat (UFGD) André Dioney Fonseca (UFOPA) André Luiz da Silva Lima (FIOCRUZ) André Luiz Faisting (UFGD) Bernardo Mattes Caprara (UFFS) Bruno Bolognesi (UNILA) Carlos Daniel Paz (UNICEN) César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT) Claudio Reis (UFGD) Daniel Auad (UFJF) Daniel Estevão Ramos de Miranda (UFMS) David Junior de Souza Silva (UNIFAP) Eduardo de Melo Salgueiro (UNIFESSPA) Eduardo Guerini (UNIVALI) Estela Márcia Rondina Scandola (ESP) Fabricio Antonio Deffacci (UEMS) Fabrício de Sousa (IFMA) Felipe Addor (SOLTEC/UFRJ) Gianne Cristina dos Reis (FIOCRUZ) George Freitas Rosa de Araujo (UFF) Glaucia Lelis Alves (UFRJ) Guillermo Alfredo Johnson (UFMA) Gustavo de Souza Preussler (UFGD) Gustavo Villela Lima da Costa (UFMS) Ilsyane do Rocio Kmitta (UEMS) Ivan Fortunato (IFSP) (PPGEd-UFSCar) Ivo dos Santos Farias (UNESP) Jorgiene dos Santos Oliveira (UFSCAR) José Barreto Santos (UEMS) Josimar Priori (UFSCAR) Karina Augusta Limonta Vieira (UEMG) Lílian do Valle (UERJ) Luis Enrique Casais Padilla (UFES) Luiz Henrique Eloy Amado (UCDB) Maria Gilvania Valdivino Silva (USP) Maria Orlanda Pinassi (UNESP) Marcos Antonio da Silva (UFGD) Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD) Michel Goulart da Silva (IFC) Natália Araújo de Oliveira (UFRGS) Patrícia Alves Ramiro (UFPB) Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD) Rodrigo Dolandeli Santos (UNICAMP) Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD) Sabrina Miranda Areco (UEMS) Sebastian Gomez (UBA) Silvia Helena Andrade Brito (UFMS) Silvino Areco (UFMS) Sirley Lizott Tedeschi (UEMS) Tamara de Souza Campos (UNESA) Theófilo Machado Rodrigues (UFRJ) Vanessa Clementino Furtado (UFMT) Vinicius Parolin Wohnrath (UNICAMP) Zeca José Barreto Santos (UEMS)

Movimentação [recurso eletrônico] / Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun., 2014)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014-

Semestral.
Modo de acesso: World Wide Web:
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>.
ISSN 2358-9205 (online).

1. Sociologia. 2. Educação. 3. Universidade Federal da Grande Douradas – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alison Antonio de Souza - CRB1 2722.

V.7 nº.13, jul./dez. 2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS**
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Movimentação, Dourados, MS, V.7, nº.13, jul./dez. 2020



MOVIMENTAÇÃO
v. 7, n.13, jul./dez., 2020

EDITOR
Claudio Reis
Coordenador do Curso de Ciências Sociais - FCH - UFGD
Editor(a) Gerente:
Vitor Hugo Rinaldini Guidotti - UFSCar
Editor(a) de Seção:
Maysa Lima de Souza - UFMS
Editor(a) de Layout:
Marise Massen Frainer - UFGD

REVISÃO
A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

CAPA e DIAGRAMAÇÃO
Marise Massen Frainer

Os textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as, e não expressam necessariamente a opinião do Conselho Editorial. É autorizada a reprodução dos artigos publicados, desde que não se alterem seus conteúdos e seja citada a fonte.

Sumário

Artigos

1. Por uma reflexão sociológica acerca da racionalidade neoliberal 07

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira

2. Da interpretação de Gilberto Freyre e Roberto Damatta sobre a formação moderna da sociedade brasileira à crítica sociológica de Jesse de Souza 17

João Gustavo Jara Russo

Wellington dos Santos

3. Rousseau: do estado natural ao estado civil 31

Michel Goulart da Silva

4. Aspectos da politica sul-mato-grossense: uma breve análise de conjuntura 41

Ailton Souza

5. Planos nacionais de reforma agrária: uma leitura a partir dos movimentos sociais 59

Alex Sandro Possamai da Silva

Claudinei Lucio Santos

6. André Ventura– Por Portugal pelos portugueses 73

José Pedro Reis

7. O projeto de mulheres arquitetas na revista Projeto nos anos 1980 91

Kelly Cristina Magalhães

Maria Luiza Pereira

Por Uma Reflexão Sociológica Acerca da Racionalidade Neoliberal

Submetido em: 20/10/2020, aprovado em: 08/12/2020
10.30612/mvt.v7i13.12846
Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira[1]

RESUMO: O presente artigo objetiva realizar uma reflexão inicial sobre as categorias de racionalidade e dominação através do Neoliberalismo como fenômeno político, social e econômico. Sendo uma pesquisa de cunho bibliográfico, a reflexão foi embasada nos conceitos de dominação e racionalidade legal de Max Weber e no declínio vocacional de George Simmel. Procura-se também, inserir os estudos dos sociólogos franceses Christian Laval e Françoa Dardot sobre a racionalidade neoliberal contemporânea. Dessa forma, o artigo está dividido em três partes: a) Racionalidade e dominação: o desprendimento de si na modernidade; b) Um debate acerca do Neoliberalismo: uma nova "racionalidade" do ser? c) A neutralidade do gerencialismo na administração pública; além da introdução e considerações finais. Como principais elementos do nosso estudo, salientamos o elemento aparentemente neutro sob o qual o neoliberalismo coloniza as administrações estatais perante o prisma do gerencialismo, o que evidencia a necessidade de pesquisas empíricas sobre a temática.

Palavras-chave: Estado. Neoliberalismo. Dominação. Racionalidade. Administração Pública.

Towards a sociological reflection on neoliberal rationality

ABSTRACT: This article aims to make an initial reflection on the categories of rationality and domination through neoliberalism as a political, social and economic phenomenon. As a bibliographical research, the reflection was based on the concepts of domination and legal rationality of Max Weber and the vocational decline of George Simmel. It also seeks to insert the studies of French sociologists Christian Laval and Françoa Dardot on contemporary neoliberal rationality. Thus, the article is divided into three parts: a) Rationality and domination: selflessness in modernity; b) A debate about neoliberalism: a new "rationality" of being? c) The neutrality of managerialism in public administration; beyond the introduction and final considerations. As main elements of our study, we highlight the apparently neutral element under which neoliberalism colonizes state administrations from the perspective of managerialism, which highlights the need for empirical

1 Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Bacharel em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS/UFCG). E-mail: kleiton_wagner@hotmail.com

research on the subject.

Keywords: State. Neoliberalism. Domination. Rationality. Public administration.

Para una reflexión sociológica sobre la racionalidad neoliberal

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo hacer una reflexión inicial sobre las categorías de racionalidad y dominación a través del neoliberalismo como fenómeno político, social y económico. Como investigación bibliográfica, la reflexión se basó en los conceptos de dominación y racionalidad jurídica de Max Weber y el declive vocacional de George Simmel. También busca insertar los estudios de los sociólogos franceses Christian Laval y Françoa Dardot sobre la racionalidad neoliberal contemporánea. Así, el artículo se divide en tres partes: a) Racionalidad y dominación: desinterés en la modernidad; b) Un debate sobre el neoliberalismo: ¿una nueva "racionalidad" del ser? c) La neutralidad del gerencialismo en la administración pública; más allá de la introducción y las consideraciones finales. Como elementos principales de nuestro estudio, destacamos el elemento aparentemente neutral bajo el cual el neoliberalismo coloniza las administraciones estatales desde la perspectiva del gerencialismo, lo que resalta la necesidad de una investigación empírica sobre el tema.

Palavras Clave: Estado Neoliberalismo Dominación Racionalidad. Administracion publica.

INTRODUÇÃO

O indivíduo em sua subjetividade ressignifica as relações que vivencia através da perspectiva da experiência material. As grandes cidades, por exemplo, são locais em que o limite entre a subjetividade e a objetividade humana demarcam essa dualidade num movimento dialético, tendo em vista a grandeza monumental de seus sistemas de engenharia, composições arquitetônicas, relações afetivas e materiais. O ethos da grande cidade é o do mundo moderno capitalista em conformidade com o frenesi das relações cotidianas, a multidão de olhares, os contatos, as relações efêmeras, moldando assim, a forma de sociabilidade que temos que construir. É nessa contradição entre o estar inserido em fluxos agitados ao mesmo tempo em que procuramos refúgio em locais próprios, topofílicos e repletos de significados que entendemos o valor e a força da racionalidade humana.

Podemos pensar conforme destaca Weber (2014), no tocante aos elementos da racionalidade burocrática de matriz legal, que estas promovem um choque de intersubjetividades, de elementos contraditórios e complementares na vida dos indivíduos. Nesse caso, a vida moderna insere a perspectiva da impessoalidade nas relações, da objetividade e da contabilidade neurótica dos elementos da vida. De indivíduos, passamos a ser números, resultados, diplomas e certificações de habilidades e competências para o mercado, instituição que Simmel ([1903] 2005) reflete por munir a sociedade de uma economia monetária para além dos aspectos meramente econômicos.

É dentro desse limiar que enxergamos o elo entre racionalidade capitalista e a perspectiva da autodeterminação. Assim como Weber ([1905] 2013) mostrou uma pré-destinação oriunda do

calvinismo no despojamento do divino, refletimos que na contemporaneidade somos predestinados a comparabilidades e ao mundo da concorrência como o mais novo encantamento com o mundo, que mina instituições, grupos, relações e o próprio capitalismo. Numa sociedade que possui fetiche deliberado por números, nossos relacionamentos são baseados em índices, currículos e na posse de bens simbólicos para além dos aspectos meramente econômicos, mesmo este sendo condição *sine qua non* em nosso entendimento para a aquisição de cultura, tendo em vista que, partimos do pressuposto da condicionalidade dos elementos ideológicos da vida pela esfera material.

Contudo, para além das preocupações de Max Weber relacionadas ao domínio da burocracia - "malha de aço" - que molda o domínio da vida dos indivíduos, problematizamos nesse artigo como a nova roupagem racional, com base na visão de Dardot e Laval ([2009] 2017) implica em uma estrutura dita "pós-weberiana" materializada em uma nova razão do mundo marcada em especial pelo domínio da concorrência levado a cabo pela tônica do gerencialismo, que sublima a luta de classes e pautas sociais, reduzindo todos os problemas e estruturas ao elemento da gestão e da gerência. Dentro dessa perspectiva, pretendemos com o presente artigo realizar uma reflexão inicial sobre as categorias de racionalidade e dominação através do Neoliberalismo enquanto uma ideologia que, para além dos elementos econômicos, influencia sobremaneira na esfera individual.

Nesse sentido, iniciamos nosso percurso pelo debate acerca da racionalidade moderna tomando como base Max Weber, de modo a associar essa racionalidade à dominação racional legal e a burocracia como categoria central em torno do desprendimento de si e da abertura aos valores das instituições modernas. Em seguida, introduzimos a reflexão em torno de uma "nova razão do mundo", com base nos sociólogos franceses Christian Laval e Françoa Dardot, por considerarmos que nesses autores é possível encontrar a categoria de "neogestão" na relação entre Estado, sociedade e indivíduo. Em um terceiro momento, buscamos explorar como o Neoliberalismo através do gerencialismo reproduz uma lógica concorrencial na administração estatal. Por fim, nas considerações finais lançamos mão de elementos que nos permitem realizar novos apontamentos sobre a problemática colocada no artigo, assim como questionamentos sobre os desdobramentos de nossa reflexão para uma análise empírica de maior fôlego.

RACIONALIDADE E DOMINAÇÃO: O DESPRENDIMENTO DE SI NA MODERNIDADE

Ao passo que o desenvolvimento da ciência torna-se instrumento na manipulação e transformação da natureza, técnica e racionalidade tornam-se léxicos comuns de uma ordem societal. Desde os primórdios da humanidade as necessidades vinculadas à sobrevivência diante de uma primeira natureza "bruta" fizeram com que o ser humano em seu constante relacionamento com o meio natural, formulasse técnicas para o beneficiamento da vida frente aos grandes mistérios da natureza. Em um primeiro momento podemos até considerar que a natureza implicasse em um grande desconhecido, sendo tema para os mais variados mitos, lendas e explicações metafísicas. Contudo, com o passar do tempo e em especial com o advento da modernidade através da ascensão da era industrial, observamos uma clivagem importante no modo como os seres humanos passam a se organizar em sociedade.

A passagem de explicações de ordem sobrenatural para um "desencantamento com o mundo" implicou numa reviravolta no modo de relação entre homem e natureza. A esse modo, o ser humano passa a enfrentar a natureza não mais como uma entidade desconhecida, mas como um meio de

produção a ser explorado e utilizado em benefício do desenvolvimento econômico e social. Podemos considerar em Max uma importante reflexão em torno desse debate, tendo em vista que esse autor trouxe grandes contribuições às Ciências Sociais ao teorizar sobre o surgimento do capitalismo a partir de uma perspectiva sociológica.

Em seu ensaio: *A ética protestante e o espírito capitalista*, publicado no início do século XX, esse autor mostra como elementos de ordem social influenciaram no surgimento de um tipo específico de ética que juntamente com o capitalismo, formaram o par perfeito de uma nova racionalidade da era moderna. Ao realizar um aprofundado estudo de matriz sociológica, utilizando como método a comparação e diferenciação entre os mais variados elementos religiosos, conclui que é no calvinismo que podemos encontrar um ethos racional do capitalismo que possui como gênese a esfera vocacional do trabalho necessária para o tipo de racionalidade associada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Cabe destacar que, mesmo diante das diferenças epistemológicas entre Marx e Weber, este considerou para além das distorções demagógicas que muitos deram ao pensamento de Marx que a relação entre estrutura e superestrutura, no modo de produção capitalista eram instâncias necessárias ao entendimento do capitalismo. Entretanto, podemos reconhecer que Weber ([1905] 2013) empreendeu outra perspectiva teórico-metodológica para a explicação do surgimento do capitalismo em comparação aos estudos de Marx.

Dessa forma, ao dar primazia à produção intelectual ocidental, Weber encontra uma cadeia lógica de elementos que ele utilizaria para defender a tese de uma ética protestante do espírito capitalista. Ao tratar do capitalismo enquanto modo de produção, esse autor salienta como característica essencial o constante movimento de renovação do lucro de forma racional. A racionalidade seria condição fundamental para a modelagem e constituição do capitalismo como um sistema social. A obtenção de lucro através de meios pacíficos de troca e pelo trabalho livre formariam um mercado de trocas que inaugurou a separação entre pessoa física e pessoa jurídica, condição necessária na formação do mercado capitalista contemporâneo. Por conseguinte, o surgimento do capitalismo só foi possível devido à centralidade exercida pela organização racional do trabalho, pelo cálculo exato do trabalho livre e desenvolvimento de técnicas associadas a uma racionalidade instrumental. Esse cálculo racional dos fatores técnicos seria a influência da ciência moderna que, segundo Weber ([1905] 2013) receberia grande estímulo do modo de produção capitalista, tendo em vista que o desenvolvimento da técnica foi bastante utilizado em aplicações econômicas.A utilização da técnica e do conhecimento científico são elementos necessários para a racionalização dos recursos, além de estabelecer uma ordem social constituída em princípios legais, Weber ([1917] 2014) entende que a moderna empresa capitalista está baseada no cálculo, em uma necessidade de justiça e administrações funcionais.

É importante refletirmos a respeito de como essa racionalidade inunda a vida cotidiana dos indivíduos e, de certa maneira, guia a vida dos sujeitos do nascimento até a morte. Caso contrário, daremos a entender que os escritos de Weber sobre racionalidade refletem apenas um caráter descritivo e acrítico, o que não é verdade, tendo em vista que ao realizar uma investigação sobre o modo de dominação presente na sociedade, Weber (2014) considera basicamente três tipos ou sistemas de dominação: tradicional, carismático e racional legal. Iremos focar no último exemplo citado, por considerarmos ser mais presente e aplicado a reflexão iniciada nesse artigo.

A dominação racional legal teria como sustentação os princípios legais do direito que através

da figura Estatal com seu monopólio do uso da violência programou uma sociabilidade marcada - podemos dizer - por estatutos, leis e normas. Para além da empresa capitalista, julgamos essas características como fatores presentes no cotidiano dos indivíduos através das organizações, que em si mesmas, seguem princípios legais. Doravante, Weber ([1917] 2014) considera que sob a batuta da burocracia teríamos o tipo mais ideal de dominação legal racional. A burocracia reuniria características necessárias aos empreendimentos do Estado capitalista - e não apenas no capitalismo, mas também no socialismo conforme aponta Bresser Pereira (2004) e como demonstrou a história através da burocracia stalinista na extinta União Soviética - de forma a contemplar três principais pilares: Sistema jurídico de leis e normas para o ordenamento administrativo; divisão de tarefas e autoridade emanada de ordens com base em uma estrutura legal. Esses três elementos estariam presentes tanto em âmbito público, quanto no privado:

> Estes três elementos constituem, no governo público – e legal, a "autoridade burocrática". No âmbito econômico privado fazem parte da "administração" burocrática. [...] a burocracia somente está totalmente desenvolvida nas comunidades políticas e eclesiásticas do Estado moderno; no caso da economia privada somente o está nas instituições capitalistas mais avançadas (WEBER, 2014, p. 09).

De modo a demandar uma racionalidade impessoal, precisa e objetiva, ao colocar a organização empresarial como o primado da eficiência e eficácia, constata-se a importância do assujeitamento dos indivíduos a determinadas regras estabelecidas pela burocracia e, para além desse fator, evidencia-se também um desprendimento de si relacionado à esfera do trabalho. Tendo em vista que a separabilidade entre esfera privada e profissional é um dos elementos essenciais da burocracia. Esse desprendimento de si não implica em uma total passividade do indivíduo frente aos elementos oníricos da vida. Pelo contrário, mostra uma forma de encaixe a uma determinada realidade imposta como meio de sociabilidade geral, que prende os sujeitos em uma "malha de aço" ao permitir não uma fuga da burocracia, mas certa maleabilidade frente a esse tipo de dominação.

A respeito dessa forma de maleabilidade frente aos itinerários da racionalidade moderna, encontramos em Simmel ([1903] 2005) uma importante reflexão sobre a sociabilidade nas grandes cidades modernas que passaram a surgir com o advento da industrialização. Esses espaços repletos de contradições paisagísticas, que ao mesmo tempo, de forma mutualística combina elementos do arcaico e do moderno em uma síntese pitoresca, é a própria criação, imagem e semelhança do modo de produção capitalista. Suas ruas, avenidas, indústrias, lojas, bairros e pessoas em constante movimento, fazem da cidade um local da objetividade, do tempo escasso, dos dias curtos e de relações frias. Assim como nos empreendimentos capitalistas, que exigem uma determinada racionalidade e a criação de determinados significantes objetivos - normas, leis, estatutos - a cidade também possui todo um sistema simbólico e imagético que introduz o indivíduo em uma racionalidade citadina.

Nesse sentido, Simmel ([1903] 2005) destaca que dentro do espaço de sociabilidade moderna, um dos problemas que afligem o ser humano é uma suposta pretensão em preservar elementos como autonomia e singularidade existencial numa sociedade superior em termos técnicos, históricos e culturais. Quase como se fosse uma quimera a devorar o homem, a modernidade infla os sujeitos a se comportarem de uma forma padrão, se desprendendo de si mesmos, buscando refúgios perante uma vida nervosa ocasionada por rápidas mudanças do mundo interior e exterior. A grande cidade

moderna possui espaços topofílicos em que os indivíduos buscam fugas diante de uma vida racional, esquematizada e rotineira. Para Simmel ([1903] 2005) essa fuga e busca pelo paraíso perdido - tomando a licença para citarmos a monumental obra do poeta inglês John Milton - implicaria na perseguição por um paraíso para além da suplementação das necessidades materiais, representaria também uma forma de sociabilidade frente ao desprendimento de si, ocasionado pela racionalidade burocrática. Entretanto, como imagem e semelhança de um modo de vida capitalista, essa mesma cidade é o local da economia monetária, do constante fluxo de matéria e informação. E o local em que o homem se pauta pelo entendimento e em uma contabilidade moderna e em um sistema de signos, que oferece uma imagem de exatidão da vida, de como ela deve ser.

Por esse ângulo, a burocracia e a racionalidade refletida por Weber ([1905] 2013) faz com que o indivíduo se torne um grão de areia em meio a uma organização monstruosa de coisas e potências que gradualmente subtrai os progressos, espiritualidades e valores. De modo semelhante à empresa capitalista, as pessoas passam a ter funções calculáveis; sendo reduzidas a peças de uma máquina racional maior que elas. Dentro desse foco, ao ligarmos empresa capitalista à racionalidade que permite um tipo de sociabilidade que deu origem ao capitalismo, observamos que na contemporaneidade esses elementos surgem com uma nova roupagem com o advento do neoliberalismo. Dessa forma, procuramos no tópico a seguir trazer a reflexão de dois sociólogos franceses: Pierre Dardot e Christian laval. Esses autores realizam importantes apontamentos sobre o tipo de racionalidade adotada pelo neoliberalismo, e os impactos que incidem sobre os sujeitos.

UM DEBATE ACERCA DO NEOLIBERALISMO: UMA NOVA "RACIONALIDADE" DO SER?

O termo Neoliberalismo se popularizou em meados da década de 1980 através das medidas econômicas e administrativas adotadas pela ex-primeira ministra da Inglaterra Margaret Thatcher (1925-2013) e pelo ex-presidente estadunidense Ronald Reagan (1911-2004). Um dos aspectos principais dessas duas administrações era o questionamento quanto ao papel da economia na promoção do Estado de bem-estar social. Como economias centrais no capitalismo, esses dois países em grande medida influenciaram o restante das nações ao redor do mundo. Esse movimento, associado com a derrubada do muro de Berlim em 1989 marcava uma clivagem importante na história contemporânea, uma vez que do ponto de vista material, a maior oposição ao modo de produção capitalista - o socialismo real, ou a Estado operário - desmoronava, dando a intelectualista burguesa à sensação de um "fim da história".

Além desses elementos históricos é muito comum associar o Neoliberalismo como sinônimo da desregulamentação financeira, abertura dos mercados e domínio do capital financeiro sobre o endividamento público. Contudo, para além desses elementos, que também fazem parte do Neoliberalismo, Dardot e Laval ([2009] 2017) refletem de forma crítica sobre o tema e nos presenteiam com algumas possibilidades de aprofundamento acerca do tema.

Segundo esses autores, o debate acerca do Neoliberalismo entre os economistas retoma uma ampla discussão sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado junto à sociedade. Para além de uma instituição que racionaliza políticas, o Estado tomado pelo Neoliberalismo seria um ente ativo na promoção da concorrência como nova forma de concepção das relações sociais. Desse ponto de vista, o debate liberalismo e Neoliberalismo não estaria reduzido a intervenção do Estado na

Economia, mas na própria materialização de uma forma societal de organizar a sociedade, conforme apontam os autores:

> O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais [...] esse sistema é tanto mais 'resiliente' quando excede em muito a esfera mercantil e financeira que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade 'contábil' pela criação da concorrência sistemática entre os indivíduos (DARDOT, LAVAL, [2009] 2017. p. 30).

Essa subjetividade contábil, diferentemente das observações realizadas por Weber ([1917] 2014), possui como fonte de atuação o plano da concorrência. Em contraponto ao liberalismo clássico, o Neoliberalismo seria um fenômeno cujo fundamento residiria na promoção da concorrência, e não apenas na livre circulação mercadológica. Esse fator por si só permite evidenciar que muito longe de estarmos debatendo acerca do intervencionismo estatal, reflete-se aqui, o tipo de intervencionismo estatal e para quem.

Para além de uma ampliação e estímulo à concorrência, Dardot e Laval ([2009] 2017) salientam que ao surgir como crítica a doutrina do *laissez faire*, o Neoliberalismo alude um intervencionismo Estatal como forma de criar condições necessárias ao amplo desenvolvimento da concorrência em uma escala individual, social e institucional. Desse modo, os mecanismos Neoliberais estariam distantes de serem apenas de ordem econômica, possuiriam como essência a instauração de uma sociabilidade marcada pela concorrência até mesmo no nível do cotidiano. É desse modo que na Administração pública, por exemplo, observa-se um movimento no final do século XX - não coincidentemente com a ascensão dos governos de Thatcher e Reagan - a importação da lógica do mercado para o espaço administrativo público. Sob inspiração Neoliberal, surge um modo de gestão das relações sociais de produção que é inteiramente instrumental, formal e focalizada no aumento da eficácia associada à redução de custos.

A empresa capitalista seria o tipo ideal na racionalidade empreendida pelo Neoliberalismo de um modelo de organização que deveria ser replicado às demais instâncias da sociedade. No Estado vemos a importação dessa lógica por meio da instituição de regras concorrenciais do mercado para o setor público: mercadorização das instituições públicas que passariam a funcionar de acordo com regras empresariais e a elevação da concorrência como instrumento mais eficiente na melhoria do desempenho da ação pública (DARDOT; LAVAL [2009] 2017). Ao se basear nesses princípios, a administração Thatcher, por exemplo, realizou uma série de reformas de cunho "gerencial" de modo a implantar a concorrência no setor público. Os serviços públicos passaram a funcionar com base em resultados a serem comparados. Segundo Dardot e Laval ([2009] 2017), essa reforma gerencial aparece de forma "neutra" sob a batuta da administração, o argumento utilizado é que o gerencialismo não possui lado político, o que explicaria sua adoção tanto por partidos da direita quanto da esquerda do espectro político.

Todavia, além de influenciar a organização estatal, essa racionalidade incide sobre a vida dos indivíduos. Estes passam a viver em um mundo caótico e esquizofrênico, sendo impulsionados a uma eterna competitividade que vai além das relações do mercado. Conforme aponta Laval (2018), essa dinâmica se materializa nas relações sociais mais banais: o desempenho sexual, por exemplo, é um desses elementos, que passa a ser medido, avaliado e comparado. A busca pelo sucesso e a necessidade do exibicionismo seriam elementos dessa instrumentalização da "objetividade empresarial

da concorrência" na contemporaneidade. Esse sujeito concorrencial seria a nosso ver, uma dimensão ontológica que permite ao Neoliberalismo ser esse fenômeno que se metamorfoseia e se aplica da escala subjetiva a objetiva.

É nessa perspectiva que o Neoliberalismo se aplica às Administrações públicas dos Estados-nações. Estes, além de incorporarem o paradigma concorrencial, precisam aplicar sobre suas próprias bases o tacão da concorrência em prol de uma melhor "oferta" de serviços públicos. No tópico a seguir poderemos observar como essa dinâmica se materializa na forma como os governos administram seus recursos públicos, dentro de uma lógica neoliberal supostamente neutra.

A NEUTRALIDADE DO GERENCIALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao aparecer como uma doutrina "neutra", o Neoliberalismo aplicado a administração pública toma uma forma técnica gerencial, sendo amplamente utilizado como panaceia na resolução de todos os problemas. Tudo ou quase tudo é relacionado a problemas de gestão, eficiência, eficácia e governamentalidade. Embora o paradigma weberiano da dominação racional legal tenha grande efeito sobre a forma como os governos conduzem ações e meios de organizar e criar consenso na sociedade, o padrão neoliberal ressignifica essa lógica organizativa e passa a adotar um modelo dito como pós-weberiano baseado no governo Empresarial e na promoção da concorrência Dardot e Laval ([2009] 2017).

Sem nos desvincularmos da geopolítica mundial, é importante destacar o que representou o esgotamento do padrão de acumulação keynesiano de intervencionismo estatal em meados da década de 1970 e a ascensão de governos liberais nos Estados Unidos e Inglaterra em meados da década de 1980. Na América Latina com o crescimento do endividamento público e a crise de hegemonia em regimes ditatoriais - a exemplo do Brasil - e o retorno a democracia burguesa com ascensão de governos baseados nas administrações anglo-saxônicas, passamos a presenciar reformas estatais no sentido de superar o modelo burocrático de administração para instaurar uma maior flexibilidade.

Conforme aponta Andrews (2010) já no final da década de 1970 o Estado de bem-estar social é substituído na Europa por uma política de contenção orçamentária pautada em ideias de eficiência administrativa. Nos Estados Unidos também é implantada essa política com o objetivo de conter gastos sociais (mesmo que o déficit público daquele país continuasse a aumentar de forma exponencial como resultante dos gastos militares na corrida armamentista). Nesse sentido, como a empresa capitalista era considerada como modelo ideal de organização, surge na Administração Pública o que comumente se denominou *New Public Management*; modelo pós-burocrático, ou como é conhecido no Brasil: Administração pública gerencial. De forma geral, as principais características dessa forma de organizar o setor público estão midiatizadas pela perspectiva concorrencial e mercadológica, sendo comum a importação de conceitos e práticas da esfera privada. - formas organizativas pautadas na concorrência, estímulo à competição; ampliação das forças do mercado; elaboração de indicadores de qualidade, etc. - na Administração estatal.

Segundo Laval (2018) há um elo entre subjetividade e neoliberalismo que implica em uma racionalidade neoliberal, seja no âmbito público ou privado, para esse autor ocorre um aprofundamento do utilitarismo e da perspectiva individualista na sociedade contemporânea. Essa concorrência não se consubstancia apenas entre empresas multinacionais, mas, sobretudo, no nível das próprias relações interpessoais, nas famílias, na escola e no ambiente de trabalho.

Não se trata de anarcocapitalismo e muito menos de uma não intervenção estatal, pelo contrário, o Estado nesse processo tem como papel criar as condições necessárias à concorrência na esfera pública e privada como uma forma de garantir que os melhores vençam e que os recursos sejam mais bem alocados. Nesse sentido, através de uma forma que se apresenta como "neutra" e sem vinculação ideológica, o gerencialismo acaba por realizar a tarefa de ir minando as políticas sociais por dentro da própria estrutura Estatal. O público não teria espaço e muito menos "vocação" para gerir os recursos produzidos pela própria sociedade. Homens e mulheres públicos deveriam ser expostos à concorrência, tendo em vista que suas escolhas são guiadas pelo interesse egoísta e utilitários. Sendo assim, não teria sentido em "blindar" as instituições e os indivíduos da concorrência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dos apontamentos que realizamos nesse artigo, gostaríamos de chamar atenção aos elementos da própria dinâmica subjetiva dos indivíduos frente ao paradigma neoliberal. Chama atenção como o elemento concorrencial se faz presente em nosso cotidiano. Se em um padrão burocrático os indivíduos precisavam seguir os estatutos, hoje, cada indivíduo deve criar e seguir seu próprio estatuto para o alcance um lugar ao sol. Sujeitos que não se encaixam nessa perspectiva concorrencial são enxergados como fracassados e empecilhos que precisam de um maior enquadramento a lógica competitiva. Conforme apontamos, ao criar as condições para esse tipo de sociabilidade, o Estado acaba aplicando a si mesmo essa conduta e adota uma visão empresarial com o trato da coisa pública. Ademais, as empresas capitalistas são vistas como modelos a serem seguidos, devido ao seu "alto grau" de eficiência e qualidade. Consideramos essa visão altamente ideológica e portadora de uma neutralidade teatral, cuja performance reduz os problemas da sociedade ao elemento da gestão e do gerenciamento dos recursos produzidos socialmente de forma técnica.

Esse reducionismo não considera as estruturas de classes existentes, as disputas pelos recursos públicos, os interesses que estão além de um utilitarismo individual. Não pensar nesses elementos e implantar toda uma estrutura técnica como panaceia para a promoção de uma maior efetividade das ações públicas implica em reproduzir formas de dominação capitalista sob uma roupagem técnica e instrumental. Com isso, não afirmamos que os recursos sociais devam ser desperdiçados ou, que não deva existir um controle, o que pontuamos em nossa reflexão é que tipo de controle, para quem e como ele é realizado. A partir da nossa reflexão, lançamos como hipótese que o gerencialismo tem por função obscurecer a verdadeira tensionalidade existente na luta de classes moderna. Sob uma suposta cientificidade redentora dos desperdícios, todo o aparato intelectual é redimensionado a uma grande empresa capitalista, sem vínculo factível com a realidade, sem questionar as contradições, por exemplo, de um Estado neoliberal que ao estimular a concorrência, continua alimentando o capital portador de juros de forma crescente (SANTANA, 2018).

Sendo assim, como desdobramento dos elementos por nós levantados no presente artigo, constatamos a necessidade de um olhar empírico acerca das políticas públicas que fazem uso do gerencialismo no redimensionamento de suas ações e em pesquisas sociológicas que desvelem essa relação em um nível subjetivo. A intenção dessa agenda de pesquisa reflete a preocupação de observar de que forma a sociologia pode contribuir para esse debate, respondendo assim a lacunas de pesquisas existentes em um âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Christina Windsor. Da década perdida à reforma gerencial: 1980 - 1988. In: ANDREWS, Christina Windsor; BARIANI, Edison (Org.). **Administração pública no Brasil**: breve história política. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. pp.85 - 118.
DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, [2009] 2017.

MARX, Karl. Prefácio de Marx ao livro Contribuição à crítica da economia política. In.: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri. **O método em Karl Marx**. São Paulo: ISKRA, [1859] 2016, p. 37 – 42.

MATTOS, Laura Valladão de. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Rev. Econ. Polit**. [online]. 2007, vol.27, n.1, pp.108-129. ISSN 0101-3157.

PIERUCCI, Antônio Flávio Pierucci. **Max Weber**. Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP [São Paulo], 04 fev. 2016. (28 min) Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=wDEVx65oa3s. Acesso em: 10 Dez. 2018.

SANTANA, Laudicéia Araújo. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do Partido dos Trabalhadores e no Governo Lula (2003 - 2010).** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande, PB, 2018.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**. Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 577-591, Out. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Dez. 2018.

WEBER, Max. Parlamento e governo na Alemanha reorganizada: sobre a crítica política do funcionalismo e do partidarismo. In.: _____. **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, [1917] 2014, pp. 167 - 227.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Martin Claret, [1905] 2013. 301p.

WEBER, Max. **O que é a burocracia.** Brasília: Conselho Federal de Administração. 2014.

Da interpretação de Gilberto Freyre e Roberto Damatta sobre a formação moderna da sociedade brasileira à crítica sociológica de Jesse de Souza

Submetido em: 04/11/2019, aprovado em: 10/12/2020
10.30612/mvt.v7i13.10637
João Gustavo Jara Russo [1]
Wellington dos Santos [2]

RESUMO: Este estudo aborda os aspectos acerca da problematização do conceito de "identidade nacional" e "formação social" na obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre utilizando este como "ponte metodológica" para expor as leituras críticas do sociólogo Jessé de Souza em relação às "teorias culturalistas": paradigma das ciências sociais, de acordo com este autor, onde categorias-analíticas pré-modernas como "personalismo" e "patrimonialismo" atualizadas, por exemplo, pelo antropólogo social Roberto DaMatta são apresentadas como ferramentas interpretativas para se pensar o Brasil contemporâneo. Ao reunir e comparar os principais textos dos autores sobre a questão "modernização" (*Carnavais, malandros e heróis* de DaMatta e *A modernização seletiva* de Jessé), por meio de revisão bibliográfica, indica-se que instituições como Estado, sociedade civil e mercado não podem ser confundidas ou dominadas pelo "capital social de relações pessoais", mas sim entendidas como campos de interesses sociais.

Palavras-chave: Casa Grande & Senzala, Teorias culturalistas, Jessé de Souza.

From the interpretation of Gilberto Freyre and Roberto Damatta on the modern formation of brazilian society to the sociological criticism of Jesse de Souza

ABSTRACT: This study approaches the aspects about the problematization of the concept of "national identity" and "social formation" in Gilberto Freyre's Casa Grande & Senzala, using this as a "methodological bridge" to expose the critical readings of sociologist Jessé de Souza in relation to

1 Graduado em Direito e Mestre em Sociologia pelo programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: (joao.gustavo_jr@hotmail.com).

2 Graduado em Filosofia e mestrando do programa de pós-graduação em Filosofia (PROFILO) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem experiência como docente na Educação Básica e Técnica, nas modalidades presencial e à distância. Email: (weellingt@hotmail.com).

to “culturalist theories”: social science paradigm where pre-modern analytic categories such as “personalism” and “patrimonialism”, for example, updated by social anthropologist Roberto DaMatta are presented as tools for thinking about contemporary Brazil. By gathering and comparing the authors’ main texts on the issue of “modernization” (DaMatta’s Carnivals, Tricksters, and Heroes and The Selective Modernization of Jesse), it is pointed out that institutions such as the State, civil society, and the market are not. they can be confused or dominated by the “social capital of personal relations”, but understood as fields of social interest.

Keywords: Casa Grande & Senzala, Culturalist Theories, Jessé de Souza.

De la interpretación de Gilberto Freyre y Roberto Damatta sobre la formación moderna de la sociedad brasileña a la crítica sociológica de Jesse de Souza

RESUMEN: Este estudio aborda aspectos sobre la problematización del concepto de “identidad nacional” y “formación social” en la obra Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre utilizando este como un “puente metodológico” para exponer las lecturas críticas del sociólogo Jessé de Souza en relación a las “teorías culturalistas”: paradigma de las ciencias sociales donde categorías analíticas premodernas como “personalismo” y “patrimonialismo”, por ejemplo, actualizadas por el antropólogo social Roberto DaMatta, se presentan como herramientas para pensar el Brasil contemporáneo. Al recopilar y comparar los principales textos de los autores sobre la cuestión de la “modernización” (Carnavales, bribones y héroes de DaMatta y La modernización selectiva de Jessé), mediante revisión bibliográfica, se indica que instituciones como el Estado, la sociedad civil y el mercado no pueden ser confundidos o dominados por el “capital social de las relaciones personales”, sino más bien entendidos como campos de intereses sociales.

Palabras clave: Casa Grande y Senzala, teorías culturalistas, Jessé de Souza.

INTRODUÇÃO

Na republicação do escrito a *Subcidadania brasileira* (2018) o sociólogo brasileiro Jessé de Souza (1960-atualmente) esclarece na Introdução desta obra que tanto neste quanto no livro *A modernização seletiva* (2000) se interessou em realizar a primeira crítica sistemática ao que chamou ‘culturalismo conservador’; isto é: leitura e avaliação direcionada à interpretação liberal e dominante – a seu ver, do processo de modernização da sociedade brasileira. Jessé busca, especificamente, problematizar “as causas” de nossa abissal desigualdade social e por que esta questão constituiu-se secundária historicamente pela interpretação da “corrupção patrimonialista” enraizada em nossas instituições como suposto problema fundamental.

Desse modo, o autor pretende “reconstruir” as bases de uma verdadeira teoria sociológica crítica sobre o Brasil moderno. Partindo, assim, da análise científica de três objetos de investigação presentes

em seus escritos[3]: 1) a desigualdade social brasileira, 2) tal leitura dominante do patrimonialismo como principal problema sócio-político brasileiro, 3) e a implicação de situação de classe da "ralé" (ou subcidadania) brasileira na luta social por recursos escassos na sociedade capitalista.

Ou seja, a proposta deste artigo é elucidar uma "interpretação alternativa do dilema brasileiro" abordando a implicação teórica de concepções acadêmicas que retratam determinado "mal de origem" na formação social do Brasil desde a *colônia* como explicação para as principais questões sociais hoje. Veremos que Gilberto Freyre (1900-1987) é o fundador dessa corrente hegemônica; seguido e re-interpretado por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e contemporaneamente Roberto DaMatta (1936-atualmente).

Pode-se dizer que a sociologia de Jessé de Souza baseia-se num estudo analítico entre a relação indivíduo e sociedade; de diagnóstico conceitual entre "dinâmicas institucionais" (especialmente "familiar") e o problema da "estratificação social" demonstrando a influência do "capital cultural" (valores artísticos, científicos e filosóficos) na formação/reprodução de "divisões de classes" na sociedade brasileira.

Da aproximação entre Jessé de Souza e Roberto DaMatta pelo recorte "modernidade", indica-se a importância das ciências sociais interpretar "Estado, mercado e sociedade civil" como unidades funcionais interdependentes para a vida social, cujo entendimento e reconhecimento institucional não pode ser analisado pelo "capital social de relações pessoais" como faz a abordagem antropológica damattiana.

O resultado dessa leitura investigativa-comparativa sugere a problematização de uma "modernização estrutural seletiva" da sociedade brasileira e a construção da subcidadania (ou provocativamente: a ralé): envolvendo para Jessé de Souza a indagação do que é "ser gente" no Brasil; isto é, conclui-se que o empecilho de desenvolvimento da sociedade brasileira diz respeito à "formação e reprodução" da desigualdade social.

Por isso a sociologia crítica de Jessé de Souza parti literalmente do berço, isto é, da socialização familiar primária, para que se compreenda as precondições sociais, morais e culturais exigidas em sociedades modernas-complexas e como elas irão definir todas as chances relativas de cada um de nós na formação da personalidade individual e na competição social por recursos escassos. Contudo, espera-se com este estudo contribuir para a possibilidade de futuras pesquisas sobre tal assunto dado sua pertinência e sensibilidade conceitual-empírica.

NOTA PRELIMINAR

Entender e descrever o brasileiro como povo da alegria, do calor humano, da hospitalidade e do sexo, para Jessé (2009, p. 29) – é falar, antes de tudo, num tipo de mito nacional até certo ponto necessário, construído por excelência para a produção de um sentimento moral e espiritual – aliás, característica de todo mito: de pertencimento, intersubjetividade e solidariedade coletiva: desse modo, falar em "identidade nacional é uma espécie de mito moderno".

Como elucida Ortiz (2006, p. 8) a noção de identidade-nacional é "uma construção simbólica" que se remete a pluralidade, etnia, regionalidade, crença, saberes ou valores considerando diferentes

3 A ralé brasileira: quem é e como vive (2009), A tolice da inteligência brasileira (2015) e A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato (2017).

grupos sociais e momentos históricos. Já o antropólogo social Roberto DaMatta (1994, p. 16) ressalta que cada sociedade se utiliza "de um número limitado de 'coisas' (e de experiências) para construir-se como algo único", singular: no caso brasileiro, a evidente paixão por futebol, comida caseira, música popular ou carnaval compõe relativamente o "ser brasileiro".

Nas palavras desse autor, "se você descobrir como as pessoas se posicionam em face de uma lista de coisas importantes, você fará um inventário de identidades sociais e de sociedades, o que lhe permitirá descobrir o estilo e o 'jeito' de cada sistema" (DAMATTA, 2004, p. 10). E continua,

> É que o Brasil tem que ser lido de modo complementar: tanto pelos números e pelo seu lado "moderno", quanto por suas instituições e pelo seu lado mais sensível e qualitativo. Sustento que, para entender bem o Brasil, temos que discuti-lo como sociedade e como Estado-nacional, como números e como conjunto de hábitos, valores e gestos (DAMATTA, 2004, p.11).

A título de exemplo, DaMatta vê no carnaval brasileiro a reunião dessa leitura complementar entre qualitativo/quantitativo, pois tal rito festivo expressa a ausência das "hierarquias sociais", do poder, do dinheiro e do trabalho cotidiano; é "uma festa onde todos são iguais – ou onde podem viver uma significativa experiência de igualdade" (2004, p. 38). Ou seja, é a inversão de uma sociedade administrada pela 'escala de direitos e deveres vindos de cima para baixo, dos superiores para os inferiores'.

BREVE LEITURA DA NOÇÃO DE UM BRASIL MODERNO

A questão da "modernização" da sociedade brasileira começou a ser estudada por pensadores como Oliveira Vianna (*Instituições políticas brasileiras* de 1949), Azevedo Amaral (*O Estado autoritário e a realidade nacional* 1938), Nestor Duarte (*A ordem privada e a organização política nacional* 1939) e Sérgio Buarque de Holanda (em *Raízes do Brasil* de 1936). De modo geral, estes autores buscavam demonstrar o vínculo entre o passado colonial e as mudanças ocorridas com a industrialização nacional, assim como a nova estruturação das classes sociais e Estado nacional.

Octavio Ianni em *A ideia de Brasil Moderno* destaca a vida social e política da Independência (1.822) e a Guerra do Paraguai (1.864-70) como indicadores da necessidade de se pensar o Brasil enquanto nação. Já "em 1.888-89 o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o trabalho livre" (1994, p. 21): incentivando as forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio, além de favorecer a imigração e povoamento do país.

Na segunda metade do século XIX também inicia-se o embate entre a "tradição patriarcal" e o "processo de ocidentalização" por meio da influência europeia burguesa, e não mais portuguesa. Podemos citar como exemplo as mudanças no hábito de vestir-se, da leitura e das refeições desses ‹tempos modernos›, ou seja, "o brasileiro se transveste de 'civilizado', conferindo sentido àquela frase hoje utilizado por todo brasileiro, civilizando-se para inglês ver" (SOUZA, 2000, p. 213).

Sobre isso, DaMatta nos explica que o movimento de Independência exigiu do estrato dominante, legitimar determinada identidade e mecanismos de racionalização para as diferenças internas do país. Dois desses empreendimentos foram fundamentais – afirma: "creio que ela veio na forma da fábula das três raças e no racismo à brasileira" (1987, p. 68), uma ideologia que permitiu conciliar

uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade sem criar um plano para sua transformação profunda.

Com a abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República – de acordo com Ianni (1994, p. 128-9), há uma crescente valorização do imigrante implicando numa proposta social de europeização, isto é, branqueamento da população. Entregue o poder estatal às mãos da oligarquia cafeeira "foi o contexto em que se acentuou a valorização do trabalhador branco, imigrante branco, como agente ou símbolo da redefinição social e cultural do trabalho braçal".

Assim marcha, timidamente, a Revolução Burguesa no Brasil; momento em que se criara o estigma social do índio, do negro, e até mesmo do trabalhador nacional branco (porém, pobre) como aqueles que se entregavam à luxúria, vícios ou preguiça. Isso levou Florestan Fernandes (1920-1995), – preocupado com essa questão (ver *Mudanças sociais no Brasil* de 1974 e *A revolução burguesa no Brasil* de 1975) – a diagnosticar que o negro e o mulato "tiveram o pior ponto de partida" na transição da ordem escravocrata à ordem competitiva-capitalista.

Estudando esse autor, Jessé pontua que "a tese de Florestan é de que a família negra não chega a se constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação da personalidade básica" (2003, p. 156). Acarretando assim, à constatação que "em sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, como a brasileira, 'gente' vai ser o europeu".

Contudo, ao chegar em 1930 – segundo Ianni, o Brasil apruma-se no ritmo de sua história como país contemporâneo do seu tempo: especialmente 1º) organizando-se segundo interesses dos setores sociais mais avançados; 2º) com surtos de industrialização nacional e urbanização. Para este pesquisador, "os indícios de modernização que já se esboçavam com a Semana de Arte Moderna, a eclosão do tenentismo e outros acontecimentos de anos e décadas anteriores, a partir de 30 parecem acelerar-se" (1994, p. 30).

Em síntese, sobre as matrizes ideológicas que ajudaram a construir a noção de nação brasileira para as ciências sociais, Ortiz destaca: "três tiveram um impacto real junto a *intelligentsia* brasileira: o positivismo de Comte, o darwinismo social, e o evolucionismo de Spencer" (2006, p. 14); estudos teóricos que interpretam a evolução histórica-social dos povos.

DUAS LEITURAS DISTINTAS SOBRE GILBERTO FREYRE E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala* 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil* 1936), Caio Prado Jr. (*Evolução Política do Brasil* 1933), e Raymundo Faoro (*Os donos do poder* 1958) são autores, entre outros, com obras de leituras obrigatórias para se compreender a historiografia brasileira.

A importância de *Casa Grande & Senzala* (1933) é dar conta do que a realidade social das transformações da década de 30 exigiam; onde as teorias "científicas raciológicas" – dominantes nesse contexto, não faziam mais sentido. Freyre, esquivando-se dessas abordagens, direciona o conceito de raça numa perspectiva culturalista – como esclarece Ortiz (2006, p.41):

> A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite

> ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade.

Ao problematizar tal obra no livro *A modernização seletiva – uma interpretação do dilema brasileiro* (2000) Jessé de Souza ressalta que essa passagem permitiu Freyre construir a representação da identidade social do brasileiro e sua virtude cultural – o mito da brasilidade, permitindo-o pensar-se positivamente enquanto povo.

Quando Gilberto Freyre analisa o período histórico-social do Brasil colônia destaca fortemente o aspecto do "patriarcalismo": tema principal de seu estudo, onde não existiam limites à autoridade pessoal do patriarca senhor de terras, de engenho e de escravos; pelo fato que não havia instituições aqui e o Estado ainda constituía-se em Portugal. "Nesse tipo de concepção de sociedade, a hierarquia é o dado central e cada pessoa, grupo ou classe tem o seu lugar naturalizado" (SOUZA, 2000, p. 212).

Freyre, de certo modo, ao recalcar em sua teoria social o conflito existente entre a relação senhor/escravo na sociedade brasileira construiu uma "imagem idílica" e emblemática influente no imaginário social da nossa colonização; o que chama de "contradições em equilíbrio" sobre tal relação não retrata a brutalidade e perversidade típico dos sistemas escravocratas.

Graças ao fenômeno da "plasticidade do português" (SOUZA, 2000), – categoria importante em *Casa Grande & Senzala* – do homem "sem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis" se propiciará a extraordinária influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e especialmente na forma de sociabilidade entre desiguais: misturando cordialidade, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido e praticamente todas as nuances da emoção humana num tipo de "caldeirão cultural" como explica Darcy Ribeiro (1922-1997) em *O povo brasileiro*.

Essas "contradições em equilíbrio" – expressão dessa tese culturalista, se justifica pela característica de nosso regime escravocrata antes ser árabe-maometano (devido a absorção cultural dos costumes dos mouros pelos portugueses) que, propriamente europeu com interesses puramente objetivos-econômicos. Isso – para o autor de *Casa Grande & Senzala*, permitiu o reconhecimento do escravo não como simples máquina de trabalho, mas sim pessoa 'doméstica' quase membro da família. A relação escravocrata amigável-familiar do mouro (povo da região norte da África adeptos do islamismo) "explicaria para Gilberto Freyre o elemento de proximidade e especificidade da escravidão brasileira como expressão social e cultural singular" (SOUZA, 2000, p. 223).

Essa expressão social e cultural singular da formação social brasileira em *Casa Grande & Senzala*, ocorreu pelo fenômeno da "poligamia" que o português incorporou como herança cultural maometana. Os portugueses cá legitimaram no núcleo familiar e social os filhos de mães índias e/ou escravas negras: assim o filho dessas mães com o senhor europeu poderia, ou seja, "existia a possibilidade real, quer ela fosse atualizada ou não, ser aceito como 'europeizado', no caso de aceitação da fé, dos rituais e dos costumes do pai" (SOUZA, 2000, p. 225). Dessa relação familiar peculiar, criou-se a ascensão social de alguns não-brancos e não-negros.

O tema da ascensão social do negro e sua "europeização" não é objeto de pesquisa em *Casa Grande & Senzala*, vai ser, no entanto, um dos fios condutores da argumentação de S*obrados e Mocambos* de 1936: obra que consagra a categoria vulgarizada de "democracia racial". Nesse caso, o sobrado será a casa do senhor rural (o patriarca) na cidade; no novo contexto que florescia: a urbanização do final do século XIX.

Cabe mencionar que até o século XX o principal problema nacional-internacional do país (legitimado pela autoridade pseudocientífica) – também aquilo que justificara seu atraso político

e econômico – diz respeito a forte "miscigenação" do país: onde acreditava-se dividir as "raças" de acordo com três critérios fundamentais: intelecto (inclinação do branco), propensões animais (inclinação do negro) e moralidade (civilidade do europeu).

Lilia Moritz Schwarcz (1993) nos atenta que o colapso dos paradigmas teóricos incidentes a partir de 1870 cumprindo papel fundamental como "ideário positivo-evolucionista", na "representação negativa do mestiço" (por exemplo: o darwinismo social, o evolucionismo, a frenologia, ideias lombrosianas etc.) se justificou especialmente pelo surgimento de Universidades no país no século XX.

INTERPRETAÇÃO DAMATTIANA

A concepção científica do carioca Roberto DaMatta baseia-se em pressupostos "pragmático" e "empiricista"; em *Relativizando: uma introdução à antropologia social* (1987) é claro sua "leitura do mundo social" empreendida a partir de estudos do cotidiano brasileiro, seus rituais e modelos de ação: uma teoria social que investiga a relação "sociedade e sistema cultural" no Brasil.

Para Jessé de Souza (2001) as categorias mais gerais que DaMatta utiliza para analisar a estrutura das sociedades industrial-capitalista – a relação entre "indivíduo" e "pessoa", não contempla a complexidade constitutiva que tais sociedades exigem. Esse dado é fundamental na medida em que todas as outras noções damattianas (por exemplo, o sagrado/profano, a casa e a rua) são decorrência desse antagonismo primário, desenvolvido pelo autor ao longo das décadas de 80 e 90 em obras como *Carnavais, malandros e heróis* (1981), *A casa e a rua* (1991) e *O que faz o brasil, Brasil?* (1999).

DaMatta opera analiticamente com tais categorias pelo seu entendimento de duas leituras antagônicas da realidade brasileira (SOUZA, 2001): uma institucional, a qual destaca os macroprocessos políticos e econômicos segundo a lógica da economia política clássica, e outra 2) culturalista, cuja ênfase seria concedida ao elemento cotidiano dos costumes e da tradição familiar. Assim, o autor acredita ter percebido a 'gramática profunda' do universo social brasileiro, quando na verdade – para Jessé, o acesso a essa gramática exigiria a superação desse próprio dualismo.

Para aquele autor, a concepção que denomina 'fábula das raças' ao sustentar a formação de um estrato dominante colonial estimulou a "ausência de valores igualitários" ao lado da patronagem, intimidade e consideração do chefe patriarca. Ao contrário da segregação racial norte-americana, por exemplo, que correspondia à própria realidade daquele país, "onde o credo igualitário, o individualismo e o ideal da igualdade perante a lei criavam obstáculos insuperáveis para uniões entre pretos e brancos em outros planos que não fosse o do trabalho" (DAMATTA, 1987, p. 77).

Questão que lê-se, inclusive, quando DaMatta escreve na introdução de *Sobrados e Mocambos* de Gilberto Freyre (2004, p. 15):

> Nosso passado patriarcal, tutelar, formado pelas hierarquias das casas grandes e dos sobrados alimentado pelo parasitismo social da escravidão, tem criado muitos obstáculos a certos aspectos da modernidade como o ideal da igualdade perante a lei.

Freyre foi o primeiro a inverter essa "representação negativa" do mestiço ao acentuar que só no Brasil havia a possibilidade do indivíduo superar a condição de negro ou mestiço – meio inexistente, por exemplo nos E.U.A – e "embranquecer-se" em questão de gerações numa espécie de "democracia racial". Conforme corrobora DaMatta (1987, p. 75) "neste sistema, não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do

branco como grupo dominante.

No capítulo IV – *Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil* da obra Carnavais, Malandros e Heróis, encontra-se uma condensação dos aspectos desenvolvidos na interpretação damattiana da realidade brasileira;

> Tudo leva a crer, então, que as relações entre a nossa 'modernidade' – que se faz certamente sob a égide da ideologia igualitária e individualista – e a nossa moralidade (que parece hierarquizante, complementar e holística) são complexas e tendem a operar num jogo circular (DAMATTA, 1997, p. 201).

Aqui o autor pretende ilustrar o desenho hierarquizante da sociedade no qual todo brasileiro se reconhece facilmente: a diferença dessa égide – ideológica, igualitária e individualista, e o aspecto moral que se expressam na distinção conceitual e prática entre "indivíduo" e "pessoa" enquanto relações estruturais que formam a sociedade brasileira.

Para o antropólogo DaMatta, indivíduo é aquele que está submetido às aplicações da instituição jurídica (sem influência da 'carteirada' ou qualquer reconhecimento social distinto); contrariamente, pessoa é a figura de distinto "prestígio e poder social" acima das regras ou leis universais. Nesse entendimento há o indivíduo das relações impessoais (sujeito às leis) e a pessoa das relações sociais de compadrio, amizade e família tradicional.

INTERPRETAÇÃO DE JESSÉ DE SOUZA

Veremos que a antropologia social de DaMatta é insuficiente enquanto teoria científica na medida em que não deixa evidente o quanto a economia (instituição mercado), mas também o Estado – é um poderoso elemento transformador da vida individual numa espécie de interdependência indivíduo-instituição.

Influenciado por Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918) e Norbert Elias (1897-1990) Jessé reitera a importância da (1) estratificação social relacionada à (2) dinâmica valorativa social, e (3) a implicação que as instituições desempenham na conduta de forma racional e emocional sobre os indivíduos. "A dualidade damattiana pressupõe a perda da eficácia específica das instituições que criam o mundo moderno. Os valores são percebidos como tendo existência independente da vida institucional" (SOUZA, 2001, p. 53).

Em uma abordagem que privilegia apenas "indivíduos", "pessoais" ou "espaços sociais", como faz Roberto DaMatta, desconsiderando as questões de classe ou grupos sociais – torna-se possível referir-se a indivíduos que se contrapõem em lugares distintos; os quais carecem de qualquer "determinação estrutural". Tal confusão entre esferas públicas e privadas (Casa e Rua, na linguagem damattiana) são características típicas de sociedades tradicionais e patrimoniais pouco diferenciadas; sociedades, portanto, pré-modernas.

Baseando-se nos escritos de Charles Taylor (1931-atualmente), *As fontes do self: a construção da identidade contemporânea* (1997) e sua hermenêutica da moralidade moderna que analisa a constituição social das hierarquias morais e a questão do autocontrole, calculo prospectivo e disciplinarização dos indivíduos: espécie de economia emocional como pré-requisito para o sucesso social no mercado de trabalho, Jessé contra argumenta que "são as normas e regras sociais implícitas que hierarquizam uma sociedade. Indivíduos ou classes dominantes são, no máximo, suportes desses valores e normas, mas de modo algum, sujeitos intencionais desse processo" (2001, p. 54). Ou seja,

a vida social moderna pressupõe pré-condições racionais, psíquicas e emocionais como "elemento disciplinável" da personalidade dos indivíduos e que servem como 'matéria-prima das burocracias da economia e da política moderna'. Melhor,

> A vida social moderna contém, portanto, as duas vertentes da configuração moral ocidental, baseada numa noção dúplice de indivíduo: a noção de dignidade generalizável, cujo lugar privilegiado é a economia e o mundo do trabalho, e a noção de autenticidade, que tem no casamento baseado em sentimentos e na constituição de um espaço de intimidade (SOUZA, 2001, p. 55).

A questão principal nesse ponto que o autor quer chamar atenção é a compreensão que indivíduo e pessoa – como sugere o dualismo damattiano, refere-se na realidade, a dimensões distintas do mesmo entendimento de "indivíduo", e como tais são instrumentos analíticos inadequados dado as condições modernas e complexas.

UMA INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA DO DILEMA BRASILEIRO

O sociólogo Jessé de Souza entende as mudanças da década de 30 como o início de uma "modernização seletiva" da sociedade brasileira. Para esse autor, a modernização do século XIX com todo choque europeizador – contrário à interpretação damattiana de herança patológica –, desde logo virou de ponta cabeça o personalismo colonial, isto é:

> A seletividade do nosso processo de modernização começa aí. O senhor tem o desafio de, bem ou mal, adaptar-se aos novos tempos. O escravo, esse vai ser abandonado e ficará desprovido de acesso às benesses do novo sistema que se institucionaliza a partir de então. Quem ocupa os novos empregos abertos pelo desenvolvimento de manufaturas e maquino faturas é o mulato e depois o europeu imigrante (SOUZA, 2000, p. 265).

Consequentemente, esse processo de modernização no Brasil – para Jessé (2009, p. 21), constituirá uma classe inteira de indivíduos não só sem "capital cultural" como sem "capital econômico" significativo, "mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental* das precondições sociais, morais e culturais que permitem as apropriações de tais capitais".

O paradigma político-econômico do liberalismo-conservador – que o autor critica duramente por "economicismo", dita a percepção ingênua-mercadológica da sociedade ser formada por "agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos" (2009, p. 17), onde estes possuiriam as mesmas disposições de comportamento e capacidade disciplinar, família estruturada, pensamento prospectivo, capacidade de concentração, 'autocontrole' e 'autoresponsabilidade': além do reducionismo das 'classes sociais' confundidas como produto direto de "renda" econômica.

Jessé adverte em *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (2006) que confundir a implicação secundária do "capital social de relações pessoais" na sociedade moderna brasileira, torna "invisíveis os capitais econômico e cultural (para usar o jargão de Bourdieu), os quais, esses sim, são os elementos estruturais e impessoais e são, portanto, as chaves para a compreensão da hierarquia

social de toda sociedade moderna" (2006, p. 17), causa real da desigualdade, da marginalidade ou subcidadania da ralé brasileira.

Para o autor, a análise sociológica deve problematizar a produção e reprodução das pré-condições morais, culturais e políticas entre indivíduo e sociedade começando pela instituição familiar e escolar. Indicadores sintomáticos a esse processo histórico de desigualdade social. Apoiado no francês Pierre Bouerdieu (1930-2002) e sua teoria sistêmica do capitalismo Ocidental, Jessé compreende a concentração de poder e privilégios na sociedade brasileira influenciados: tanto pelo capital simbólico (prestígio e reconhecimento social do indivíduo), capital social (as relações sociais), capital econômico (a renda, imóveis, terras) quanto o capital cultural (saber humanístico, artístico e científico) distribuídos desigualmente na luta competitiva por recursos escassos.

Nas análises sociológicas do autor sobre a construção estrutural da modernização brasileira, Jessé opera conceitualmente o capital econômico e cultural sob a teoria do *habitus* de Bouerdieu: desmistificando a "ideologia da igualdade de oportunidades" do economicismo liberal. Tal noção teórica serve para esclarecer a "problemática essencial de toda teoria da ação social que é a questão da coordenação das ações dos indivíduos, ou seja, a questão de como obrigações morais e interesses materiais e ideais influenciam o comportamento" (SOUZA, 2006, p. 18).

Nesse sentido, *habitus* é um "conjunto de disposições" ligadas a um "estilo de vida peculiar estratificado por classes sociais e que legitimam, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais escassos" (2006, p. 34). Ajustando às singularidades da sociedade brasileira, Jessé o reformula por *habitus precário*: quando considerado a condição de desestruturação familiar e a má-fé institucional dos serviços públicos no Brasil para a ralé.

Para o autor uma análise científica sobre a "cultura do privilégio" e a questão da desigualdade social abarca o entendimento que a "divisão de classes" forma-se pela "transferência de 'valores imateriais' na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo" (2009, p. 19). Mesmo as classes altas que detêm o poder econômico, os filhos, por exemplo, só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o "estilo de vida" – o capital cultural de valor imaterial. Isso nos permite compreender que,

> A legitimação do mundo moderno como mundo 'justo' está fundamentada na 'meritocracia', ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedade pré-modernas e que hoje só se leva em conta o 'desempenho diferencial' dos indivíduos (SOUZA, 2009, p. 22).

O autor procura desconstruir o dilema ideologizado pelo paradigma economicista de "mérito individual", indicando que tal premissa mascara simbolicamente contradições reais de desvantagem social, econômica e cultural na competição de mercado capitalista.

Essa necessidade de desempenho diferencial dos indivíduos está relacionado aos tipos de privilégios produzidos por heranças afetivas no interior das culturas de classes distintas (seja a família da classe alta, média ou baixa) passadas de pais para filhos: seja o simples hábito da convivência dos filhos com o tio fluente noutra língua, a leitura diária do jornal do pai ou da mãe com o romance, ou ainda, o sentimento de autoconfiança por sentir-se amado.

> É preciso partir, portanto, literalmente do 'berço', ou seja, da socialização familiar primária, para que se compreenda as classes e sua formação e como elas irão definir todas as chances relativas de cada um de nós na luta social por recursos

> escassos. As classes são reproduzidas no tempo pela família e pela transmissão afetiva de uma dada 'economia emocional' pelos pais aos filhos (SOUZA, 2017, p. 52-3).

Com isso, Jessé de Souza entende que o antropólogo social Roberto DaMatta e sua "sociologia do jeitinho brasileiro[4]" interpreta o Brasil numa perspectiva de país pré-moderno, sua abordagem de "sociedade hierarquizada e determinada pelo particularismo enraizado nas relações interpessoais e na prática institucional do Estado" (2009, p. 73) acaba por reproduzir a mesma "teoria culturalista" iniciada por Gilberto Freyre e defendida por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) – de "personalismo" (homem cordial) e "patrimonialismo" (privatização da coisa pública) ao estudar a sociedade brasileira; contribuindo negativamente para a percepção do senso-comum e acadêmico de "naturalização" do Estado como reino da elite corrupta e divinização do mercado enquanto espaço da plena virtude.

No capítulo *A gênese da ciência conservadora dominante no Brasil* do livro A ralé brasileira (2009) Jessé registra que Freyre é o grande fundador do paradigma "culturalista científico" nas ciências sócias.

O argumento teórico de Freyre vai ser todo dirigido à construção de uma "tendência" portuguesa e depois luso-brasileira. Melhor, "se pudemos dizer que Freyre é o pai-fundador da concepção dominante de como o brasileiro se percebe tanto no senso comum quanto na dimensão científica, então Sérgio Buarque é o grande sistematizador das ciências sociais no Brasil do século 20" (SOUZA, 2009, p. 54). Buarque se apropria da ideia de *plasticidade* como herança ibérica e projeta o conceito de "homem cordial" na sua tese do "personalismo" e do "patrimonialismo" como as marcas fundamentais da cultura brasileira, isto é: o predomínio emocional da ação social sobre o cálculo racional do europeu.

Para Jessé, "o que Buarque chama de personalismo é uma forma de viver em sociedade que enfatiza os vínculos pessoais, como amizade ou ódio pessoal" (2009, p. 55) e que culturalmente nos legou o "homem cordial", aquele que se deixa levar pelo coração, pelos bons ou maus sentimentos que acompanham nossa vida afetiva.

O sistematizador das ciências sociais brasileiras "percebe com clareza que o homem cordial é o homem moldado pela família, em contraposição à esfera da política e da economia que exigem disciplina, distanciamento afetivo e racionalidade instrumental, tudo aquilo que o homem cordial não é" (SOUZA, 2009, p. 55). Por conta disso, o Estado brasileiro passa a ser reconhecido pelo domínio do patrimonialismo (ao amigo tudo ao inimigo a lei): uma gestão da política baseada no interesse particular por oposição ao interesse público.

O capital do homem cordial é o mesmo capital de relações pessoais damattiano, "ou aquilo que Roberto DaMatta, discípulo de Sérgio Buarque como quase todos, chamaria mais tarde de 'jeitinho

4 Essa noção de "jeitinho" é o retrato simpático, muitas vezes desesperado, de relacionar o impessoal com o pessoal do brasileiro na concepção de DaMatta, almejando juntar um objetivo pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, rigidez das normas etc.) com um obstáculo impessoal. "O 'jeito' é um modo específico e socialmente legítimo de resolver tais problemas provocando uma junção casuística da lei com a pessoa" (2004, p. 48).

brasileiro', uma suprema bobagem infelizmente naturalizada pela repetição" (SOUZA, 2017, p. 23).

No capítulo 5 – *O jeitinho brasileiro* da obra A tolice da inteligência brasileira (2015) Jessé de Souza ressalta diretamente que a antropologia social de DaMatta pertence a esse culturalismo cientifico e conservador. Pois,

> Seria como se as relações pessoais desempenhassem o papel do Judiciário nos países individualistas e igualitários. Como cabe ao Poder Judiciário precisamente dirimir conflitos a partir dos casos concretos, teríamos, no nosso caso específico, uma resolução informal, sem burocracia e rápida: através da "carteirada", do jeitinho, da ameaça velada e do "você sabe... (SOUZA, 2015, p. 57).

Do mesmo modo que Sérgio Buarque, DaMatta incorpora o personalismo freyriano e entende "o Brasil herdeiro de Portugal no seu personalismo pré-moderno mesmo depois que o país se urbaniza, se moderniza e se industrializa" (SOUZA,2015, p. 53). Assim como Gilberto Freyre exaltava e comparava Brasil e Estados Unidos, o autor de Carnavais, Malandros e Heróis repete o mesmo complexo histórico do vira-lata (síndrome do colonizado acrítico) sugerindo aquele país o exemplo acabado de "igualdade e individualismo".

> DaMatta logra operar uma modernização importante no paradigma do personalismo, ao associar a noção de pessoa (basicamente o mesmo homem cordial de Buarque), definida como o agente com acesso a um certo capital social de relações pessoais, à noção de indivíduo definido como o agente sem acesso ao referido capital social de relações pessoais, adaptando a interpretação do personalismo a uma sociedade que já vivia inegável processo de modernização (SOUZA, 2009, p. 59).

Com outras palavras, a sociedade industrial-moderna brasileira não pode ser interpretada estruturalmente pelo "capital social de relações pessoais" (embora isso contribua sem dúvida para alguma chance de sucesso pessoal), pois, tal leitura legitima o tipo de "dominação social" que só identifica "indivíduos" e subtrai a configuração das classes que os formam – onde o "acesso aos capitais 'impessoais' econômico e cultural que se transmite por herança afetivas e intelectuais no interior das famílias das classes privilegiadas" (SOUZA, 2009, p. 77), acaba por ser ideologizado como "esforço próprio".

A consequência – dirá Jessé, dessa leitura estruturalista do capital social de relações pessoais (que reflete apenas indivíduos e espaços sociais) é a pressuposição de "complexos institucionais, como Estado e mercado, como se esses fossem realidades 'externas' aos agentes" (2009, p. 78); quando na verdade dever-se-ia "percebê-los como instituições ambivalentes cujo raio de ação será definido por lutas sociais concretas".

Segundo esse autor, as categorias analíticas de capital econômico e capital cultural são instrumentos chaves para, inclusive a compreensão e interpretação das "hierarquias sociais" presentes na sociedade brasileira. O esforço de uma interpretação alternativa do dilema brasileiro contra a tradição cientifica dominante, é a superação dessa permanência secular (tanto enraizado nas ciências sociais quanto no senso comum) do personalismo e relações sociais associadas a este – como noções de herança ibérica ou patrimonialismo, sendo principais indicadores analíticos para se entender o Brasil. Assim, indaga Souza (2009, p. 79): "ou o leitor conhece alguém que tenha acesso privilegiado

a pessoas importantes (o capital pessoal ou o 'jeitinho' de DaMatta) sem já possuir capital econômico ou capital cultural?"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos apresentados reforçam que a condição de pauperização, organização familiar disfuncional e a construção da personalidade-individual relativiza-se conforme às "situações de classes" e não podem passar despercebidas, muito menos entorpecidas ideologicamente por falsos discursos economicistas, ora quando se pretende analisar realmente a sociedade brasileira e não reproduzir meramente uma perigosa cruzada moralista de corrupção-patrimonialista.

A crítica de Jessé de Souza diz respeito a tradição freyriana científica-culturalista de "glorificação dessa herança pré-moderna, e outra que pretende possuir um 'charminho crítico', como a de Sérgio Buarque, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta, apenas porque invertem o sinal e acusam essa mesma tradição de ser nosso mal de origem" (2009, p. 57). É insuficiente teoricamente qualquer interpretação que pretenda explicar tanto a "cultura do privilegio" e a extraordinária desigualdade social a partir do acesso diferencial a certo capital de relações pessoais.

O resultado das contradições da sociedade moderna se expressam na categoria de ralé (ou subcidadania) envolvendo para Jessé a indagação do que é "ser gente" no Brasil; tal noção está ligada à hierarquia determinante da "desigualdade estrutural" brasileira: ideologizada pelo discurso liberal-conservador de "mérito e desempenho individual" e reproduzida diariamente pelos próprios núcleos familiares.

Tais noções de ralé ou subcidadania são o resultado estrutural da modernização seletiva da sociedade brasileira. A própria discussão sobre a condição de vida "dessa gente" envolve a questão da formação e reprodução da desigualdade social que hierarquiza classes que têm acesso privilegiado a capitais econômicos e cultural de classe em relação às que não têm.

Por isso partir literalmente do berço, ou seja, da socialização familiar primária, para que se problematize as precondições sociais, morais e culturais e como elas irão definir todas as chances relativas de cada um de nós na luta social por recursos escassos. As classes são reproduzidas no tempo pela família e pela transmissão afetiva de uma dada 'economia emocional' pelos pais aos filhos. Capital cultural que ganha-se, primeiramente por herança familiar e, por conseguinte, pela escola ou universidade pré-dispondo o indivíduo, por exemplo, pelo cultivo e prática da disciplina, autocontrole, cálculo prospectivo enquanto pressupostos psicossociais de socialização determinantes para o "trabalho útil".

Essa classe social compõe cerca de 1/3 da população brasileira abaixo dos princípios de "dignidade e expressivismo" (SOUZA, 2009), condicionada ao mercado informal e ser apenas corpo mal pago e explorado, tornando-se desprezíveis para a sociedade, razão pela qual seus membros carecem de autoconfiança ou estima social.

Da ligeira comparação crítica entre Jessé de Souza e Roberto DaMatta acredita-se de singular importância o entendimento de instituições como Estado, mercado e sociedade civil comporem unidades funcionais de interdependência e de lutas sociais concretas: não instâncias isoladas e dominadas patrimonialmente por "capital social de relações pessoais" como sugere a tradição das ciências sociais dominantes no Brasil.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. **Relativizando** – uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **O que faz o brasil, Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **O que é Brasil**. Rio de Janeiro: ROCCO, 2004.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6º Ed. Rio de Janeiro, ROCCO, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos** – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15° ed. Global. São Paulo, 2004.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, Ed. Brasiliense,1994.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva** – uma interpretação do dilema brasileiro. São Paulo, Ed. UnB, 2000.

_____. **A ralé brasileira** – quem é e como vive. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2009.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo, Ed. LeYa, 2015.

_____. **A elite do atraso** – da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro, Ed. LeYa, 2017.

_____. A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? **RBCS** vol. 16 n° 45, fevereiro/2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz**. O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2006.

Rousseau: do estado natural ao estado civil

Submetido em: 10/08/2020, aprovado em: 08/12/2020
10.30612/mvt.v7i13.12586
Michel Goulart da Silva[1]

Resumo: Neste ensaio, articulando as obras *O contrato social* (1762) e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), são discutidos o estado de natureza e a passagem para o estado civil, conforme apresentados pelo autor. No primeiro livro apresenta-se uma forma de analisar a configuração da sociedade em seu estado civil, com o funcionamento das leis e de governos, enquanto no segundo trata-se do período anterior à institucionalização das relações entre os homens, discutindo uma possível caracterização do surgimento da desigualdade e apontando, entre outros aspectos, a origem da propriedade.

Palavras-chave: Rousseau, Classe sociais, Desigualdade.

Rousseau: from the natural state to the civil status

Abstract: This essay, articulating the work The Social Contract (1762) and Discourse on Inequality (1755), are discussed in the state of nature and the passage to the marital status, as presented by the author. In the first book presents a way to analyze the configuration of society in their marital status, with the operation of laws and governments, while in the second it is the period prior to the institutionalization of relations between men, discussing a possible characterization of the emergence of inequality and pointing, among other things, the origin of property.

Keywords: Rousseau, Social Class, Inequality.

Rousseau: del estado natural al civil

Resumen: En este ensayo, articulando las obras El contrato social (1762) y Discurso sobre los orígenes de los fundamentos de la desigualdad entre los hombres (1755), se discute el estado de naturaleza y la transición al estado civil, tal como lo presenta el autor. No primero es una forma de analizar la configuración de la sociedad en su estado civil, como el funcionamiento de las leyes y los gobiernos, en la segunda etapa se aborda el período anterior a la institucionalización de las

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

relaciones entre los hombres, discutiendo una posible caracterización del surgimiento de la desigualdad y apuesta, entre otros aspectos, en el origen de la propiedad.

Palabras clave: Rousseau, clase social, desigualdad.

INTRODUÇÃO

Em algumas de suas obras, Jean-Jacques Rousseau buscou relacionar a origem da desigualdade social com o processo que levou do estado natural ao contrato social estabelecido entre os homens. Segundo Rousseau (1979, p. 144), "todas as filosofias que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram a necessidade de remontar até o estado natural, mas nenhuma conseguiu". Essa afirmação de Rousseau parece estar relacionada com a tentativa de analisar as possíveis origens das desigualdades econômicas e sociais, em um cenário de profundas transformações na Europa. O período, marcado pelas chamadas revoluções burguesas, possibilitou a Rousseau não apenas formular uma interpretação acerca da desigualdade como também apontar para os caminhos que poderiam ser trilhados no sentido de superação das contradições sociais existentes nas sociedades do Antigo Regime.

Neste ensaio, articulando algumas das ideias desenvolvidas em obras como *O contrato social* (1762) e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), serão discutidos o estado de natureza e a passagem para o estado civil. No *Contrato* Rousseau analisa a configuração da sociedade em seu estado civil, com o funcionamento das leis e de governos. No *Discurso* Rousseau discute o período anterior à institucionalização das relações entre os homens, discutindo uma possível caracterização do surgimento da desigualdade e apontando, entre outros aspectos, a origem da propriedade.

DO ESTADO NATURAL AO ESTADO CIVIL

Somente no século XIX, quando a burguesia encontrava-se no poder do Estado e as desigualdades não apenas estavam longe de serem resolvidas como se aprofundavam, foi elaborada uma formulação teórica que apontava para a possibilidade de superação do sistema econômico, o marxismo.[2] Uma das possíveis razões para a limitação teórica da análise de Rousseau acerca da questão da desigualdade passa, de um lado, pelo fato de ser ele um intelectual que representa os interesses da classe social em ascensão no Antigo Regime e, por outro, devido ao incipiente desenvolvimento da organização do proletariado, onde a luta de classes ainda não o colocava claramente em campos opostos com a burguesia. Para Marx e Engels (2005, p. 47),

> nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins

2 Segundo Coutinho (2011, p. 25), "lendo esse texto [Discurso], podemos constatar que a articulação dialética entre propriedade privada, divisão do trabalho e alienação não foi feita pela primeira vez em *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846. Quase cem anos antes, embora de modo menos sistemático, essa articulação já era utilizada por Rousseau como o principal instrumento conceitual da análise crítica da sociedade burguesa de seu tempo. Também não é difícil perceber, no *Discurso*, a antecipação de outros conceitos decisivos do materialismo histórico como, por exemplo, o vínculo orgânico entre o desenvolvimento das forças produtivas e a gestação de diferentes modos de produção e formações sociais".

> políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terra, os burgueses não-industriais, os pequenos burgueses. Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória da burguesia.

Na obra de Rousseau o conceito de classes sociais aparece pouco definido, sendo com frequência utilizado o termo *povo*, remetendo-se a um sujeito histórico genérico que, em uma descrição bastante simples, Rousseau (1979, p. 32) definia como uma "multidão reunida num corpo". Essa multidão constituiria sua identidade coletiva em sua relação com o Estado e seus governantes:

> A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava outrora o nome de *cidade*, e toma hoje o de *república* ou *corpo político*, o qual é chamado por seus membros: *Estado*, quando é passivo; *soberano*, quando é ativo; *autoridade*, quando comparado a seus semelhantes. No que concerne aos associados, adquirem coletivamente o nome de *povo*, e se chamam particularmente *cidadãos*, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e *vassalos*, quando sujeitos às leis do Estado (ROUSSEAU, 1979, p. 31).

Para Rousseau, o povo seria o corpo de cidadão, que no contexto do Antigo Regime seria constituído, entre outras classes, por burgueses, pequeno-burgueses, camponeses e um operariado ainda em formação. Essa ideia de povo expressa por Rousseau coloca em evidência principalmente a burguesia, que protagonizaria o processo revolucionário francês no final do século XVIII, não sendo possível identificar claramente nesse momento um operariado constituído como classe e sujeito político autônomo.[3] Em função dessa estrutura social ainda incipiente, não foi possível à formulação teórica de Rousseau se apoiar "no ponto de vista da classe trabalhadora moderna, do proletariado; ele adota o ângulo de visão do pequeno camponês e do artesão, que tinham na época suas condições de vida rapidamente destroçadas pelo avanço do capitalismo" (COUTINHO, 2011, p. 27). Como consequência dessa perspectiva ligada à burguesia em ascensão, "as bases econômicas da sociedade democrática que defende não se fundam na *socialização da propriedade*, mas sim em sua *distribuição igualitária*" (COUTINHO, 2011, p. 27).

Uma possibilidade metodológica para estudar o pensamento de Rousseau passa pela análise articulada de *O contrato social* (1762) e de *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755). O *Contrato* seria uma forma de analisar a configuração da sociedade em seu estado civil, o funcionamento das leis, a caracterização dos governos, entre outros aspectos. O *Discurso*, por outro lado, trataria do período anterior à institucionalização das relações entre os homens, discutindo uma possível caracterização do surgimento da desigualdade e apontando para a origem da propriedade, portanto, pretende "investigar como se deu a passagem da humanidade

3 Embora o desenvolvimento econômico da França "igualasse (e, em diversos aspectos, superasse) ao desenvolvimento econômico da Revolução Industrial na Inglaterra, deve-se levar em conta, como o próprio Rousseau foi capaz de observar, que as minorias beneficiadas com esse processo estavam compostas apenas pela burguesia e por certas frações de uma aristocracia com mentalidade claramente capitalista" (KERSFFELD, 2006, p. 395).

do domínio da natureza para o domínio da sociedade" (LIMA, 2008, p. 99). Coutinho (2011, p. 16) afirma que no *Contrato* apresenta-se a proposta "de formação social e política alternativa àquela que aparece no *Discurso*".

No *Discurso*, Rousseau afirma que existem duas espécies de desigualdade, "uma, que chamo natural ou física, porque foi estabelecida pela Natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças corporais e das qualidades do espírito ou da alma". Quanto à outra, "se pode chamar de desigualdade moral ou política", pois "depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada, pelo consentimento dos homens". Conforme Rousseau, essas espécies de desigualdade consistem "nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos que estes, ou mesmo mais obedecidos" (ROUSSEAU, 1979, p. 143). Nessa lógica, portanto, haveria um tipo de desigualdade natural, que se daria por aspectos relacionados principalmente às questões físicas e mentais, e outra, que se explicaria como construção dos homens vivendo em sociedade.

Para mostrar essas formas de desigualdades, Rousseau utiliza a primeira parte do livro para descrever como viviam os selvagens. Segundo Rousseau, "o corpo do homem selvagem, sendo o único instrumento por ele conhecido, ele o emprega de diversas maneiras, o que, à falta de exercício, os nossos são incapazes de fazer". Para Rousseau, "é nossa indústria que nos tira a força e a agilidade que a necessidade obriga a adquirir" (ROUSSEAU, 1979, p. 147). Esse homem selvagem, vivendo "disperso em meio aos animais, e se achando em boa hora no caso de se medir com eles, tem ocasião de estabelecer frequentes comparações", sendo que, ao perceber "que o sobrepuja em destreza, enquanto que eles o sobrepujam em força, o homem aprende a não mais receá-los" (ROUSSEAU, 1979, p. 148). Por outro lado, Rousseau destaca as enfermidades naturais "inimigos mais terríveis" e "contra os quais não possui o homem os mesmos meios de defesa", apontando nesse caso "a infância, a velhice e as doenças de toda espécie, tristes sinais de nossa fraqueza" (ROUSSEAU, 1979, p. 149).

Esse tema serve para que Rousseau aponte alguns dos males que percebe no estado civil, como

> a extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade por parte de uns, o excesso de trabalho de outros, a facilidade de irritar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade, os alimentos demasiadamente requintados, que nos nutrem de sucos abrasantes e nos sobrecarregam de indigestões, a má alimentação dos pobres, que mesmo assim frequentemente lhes falta e os leva, quando possível, a sobrecarregar avidamente o estômago, as vigílias, os excessos de toda espécie, os imoderados transportes de todas as paixões, as fadigas e o esgotamento de espírito, os desgostos, as penas inumeráveis experimentadas em todos os estados, e de que as almas estão perpetuamente corroídas: eis, pois, as funestas garantias de que a maioria dos males é fruto de nossa própria obra, e de que seriam quase todos evitados se conservássemos a maneira simples, uniforme e solitária de viver, que nos foi prescrita pela Natureza (ROUSSEAU, 1979, p. 150).

Nesses itens apontados por Rousseau destaca-se uma questão da própria mudança física do ser humano, depois de deixar o estado natural. Não fala explicitamente em uma degeneração, mas Rousseau aponta que a utilização de ferramentas fez o homem perder agilidade e que o estado civil traz maiores males à própria saúde humana.[4] Nesse caso, não qualquer aspecto da sociedade civil,

4 Para uma discussão acerca da contribuição do trabalho e do uso de ferramentas no processo de evolução, Cf. Silva (2007; 2010).

mas um elemento ligado à desigualdade, ou mesmo à propriedade, na medida em que tanto o fato de algumas pessoas pouco trabalharem e comerem muito, enquanto outras trabalham demais e comem pouco, são fatores de cansaço físico e de esgotamento mental. O trabalho é ressaltado como fator positivo, enquanto o ócio é entendido como algo que nega a própria natureza humana. Rousseau (1979, p. 153), procurando diferenciar os homens dos animais, aponta que a

> Natureza comanda todo animal e este obedece. O homem experimenta a mesma impressão, mas se reconhece livre para aquiescer ou resistir; e é, especialmente, na consciência desta liberdade que se demonstra a espiritualidade de sua alma.

Essa possibilidade de projetar sua própria existência faz do homem, enquanto ser consciente, um ser que, por exemplo, elabora uma linguagem. Conforme Rousseau, "a primeira linguagem do homem, a mais universal, a mais enérgica, e a única de que ele teve necessidade antes de ser preciso persuadir homens reunidos em sociedade, é o grito da Natureza" (ROUSSEAU, 1979, p. 160). Em outro momento, "quando as ideias começaram a estender-se e a multiplicar-se, e foi estabelecida entre eles uma comunicação mais estreita", os homens procuraram "maior número de sinais e uma linguagem mais extensa", multiplicando "as inflexões da voz", a isso ajuntando "os gestos, que, de natural, são mais expressivos e cujo sentido depende menos de uma determinação anterior" (ROUSSEAU, 1979, p. 160).

Rousseau ressalta também que, no estado natural, "não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem de deveres conhecidos", os homens "não poderiam ser bons nem maus, e não teriam vícios nem virtudes" (ROUSSEAU, 1979, p. 164). Esse é um passado em que não haveria julgamentos morais ou mesmo crimes como aqueles cometidos no estado civil, marcado pela preponderância de interesses particulares. Nesse sentido, procurando tanto fechar a descrição do estado natural como iniciar a discussão a respeito da desigualdade propriamente dita, aponta que

> se torna impossível escravizar uma criatura humana, sem a colocar anteriormente em situação de não poder passar sem a que a escraviza, situação esta que, não existindo no estado natural, deixa aí os homens livres do jugo, e torna vã a lei do mais forte (ROUSSEAU, 1979, p. 174).

Em outros termos, Rousseau está chamando a atenção para o fato de que o domínio dos seres humanos por outros seres humanos estaria relacionado ao fato de alguns homens serem privados da propriedade, que antes era comum. Nesse sentido, aponta no início da segunda parte do *Discurso*:

> O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: *Isto me pertence*, e encontrou criaturas suficientemente simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (...) é por demais evidente que, àquela altura, as coisas já tinham chegado ao ponto de não poderem mais durar como duravam: porque essa ideia de propriedade, dependendo de um sem número de ideias anteriores, que não puderam nascer senão sucessivamente, não se formou de inopino no ser humano. Foi preciso conseguir muitos progressos, adquirir muita indústria e muitas luzes, transmiti-los e aumentá-los de idade em idade, antes de se chegar ao derradeiro termos do estado natural (ROUSSEAU, 1979, p. 175).

Essa passagem aponta para duas questões importantes, desenvolvidas e discutidas ao longo do texto por Rousseau. Primeiro, o surgimento da propriedade aparece como marco para o início do estado civil, ou seja, seria a propriedade o que pôs fim aos elementos considerados positivos do estado natural. Por outro lado, Rousseau apresenta certa simpatia pela sociedade industrial,

marcada pelos "progressos", que havia posto fim ao estado natural.[5] Embora enxergasse no estado civil aspectos positivos, não deixaria também de ver no estado civil elementos que teriam aspectos que o agradavam. Contudo, aponta Rousseau (1979, p. 182), "a sociedade começada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diferentes das que eles possuíam de sua constituição primitiva".

Nesse sentido, foram inclusive estabelecidas novas formas de lidar com a natureza e transformá-la, organizada de forma particular, o que posteriormente seria chamado de "divisão do trabalho". Segundo Rousseau (1979, p. 185-6),

> o mais forte executava maior trabalho; o mais astuto, tirava melhor partido do seu; o lavrador tinha maior necessidade de ferro, ou o ferreiro mais necessidade de trigo; e, trabalhando igualmente, um ganhava demasiado, ao passo que o outro mal tinha com o que viver.

Essa é uma explicação da desigualdade social, ainda que realizada em termos bastante rudimentares. Para Rousseau (1979, p. 186), "a desigualdade natural se desdobra insensivelmente com a de circunstância", na medida em que

> as diferenças existentes entre os homens, desenvolvidas pelas eventuais, se tornam mais profundas, mais permanentes em seus efeitos, e começam a influir na mesma proporção sobre o destino dos particulares.

Essa análise da organização social seria posteriormente apresentada em outros termos por Marx e Engels, buscando mostrar a relação entre a acumulação de riqueza e a exploração do trabalho assalariado. Segundo os pensadores alemães,

> a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado (MARX; ENGELS, 2005, p. 51).

O ponto central dessa desigualdade passa pela propriedade privada, que, conforme mencionado antes, está na passagem do estado natural para o estado civil. Rousseau avança em sua caracterização, apontando que "quando as propriedades aumentaram em número e se estenderam a ponto de cobrir todo o solo e todas se tocarem, umas não se puderam ampliar senão às custas de outras" (ROUSSEAU, 1979, p. 187). Por outro lado,

> os excedentes, aos quais a fraqueza ou a indolência tinham impedido de adquirir a sua [propriedade], todos pobres sem nada terem perdido (...) foram forçados a receber ou a arrebatar sua subsistência da mão dos ricos (ROUSSEAU, 1979, p. 187).

Como consequência do processo descrito,

> os mais poderosos ou os mais miseráveis fizeram de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio, equivalente, segundo eles, ao

5 Segundo Kersffeld (2006, p. 397), "as ideias sociais consagradas definitivamente pelo *Discurso* de Rousseau foram formuladas em concordância com os aportes intelectuais desenvolvidos pelos chamados representantes do 'socialismo ilustrado' (o abade Meslier Morelly e Gabriel Bonnot de Mably), os quais, no transcurso do século XVIII, também efetuaram uma decisiva crítica dirigida, de modo geral, às formas adquiridas pelo capitalismo agrário em auge naquela época na França, e, em particular, à centralidade econômica assumida pela propriedade privada".

> direito de propriedade; e, rompida a igualdade, seguiu-se-lhe a mais espantosa desordem. Foi assim que as usurpações dos ricos, as rapinas dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz ainda frágil da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e perversos (ROUSSEAU, 1979, p. 187-8).

Embora sem empregar os termos utilizados no século XIX, Rousseau não está fazendo nada mais do que apresentar uma formulação teórica semelhante ao conceito de luta de classes, que, em sua concepção, passa pela "guerra" entre ricos e pobres. Essa compreensão evidentemente contrasta com a filosofia marxista, para quem "opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada", que "terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito" (MARX & ENGELS, 2005, p. 40). Mesmo com o processo revolucionário, do qual Rousseau presenciou uma parte, a "sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiam no passado" (MARX & ENGELS, 2005, p. 40).

Rousseau aponta que, quando foram definidas as propriedades e alguns ficaram com terras e outros não, os ricos elaboram um frágil sistema que garantisse sua legalidade. Esse conjunto de leis não impede, mas sufoca a "guerra" que se instala pelo direito de propriedade ou, no limite, pelo direito de possuir alguma propriedade. Segundo Rousseau, os ricos sentiam cedo

> como lhes era desvantajosa uma guerra perpétua cujas despesas corriam todas por sua conta e na qual o risco da vida era comum, bem como o dos bens particulares" (ROUSSEAU, 1979, p. 188).

No final da obra, Rousseau afirma, concluindo sua exposição,

> que a desigualdade, sendo quase nula no estado natural, tira sua força e acréscimo do desenvolvimento de nossas faculdades e dos progressos do espírito humano, e se torna enfim estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis (ROUSSEAU, 1979, p. 206).

Esta afirmação pode servir como ponto de contato entre o **Discurso** e o **Contrato social**, onde é possível depreender pelo menos duas discussões fundamentais a partir da análise conjunta de ambas as obras.

Primeiro, partindo da desigualdade como um fator dado e inclusive discutido, pois teria sido trabalhado em outro texto, Rousseau chama a atenção para uma espécie de esgotamento do estado natural, afirmando textualmente:

Eu imagino os homens chegando ao ponto em que os obstáculos, prejudiciais à sua conservação no estado natural, os arrastam, por sua resistência, sobre as forças que podem ser empregadas por cada indivíduo a fim de se manter em tal estado (ROUSSEAU, 1979, p. 29-30).

Segundo Rousseau, esse estado natural não teria mais como subsistir, afinal a humanidade pereceria se ele não mudasse. Para Rousseau,

> depois do estado de natural e **antes** do contrato, ocorre um longo processo **histórico** de socialização, através do qual o desenvolvimento das forças produtivas gera várias formações sociais, preparando assim as condições de possibilidade para dois diferentes tipos alternativos de contrato, um que perpetue a sociedade

> injusta, outro que gera uma sociedade livre e igualitária" (COUTINHO, 2011, p. 20).

Essa nova forma de organização da sociedade do estado civil, com base na propriedade, precisa encontrar uma forma de associação que defenda e proteja as pessoas, os bens, enfim, a sociedade, devendo cada um obedecer a essas normas que se estabeleçam. O contrato social, para Rousseau, seria a solução. Com isso se estabeleceria um conjunto de leis que pudessem regular o funcionamento desse contrato, expressando uma soberania dos cidadãos e regulando o funcionamento da própria sociedade. Segundo Rousseau, "o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui" (ROUSSEAU, 1979, p. 34). Essa interpretação dialoga com aquela exposta pelos fundadores do marxismo, quando afirmam:

> Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia (MARX, Karl; ENGELS, 2005, p. 50).

Um segundo aspecto que pode ser destacado passa pela criação de leis que regem a sociedade. Segundo Rousseau (1979, p. 47), é preciso "que haja convenções e leis para unir os direitos aos deveres e encaminhar a justiça a seu objetivo". Essas leis são as condições a partir das quais se dão a associação civil. Contudo, embora Rousseau (1979, p. 49) afirma que "o povo, submetido às leis, deve ser o autor das mesmas", demonstra desconfiança em relação à "turba cega, que em não sabe o que quer, porque raramente conhece o que lhe convém".

Pode-se depreender disso que Rousseau, ao procurar a origem e os fundamentos da desigualdade, percebe que ela está justamente no surgimento da propriedade, ou seja, da passagem de um estado selvagem para um estado civil. Surge disso a necessidade de constituir um contrato e formular leis que garantam direitos, seja o de propriedade, seja o de liberdade. Nesse processo é constituído o Estado, que "tem uma origem humana, tem uma história que é feita pelo homem. O Estado coloca o homem fora da história natural. E, se é o homem que, pelo seu desenvolvimento, organizou o Estado, logo é um contrato social que o fundamenta" (LIMA, 2008, p. 103). Uma crítica radical do Estado, relacionando sua origem e fundamentos à propriedade privada e à exploração do trabalho, seria formulada apenas no século seguinte, por Marx e Engels.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No **Discurso**, Rousseau está procurando os fundamentos da desigualdade existente entre as pessoas. No **Contrato** busca entender de que forma opera o poder soberano, embora mostre, por um lado, uma simpatia saudosista em relação ao passado humano e, por outro, uma visão positiva da soberania do povo. Mas essa soberania exigiria igualdade e liberdade, o que Rousseau não enxergava na sociedade em que viveu. Por outro lado, sua ideia de "povo" se remete mais a uma burguesia em consolidação na estrutura do Estado e a camadas "ilustradas" da aristocracia, e menos ao proletário, que apenas começava a dar seus primeiros passos em sua organização política. Rousseau, portanto, apresenta uma ideia de democracia sustentada nos interesses da burguesia, superando o modelo centrado nas classes que governavam o Antigo Regime, problematizando a disparidade na

distribuição de riquezas, mas sem apontar para a necessidade de superação da exploração de uma classe por outra.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlo Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

KERSFFELD, Daniel. Rousseau e a busca mítica da essencialidade. BORON, Atílio (Org.). **Filosofia política moderna**: de Hobbes a Marx. São Paulo: Departamento de Ciência Política – USP, 2006.

LIMA, Carlos. **Genealogia dialética da utopia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1979.

SILVA, Michel Goulart da. O macaco e o trabalho. **Revista Urutágua**, Nº 14, 2007.

SILVA, Michel Goulart da (Org.). **Marxismo e natureza**: ecologia, história e política. Pará de Minas: Editora VirtualBooks, 2010.

Aspectos da politica sul-mato-grossense: uma breve análise de conjuntura

Submetido em: 25/08/2020, aprovado em: 12/08/2020
10.30612/mvt.v7i13.12652
Ailton Souza[1]

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma breve análise de conjuntura acerca do estado de Mato Grosso do Sul privilegiando alguns aspectos em torno da política regional. Para atingir este propósito adotamos como método de abordagem um recorte exploratório-descritivo do estado identificando e cotejando seus principais atores e nuances que englobam sua historia recente. As diretrizes, escolhas e decisões de um governo provocam mudanças que incidem diretamente na sociedade, sendo o desenho e a produção de políticas públicas o seu principal instrumento da governança. Todavia, as ações do governo não são ao acaso, mas influenciadas por amplo jogo de forças envolvendo atores e interesses muitas vezes divergentes. A atuação do governo através das políticas públicas pode ser derivada de diferentes ações a partir de Leis, Decretos e outras formas de exercício do poder nem sempre objetivas. Em todos os casos é necessário constantemente redescobrir a realidade, visto que os atores sociais, políticos e econômicos se movimentam no tabuleiro da política.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Projetos Políticos. Neoliberalismo.

Aspects of the South-Mato-Grossense policy: a brief analysis of the conjuncture

ABSTRACT: The aim of this article is to present a brief conjuncture analysis about the state of Mato Grosso do Sul focusing on some aspects around regional policy. To achieve this purpose, we adopted as an approach method an exploratory-descriptive outline of the state identifying and comparing its main actors and characteristics that encompass its recent history. The guidelines, choices and decisions of a government cause changes that directly affect society, and the design and production of public policies is its main instrument of governance. However, the government's actions are not random, but influenced by a broad set of forces involving actors and interests often divergent. The government's performance through public policies can be derived from different actions based on laws, decrees and other forms of exercise of power that are not always objective. In all cases it is

1 Mestre em Ciências Sociais - UNB, Doutor em Ciência Política - UNICAMP. Professor de Ciências Sociais - UEMS/ Paranaíba - MS

necessary to constantly rediscover reality, since social, political and economic actors move on the policy board.

Keywords: Public Policies. Political Projects, Neoliberalism

Aspectos de la política sul-mato-grossense: un breve análises de la coyuntura

RESUMEN: El objetivo de este artículo es presentar un breve análisis de la coyuntura sobre el estado de Mato Grosso do Sul, centrándose en algunos aspectos en torno a la política regional. Para lograr este propósito, adoptamos como método de aproximación una sección exploratoria-descriptiva del estado identificando y cotejando a sus principales actores y los matices que abarcan su historia reciente. Las directrices, elecciones y decisiones de un gobierno causan cambios que afectan directamente a la sociedad, y el diseño y la producción de políticas públicas es su principal instrumento de gobernanza. Sin embargo, las acciones del gobierno no son aleatorias, sino influenciadas por un amplio juego de fuerzas que involucran actores e intereses a menudo divergentes. La acción del gobierno a través de políticas públicas puede derivarse de diferentes acciones basadas en leyes, decretos y otras formas de ejercicio de poder que no siempre son objetivas. En todos los casos es necesario redescubrir constantemente la realidad, ya que los actores sociales, políticos y económicos se mueven en el consejo político.

Palavras Clave: Política Pública. Proyectos Políticos. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise de conjuntura política a partir da abordagem exploratório-descritiva tendo como pano de fundo um recorte ilustrativo do estado sul-mato-grossense. Enquanto um dos estados mais novos da federação o Mato Grosso do Sul já foi pauta de diversos estudos. Mas, embora, muito se tenha abordado sobre a região é possível ainda identificar diferentes lacunas, sobretudo, em temas da ciência política como democracia, instituições políticas, governo e políticas públicas. A carência de maiores análises dentro desta área de análise dificulta um diagnóstico mais aprofundado que busque responder, por exemplo, quais os rumos e decisões tomadas pelo estado no âmbito das políticas públicas nas últimas décadas?

O presente questionamento é abrangente e ao mesmo tempo oportuno para entendermos o comportamento e as diretrizes das políticas públicas do governo do estado de Mato Grosso do Sul desde sua criação em 1979. Entendendo que de modo geral as políticas públicas seguem as agendas e diretrizes de governo, identificar cenários e aspectos da política regional contribuem para um exame mais preciso do estado na contemporaneidade. Diante a este cenário uma análise de conjuntura contemplando a política regional torna-se plausível, especialmente quando não negligenciamos, por mais esparsos que sejam a influência, atuação e percepção de atores políticos e sociais no tocante ao desenvolvimento de seus valores e atitudes, bem como os fatores políticos e históricos da região (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Análises de conjuntura podem ser entendidas conforme destacou Souza (2005), como uma mistura de conhecimento e descoberta a partir de uma leitura especial da realidade que não faz parte apenas da arte da política, mas que pode também ser traduzido em um ato político. Neste sentido, o conceito implica na capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações e tendências a partir de dados e das informações disponíveis. Todavia, há necessidade de clarear alguns aspectos, tais como os acontecimentos, os cenários, os atores, as relações de força e as articulações que se baseiam na relação entre a estrutura e conjuntura (SOUZA, 2005).

Tais princípios norteiam o presente artigo que se divide em três partes, exceto esta breve introdução e considerações finais. A primeira parte ilustra um cenário panorâmico do estado com algumas particularidades em relação ao seu surgimento e algumas particularidades do estado após sua separação do atual estado de Mato Grosso. Outros aspectos brevemente caracterizados se relacionam a migração e ocupação da região, bem como das classes e grupos atores existentes no estado. Esses ingredientes permitem vislumbrar tanto a emancipação político-administrativa do estado como as políticas que seriam adotadas ao longo dos anos. Já na segunda parte deste trabalho destacamos algumas políticas que favoreceram alguns setores no campo do desenvolvimento em detrimento a outros pouco privilegiados na agenda de governo. Tais como indígenas, trabalhadores do campo, brasiguaios entre outros.

Enfim, na terceira parte da abordagem enfocamos a questão política a partir de um panorama mais abrangente em torno das elites agrárias e políticas no estado. Destacamos ainda o perfil dos atores e o conceito de projeto político derivado da abordagem de Dagnino, Olvera, Panfichi (2006). Este conceito que como veremos é caracterizado pelas crenças e interesse dos indivíduos é adotado neste artigo como uma das lentes de interpretação da conjuntura política do estado. Após estas discussões panorâmicas acerca do estado tecemos nossas considerações finais enfatizando como a disputa entre os projetos políticos na região influenciaram as linhas preferenciais de governabilidade.

A FORMAÇÃO DO ESTADO: UMA VISÃO PANORÂMICA

A construção de um retrato do estado de Mato Grosso do Sul perpassa certamente pelo panorama de sua criação em 1977 e a sua emancipação em 1979. Este processo que deu origem ao estado refletiu, sobretudo, os antagonismos de classe, a violência, o poderio das oligarquias políticas e dos antigos coronéis da região (SOUZA, 1997; BITTAR, 2009). Sua origem, neste sentido, foi marcada por acontecimentos e retóricas políticas controversas e muitas vezes vazias, tendo em vista que as elites viam no estado que iria surgir um "estado modelo" a partir da sua separação com a região Norte. O presente discurso conforme salienta Bittar (1998) seria uma falácia, à medida que o único modelo que se viu no novo estado foi de como processar rapidamente a alternância de poder com a indicação e imposição de três governadores entre os anos de 1979 e 1980. O fato das elites agrárias perceberem que poderiam chegar e se manter no poder conforme destaca a autora coaduna com esta perspectiva, haja vista que grande parte dos atores políticos que chegaram ao poder terem alguma vinculação direta ou indireta com as elites agrárias e industriais do estado.

Este panorama que envolve a história do estado é permeado por disputas e amplos antagonismos entre os atores sociais e políticos ainda antes da criação e emancipação do estado. Neste terreno desde os anos 1920 práticas coronelistas e mandonistas se manifestam no estado marcando

a historia política da região. Os antigos coronéis que dominavam a estrutura política vigente do estado destacaram seu poderio especialmente no processo de divisão do estado, que colocou em choque os interesses divergentes das elites agrárias do antigo território mato-grossense.

Encabeçadas pelas famílias tradicionais pertencentes de ambas as regiões as mesmas defenderiam as vantagens políticas e econômicas mais interessantes a seus grupos políticos no que tange a economia e o desenvolvimento. Para tanto, não hesitariam fazer uso da violência que segundo aborda Correa (2006), foi extrema em torno da luta pela posse da terra e entre as classes e políticas partidário-locais. A manifestação do coronelismo, embora relacionadas ao passado do estado podem ainda ser interpretadas como ainda vigentes em alguns cenários da atualidade. Esta percepção foi suscitada por Souza (1997), que apontou que os antigos coronéis seriam na história recente uma das principais peças da engrenagem da política do estado atuando atualmente como políticos, empresários, profissionais liberais entre outras ocupações.

Outro traço do estado se relaciona aos incentivos para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul após sua separação. Segundo Abreu (2014), neste quesito Mato Grosso do Sul teria recebido menores investimentos do Governo Federal através da *Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO em relação ao Mato Grosso.* Porém, seria o estado de Mato Grosso do Sul que teria melhores condições de se desenvolver mais rapidamente em virtude de diferentes fatores como: a) estaria em uma rota de desenvolvimento vinda pelo sul do país, que desde os anos 1940 é marcada pela "marcha para o oeste" que, conforme destacou Albanez (2013), ficou conhecido como movimento de nacionalização de fronteira ganhando expressão a partir da ampliação do comércio da erva mate e da colonização do sul do estado; b) recebe primeiramente o movimento de expansão da fronteira agrícola para Centro-Oeste, que conforme mencionou Steinberger (2000) marcou desde os anos 1970 a ampliação da cultura da soja e, posteriormente do milho e de outras lavouras em toda a região sul de Mato Grosso do Sul.

Estes fatores aliados a forte migração e fixação dos granjeiros e agricultores do sul do país modificaram a paisagem do estado e contribuíram para o seu rápido desenvolvimento econômico (ZAMBERLAN et. al 2010). Estes acontecimentos marcam de modo geral o processo histórico de ocupação do estado à medida que este atraiu pessoas de todas as regiões do país e de países estrangeiros, que se fixaram no estado, tanto visando o cultivo e indústria da erva mate, como para o desenvolvimento de culturas e da criação de gado.

Todavia, conforme aborda Bittar (2009), é devido ao excelente desempenho na criação de bovinos que o estado se destacaria nacionalmente ampliando a concentração fundiária na região. O crescimento da produção de grãos e os espólios da divisão do estado favoreceram o fortalecimento dos grandes proprietários rurais locais e toda a base elitista que viriam no futuro segundo a autora a dirigir o governo e influenciar os rumos do estado. Estes atores históricos constituem um dos elementos da análise de conjuntura. Contudo, cabe um exame mais aprofundado que aponte como atores diversos atuaram ou influenciaram a sociedade sul-mato-grossense.

Se considerarmos o perfil do estado que apresenta inúmeros latifúndios e amplos embates em torno da posse da terra, não há duvidas que um dos seus atores derivaria das elites agrárias. A menção as elites são estudadas na ciência política a partir do campo analítico da teoria das elites. Conceito que no dicionário de Ciência Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2008), refere-se à teoria que enfatiza que em toda a sociedade existe uma minoria, e esta de várias formas possíveis, é detentora de poder em contraposição a uma maioria que seria privada dele. Sucintamente como reporta Raposo (2019), a elites são formadas por pequenos grupos de indivíduos que se destacam entre seus pares em algum campo especifico e que podemos dizer ocupam certo protagonismo.

Neste sentido: "Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo (RAPOSO, 2019, p. 160).

As elites conforme argumenta Codato (2015), nem sempre são fáceis de identificar, cabendo analisar em linhas gerais quem manda e faz parte de um círculo de poder que consegue influenciar as decisões chaves de determinado governo. Segundo o autor há três métodos de análises pertinentes para a identificação das elites e, estas consistem no conhecimento posicional, decisional e reputacional dos atores. Os dois primeiros métodos, que de certa forma nos parece ser mais práticos para análise de uma população são definidos pelo autor da seguinte forma:

> O método posicional enfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade (diretorias de grandes empresas, cúpulas do Executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares)...
>
> O *método decisional* sustenta, por sua vez, que as pessoas com poder são aquelas capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes) e nem sempre se confundem com aquelas que ocupam as posições formalmente designadas como as mais relevantes (CODATO, 2015, p 16).

O terceiro método conforme abordado ocorre a partir de dois movimentos: o primeiro consiste na elaboração de uma lista com os nomes de lideranças de uma comunidade a partir de posições de diferentes arenas decisórias e o segundo, em remeter esta lista a um conjunto de especialistas para indicação dos mais reputados, influentes e poderosos. Sem a intenção de aplicar estes métodos, tendo em vista que o olhar aqui adotado é basicamente panorâmico, vemos que o método posicional e decisional são mais próximos a esta abordagem, embora, não realizamos distinções mais especificas em relação aos atores regionais.

A diversidade de atores políticos e sociais são, neste sentido, uma das chaves mais importantes para a compreensão do estado de Mato Grosso do Sul ou para elaboração de qualquer análise de conjuntura. Conforme expressou Souza (2005) em uma análise de conjuntura os atores são aqueles que representam, encarnam um papel dentro de um enredo ou em uma trama de relações, sobretudo, de uma ideia, projeto, reivindicação, promessa ou denúncia. Dentro desta dimensão, se por um lado a sociedade política - entendida por atores representativos do legislativo e executivo -, pode ser caracterizada pela sua atuação e maior influência nas esferas de poder, por outro, a sociedade civil – representada por segmentos sociais organizados em torno de pautas e demandas específicas -, compostas pelos atores sociais urbanos e rurais pode se caracterizada pela sua capacidade de exercer pressão na defesa de seus direitos sociais.

Em linhas gerais, ambos os tipos de atores que fazem parte da estrutura política e social do estado podem ser condicionados as classes e frações de classe ou extratos, que conforme caracterizada por Bittar (1998) comporiam toda a estrutura do social do estado. As mesmas seriam classificadas pela autora como: a) fração latifundiária, que envolveria as famílias tradicionais oriundas especialmente de São Paulo e Minas Gerais; b) a fração cujo, os representantes derivariam das grandes empreiteiras da construção civil que passaram a adquirir mais propriedades rurais; e, c) a fração relativa à burguesia agrária, composta basicamente por gaúchos que, a partir de fluxos migratórios modernizaram a agricultura sul-mato-grossense. Estas frações estariam segundo a autora mais envolvida com

partidos como o PP e PMDB. Além desta breve classificação, teríamos ainda as camadas médias urbanas, segmentos profissionais como advogados, engenheiros e médicos, funcionários públicos e profissionais assalariados, prestadores de serviços, professores, trabalhadores rurais e do setor da construção civil e alimentação. Estes atores de modo geral apoiariam até o final dos anos 1980, partidos como PDS, PP, PCB e PT.

Outros atores importantes que podem ser acrescentados nesta classificação são os grupos indígenas e os brasiguaios. Os primeiros como observou Mizusaki (2017) foram usados como mão-de-obra na Guerra com o Paraguai 1864-1870 e também na exploração da erva mate. Logo após a guerra, seriam mais uma vez aproveitados em trabalhos nos canaviais, construção civil, trabalhos domésticos entre outros setores e, depois da emancipação do estado, quando não incorporados a lógica capitalista, seriam invisibilizados pela sociedade sul-mato-grossense. Já os brasiguaios estão relacionados na historia do estado ao contexto geopolítico de penetração e ocupação de fronteiras, acionada durante os governos militares com o intuito de alargar seus domínios em uma política considerada resquício da guerra com o Paraguai ocorrido no último quartel do século XIX. Estes atores teriam maior expressão ao longo do processo de redemocratização quando retornam do Paraguai buscando se fixar nas áreas rurais do estado incorporando as fileiras dos movimentos sociais dos sem-terra.

Adicionalmente aos atores mencionados resta ainda apontar outros atores importantes, mesmo que esporádicos como o Movimento dos Posseiros Urbanos que contou com 50.000 integrantes em 1987 na capital Campo Grande – MS e outros atores que atuaram na defesa dos direitos específicos como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. Estas últimas instituições tiveram relevância na pauta e na estrutura política sendo apoiadas por outras instituições como igrejas, partidos e sindicatos. Vale considerar para estes dois últimos as influências nas atividades de mobilização popular da Teologia de Libertação propagada pela Igreja Católica tanto na luta no campo como no ambiente urbano através das Comunidades Eclesiais de Base no fortalecimento das lutas políticas em torno da defesa de direitos urbanos e rurais. As entidades religiosas, sindicais e partidárias como a Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores – CUT seriam vistos dentro deste cenário como incubadores institucionais. Ou seja, instituições que organizariam e reorientariam atores nas clivagens e contestação política, contribuindo com recursos organizacionais e ao mesmo tempo atraindo pessoas ao seu campo ideológico (HOUTZAGER, 2004).

CONTEXTOS POLÍTICOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Um dos adjetivos mais aceitos imputados a política é de que ela seja considerada uma opção pacífica de resolução de conflitos, pois de outra sorte só nos restaria à beligerância. Não obstante, o elemento central das políticas de governo são as atividades políticas relacionadas a tomada de decisão que podem se traduzir ou não em políticas públicas. Todavia, como reporta Rua (1998), uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer que diversas ações sejam relacionadas no sentido a implementar as decisões tomadas. As decisões e as políticas podem envolver atores públicos e privados, entre os quais estão políticos com mandatos eletivos, burocratas com cargos estratégicos, empresários e representantes de setores econômicos, trabalhadores e suas organizações, sindicatos, agentes financeiros internacionais e atores da mídia (RUA, 1998).

Entretanto, as decisões políticas correspondem a uma escolha dentre um leque de alternativas, enquanto as políticas públicas envolvem mais do que uma decisão requerendo diversas ações que devem ser estrategicamente selecionadas. Na teoria econômica conforme destacou Silva (1996) a política e a decisão pública são consideradas elementos da teoria de escolha racional, o que pressupõe que os conceitos de preferências, ordenações e a maximização sejam condicionadas por restrições. Deste modo como já previa Pedone (1986), o processo decisório é produto do livre jogo de influências e de poder entre grupos de pressão organizados que defendem seus interesses individuais.

Os diversos aspectos elencados podem ser relacionados ao contexto econômico do estado, principalmente no tocante aos estímulos à industrialização. Tais estímulos estariam relacionados à atuação de atores ligados as elites regionais. O elitismo como aborda Rua (1998), deriva dos resultados das disputas por demandas, apoios e benefícios que seriam previamente definidos pelos interesses das elites, que controlariam os recursos organizacionais da sociedade ou da classe dominante que controla seus recursos produtivos.

Em relação ao estado de Mato Grosso do Sul as elites estariam ligadas os atores do mundo agrário, que seriam vistos ocupando posições de destaque na direção das políticas econômicas e influenciando a agenda do governo estadual em torno da indústria ligada à agricultura e a criação de gado. É dentro deste contexto que a industrialização do estado cresce, ancorada principalmente pelos incentivos recebidos pelos diferentes governos. A indústria no estado também pode ser analisada a partir das suas diversas fases, sendo a primeira originada junto como a emancipação do estado ainda de forma tímida no final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Já a segunda fase ocorre ao longo dos anos 1980-1990 quando a indústria passa a se fortalecer e ganhar maior terreno. Isto, devido ao desenvolvimento da agropecuária e da pressão de agropecuaristas em torno da necessidade de indústrias voltadas ao beneficiamento de suas produções (ZAMBERLAN et al 2010).

Considerando a influencia do projeto neoliberal após a emancipação do estado, Carmo (2018) aponta para as novas formas de planejamento industrial, no estado, bem como as demandas produtivas implementadas por um conjunto de políticas econômicas e sociais, cuja prioridade centrou-se em setores secundários e terciários. Ademais, conforme menciona o autor o estado seguiu diretrizes econômicas nacionais e internacionais, priorizando entre 1986-1990 o crescimento e a modernização econômica a partir da transformação da estrutura produtiva de primária para secundária. Pode-se dizer que é partir deste momento que o estado entra na lógica da economia globalizada. No entanto, o apoio dos governos à economia também enfatizaria a política de incentivos fiscais aos setores de industriais que condicionam, por exemplo, o surgimento da Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul – FIEMS em janeiro de 1979. A federação vem neste sentido fortalecer a cobrança por respostas as demandas da indústria no estado.

Tais cobranças passariam a ser mais incisivas em 1983 diante a expansão da indústria e crescente diversificação de pólos produtivos em vários municípios do estado (ZAMBERLAN, et al 2010; CARMO, 2018). A consolidação do agronegócio seria neste sentido segundo Carmo (2018), também resultado do cenário de expansão da indústria, que ganha força a partir de 1992 com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul – CODESUL. Conselho derivado da preocupação do governo do estado com o planejamento de áreas mais dinâmicas para investimentos econômicos.

O interesse do governo mostra uma tendência que, no entanto, não é nova, à medida que consolidou muito antes na historia do estado com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, que envolveu o Governo Federal e o Estadual. Além da SUDECO, Abreu (2014), destacou o Programa Especial do Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul – PROSUL,

que foi criado em 11/10/1977 com vigência de 10 anos tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, ampliação da produção de produtos alimentares básicos e a exportação de produtos agropecuários. A SUDECO teria ainda a intenção de promover a agroindústria no sentido de beneficiar e processar as matérias-primas regionais. Ambas as entidades tinham objetivos comuns e foram criadas tendo em vista o desenvolvimento consolidado dos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Todavia, em relação às entidades implantadas especificamente pelo estado de Mato Grosso do Sul para fortalecer o desenvolvimento econômico podemos citar a criação do Fundo de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul – FUNDESUL e da Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul - CODESUL. A Fundesul foi criada pelo decreto nº 20 de 01/01/1979 buscando financiar, com ou sem retorno investimentos em programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social e despesas de órgãos e entidades de Administração Indireta e de fundações instituídas pelo Poder Público, em projetos e atividades voltados para a modernização institucional.

Já a Codesul foi criada pelo Decreto nº 29 de 11 de janeiro de 1979 tinha por finalidade exclusivamente a promoção e o fomento das atividades industriais, comerciais e de mineração do estado favorecendo financiamentos, incentivos fiscais e outros benefícios necessários do setor. Além de ambas as entidades que colaboraram para o desenvolvimento econômico da indústria no estado vale mencionar, talvez uma das principais políticas de estímulo ao setor no estado, ou seja, o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e a Renda "MS Empreendedor". Este programa foi criado pela Lei Complementar 93 de 05/11/2001 e concede desde então benefícios e incentivos fiscais, financeiro-fiscais ou extra fiscais como instrumentos de política de fomento à industrialização do Estado e à circulação de bens econômicos em seu território com uma ampla gama de vantagens para instalação de empresas no estado. Entre as vantagens disponibilizadas ao empresariado e ao setor industrial esta a dedução de até 67% dos valores devidos em ICMS ao estado por um período de até 15 anos.

As políticas de incentivo a indústria chega ao campo por diferentes canais além dos programas e entidades elencadas, tal como pelo crédito rural vindo do Governo Federal. Dados relativamente recentes como aborda Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), apontam que entre 2002 e final de 2011, ao longo do governo Lula houve um aumento significativo neste tipo de crédito, que passou de R$= 972 milhões a 3, 4 bilhões de reais no estado. Aspecto que mostra segundo os autores certo alinhamento do governo Lula ao seu antecessor FHC. Por outro lado, como afirmam os autores também haveria um movimento de alinhamento entre o capital mundial e nacional, os latifundiários e o estado.

Enquanto um dos principais fomentos ao agronegócio brasileiro o crédito rural e a liberação de créditos para agricultura empresarial contribuiu para expandir o mercado das *commodities* no estado (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018). Não obstante, se por um lado, houve estímulos ao setor empresarial e industrial, por outro, houve pouco interesse político em solucionar as demandas sociais urbanas e rurais. Em especial as relacionadas as demandas indígenas e de trabalhadores rurais sem terra. Deste modo, nas últimas décadas conforme mencionam os autores houve um sensível abandono das políticas de reforma agrária nos governos petistas de Lula e Dilma.

Contudo, a articulação popular limitou as perdas buscando alternativas que possibilitaram diminuir alguns efeitos através de projetos participativos de desenvolvimento como os projetos de infra-estrutura em territórios rurais – PROINFS, que subsidiados com recursos públicos consolidaram entre 2002 e 2014 o total de 278 projetos com valores de superiores a R$=74 milhões de reais.

Já após o governo Dilma houve o desmonte drástico nas políticas de agricultura familiar e partes do Proinfs aprovados não foram implementados no estado.

As diversas particularidades do estado mostra neste cenário as diferentes dimensões que envolvem de um lado os atores ligados as elites agrárias e industriais, bem como de outro a atuação dos atores sociais rurais e urbanos. Ambas as perspectivas tem sido ainda pouco estudado e as parcerias, ou os incubadores nas palavras de Houtzager (2004) ainda são poucos debatidos. O que mostra que o território sul-mato-grossense ainda é um campo aberto de pesquisa.

AS DIMENSÕES POLÍTICAS E OS PROJETOS EM JOGO

A capacidade de influenciar a agenda política e os rumos do estado na economia e desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense são reflexos que podem ser dirigidos aos principais atores políticos e sociais do estado. O posicionamento de tais atores, bem como seus interesses e perspectivas na política nacional, estadual ou local deixam pistas de suas posturas e bandeiras de luta. Ademais, também podem ser classificados a partir dos projetos políticos aos quais podem ser diretamente vinculados. A noção de projeto político é compreendida por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a partir de uma concepção *gramsciana* sendo caracterizada como um meio de análise das crenças, interesses, concepções de mundo, representações da vida e das orientações e escolhas da ação política de diferentes sujeitos no âmbito da América Latina desde inicio do século XXI.

As escolhas dos sujeitos e suas relações conflitivas expressam e produzem significados que integram, sobretudo, suas matrizes culturais podendo conforme os autores se relacionar ou estar associado ao projeto político autoritário, democrático-participativo e neoliberal. O primeiro deles que opera dentro da dinâmica do autoritarismo e encontra-se em latência em toda América Latina e se restringe as facetas conhecidas do autoritarismo, ao qual não nos aprofundamos nem tecemos relações neste recorte. Já projeto democrático-participativo consiste no aprofundamento e radicalização da democracia a partir do fortalecimento da participação da sociedade nas decisões e nas políticas públicas diante a um estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Acerca deste projeto incide, sobretudo, a necessidade de reconhecer a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado, dos projetos políticos em jogo e das trajetórias tanto da sociedade civil (atores sociais diversos como associações de moradores, movimentos e sindicatos) como da sociedade política (partidos, entidades). A heterogeneidade engloba a pluralidade política e social que acompanha o desenvolvimento histórico da América Latina se opondo a ideia, por exemplo, de um estado mínimo.

O projeto neoliberal é centrado no ajuste do estado em suas relações com a sociedade ou, mais precisamente, na necessidade de ajustar a economia à expansão do capital internacional. Este projeto conforme enfatiza os autores se consolida no Brasil a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Melo em 1989, que aponta para a implantação do ajuste neoliberal e o fortalecimento da ideia de emergência de um estado mais reduzido e interessante para o mercado e aos interesses neoliberais.

Todos estes projetos estão condicionados ao jogo político que perpassa e tem como pano de fundo a democracia representativa, embora não se restrinja somente a ela e, sim a um conjunto de sujeitos e articulações que evidenciam a disputa dentro e fora do jogo político. No âmbito da sociedade política estas disputas se concentram no controle da agenda de governo que se ancora, sobretudo, na representação de partidos que representariam segmentos e classes diferenciadas da

população. Os alinhamentos ou enquadramentos dos conteúdos programáticos entre partidos conservadores e não conservadores, ou mesmo seus posicionamentos em relação a determinadas demandas permitem identificar características que possibilitem vinculá-los aos projetos políticos em curso no país.

As características dos partidos que se consolidam entre os anos 1970-1990 dão pistas importantes dos seus projetos políticos, embora em um primeiro momento sejam em sua maioria partidos conservadores com pautas voltadas ao projeto neoliberal. Estes partidos seriam conforme Mainwaring, Meneguello e Power (2000) mais inclinados a formas restritas de democracia, demonstrando, por exemplo, menos empenho em aprovação de políticas ligadas a direitos sociais. Além disso, os partidos conservadores defenderiam maior abertura ao capital estrangeiro, enxugamento do Estado e apoio as agendas neoliberais. Todavia, os partidos conservadores segundo apontam os autores não são, no entanto, os responsáveis isolados pela introdução das agendas neoliberais no Brasil e, sim, os partidos conservadores que seriam vinculados a direita ou a extrema–direita, ou seja, aqueles que tiveram envolvimento mais direto com as políticas neoliberais desde os anos 1970.

No entanto, analisando o estado do Mato Grosso do Sul a partir da noção de projeto político podemos brevemente classificar os partidos políticos dentro de seu componente ideológico. Logicamente que este exercício pode apresentar inconsistências tendo em vista as possíveis mudanças de perspectiva de um partido no âmbito das interpretações de seus analistas ao longo do tempo. Porém, acompanhando aqui a classificação de Mainwaring, Meneguello e Power (2000), temos como partidos de direita e centro-direita as seguintes siglas: Partidos de direita - PDS, PFL, PL, PPB, PPR, PRN, PRONA, PRP, PSD; *Partidos de centro-direita* - PDC, PMB, PMN, PP, PSC, PSL, PST, PTB, PTR.

Ampliando este recorte com partidos criados até os anos 1990, temos conforme os autores a seguinte classificação: *partidos de direita - PPB, PFL, PTB; partidos de centro - PMDB, PSDB; partidos de esquerda - PDT, PT*[2]. Neste cenário os partidos conservadores tanto de direita como de centro foram classificados como pouco propensos as mudanças que alterem as estruturas sociais e econômicas, mas igualmente abertos e apoiadores das políticas neoliberais. No entanto, se analisarmos a questão partidária vinculada ao governo do estado temos, por outro lado, um cenário mais abrangente e diversificado, especialmente entre o período de emancipação do estado em 1979 e 2006, como mostramos abaixo:

Quadro 01. Governadores do estado entre 1979-2006

Governador	Partido	Gestão
Harry Amorim Costa	ARENA	Janeiro-junho/1979
Marcelo Miranda Soares	ARENA/PDS	Julho-1979/ Outubro-1980
Pedro Pedrossian	ARENA/PDS	Novembro-1980 / Março-1983
Wilson Barbosa Martins	PMDB	Março-1983 / Maio-1986
Marcelo Miranda Soares	PMDB	Março-1987 / Março-1991
Pedro Pedrossian	PTB	Março-1991 / Dezembro-1994
Wilson Barbosa Martins	PMDB	Janeiro-1995 / Dezembro-1998
José Oricilio Miranda do Santos - Zeca do PT	PT	Janeiro-1999 / Dezembro-2006

Fonte: Bittar (2009) adaptado pelo autor.

2 Embora, esta breve classificação dos pólos ideológicos seja válida dentro do recorte histórico é possível que novos enquadramentos possam ser feitos nos dia de hoje, à medida a localização ideológica possam ter sofrido mudanças.

O quadro acima permite relacionar um conjunto de cenários interpretativos para o estabelecimento de uma conjuntura política e da receptividade dos projetos políticos. O primeiro deles deriva do fato de termos entre 1979-1998 somente governos ligados ao conservadorismo e as elites agrárias e latifundiárias. Embora, no entanto, o PMDB seja considerado de centro, é possível identificar que alas mais conservadoras ganham protagonismo dentro do partido neste período (BITTAR, 2009). Outro aspecto direto e, que podemos observar no quadro mencionado se refere a pouca alternação no poder, ou seja, há uma predominância de governos que representam basicamente os mesmos segmentos de atores por um longo período. Além disso, podemos mencionar, dado o perfil dos governos, que não haveria oposição aos projetos neoliberais em curso, pelo menos desde o governo Fernando Collor de Melo no final dos anos 1980 até o governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2002. Não obstante, para Abreu (2008), não houve diferenças na postura de governo de estado inclusive no governo PT entre os anos de 1999-2006, haja vista que a plataforma econômica era de manutenção do *status quo* e, portanto, de defesa de políticas industriais neoliberais.

É interessante notar, por outro lado, que a penetração dos atores políticos vinculados a agropecuária se estenderá de igual maneira aos governos municipais. A este respeito se olharmos para a capital do estado Campo Grande, vemos alguns reflexos deste cenário tendo em vista que entre 1983 e 2016 teremos representantes do mundo agrário e profissionais liberais direta ou indiretamente vinculados ao mundo agrário sendo governado predominantemente pelo PMDB e, com registros pontuais do PTB e PP. Os atores do executivo municipal da capital também ocupariam o governo vagas no legislativo estadual e federal. Neste sentido, seria plausível que encontrássemos posturas governistas mais abertas e propensas a políticas neoliberais condizentes com o perfil político conservador.

Tal característica torna-se mais evidente quando observamos a composição de bancadas voltadas as demandas rurais no legislativo estadual e federal. Entre elas se destacam as bancadas ruralistas, como a União Democrática Ruralista – UDR. Esta entidade em especial conforme menciona Bruno (2020) foi criada por grandes proprietários de terra em maio de 1985 tendo como objetivo defender a propriedade privada e os interesses do setor agrário frente às políticas de reforma agrária e outras ameaças a propriedade e aos seus interesses particulares. Como expressam Simionatto e Costa (2012), as bancadas ruralistas estão presentes no Congresso Nacional sendo formadas por grupos dominantes que utilizam o estado para se perpetuar no poder sendo um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso. As mesmas vêm alcançando sucesso em suas demandas atuando, sobretudo, em prol do agronegócio. Em linhas gerais seu surgimento deriva do debate do patronato rural dos anos 1980 a partir da sua ofensiva contra o velho e atrasado mundo agrário. Nesta perspectiva, estaria ancorada no processo de modernização agrícola derivada dos novos padrões de produção do campo e dos avanços tecnológicos envolvendo a agricultura e a indústria (SIMIONATTO e COSTA, 2012).

Estas características influenciarão conforme menciona Cunha (2002) o crescente volume de produtos agropecuários disponíveis, o que sinalizaria uma industrialização de transformação de produtos primários e industrializados oriundos de sua base rural produzindo e acelerando o processo de produção e circulação capitalista. O panorama evidenciado é característico de sociedades de base rural como o estado de Mato Grosso do Sul, mas não exclusivo do estado. Além disso, as bandeiras ou projetos ruralistas também não são unicamente defendidos por um único partido político ou campo ideológico, mas, conforme Simionatto e Costa (2012) de praticamente todas as siglas partidárias e ideológicas. Segundo o levantamento realizado por estes autores, as bancadas ruralistas são compostas por partidos distintos e, embora a predominância seja de partidos de direita

também se constata na formação destas bancadas partidos que podem ser classificados como de centro e de esquerda, inclusive com partidos como o PT e PDT.

Embora as bancadas representativas no Congresso Nacional e nos estados tenham características especificas os apoiadores ou a vinculação de deputados é explicita quando se analisa suas declarações nos Tribunais Eleitorais. Usando este método para tentar visualizar uma ligação dos deputados estaduais de Mato Grosso do Sul ao contexto agrário ao longo de quatro mandatos chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 2. Quantidade de deputados estaduais ligados a terra

Pleito Eleitoral	Quantidade de partidos	%
2002	11	45%
2006	09	42%
2010	05	20%
2014	08	34%

Fonte: TRE – MS (2016).

Tendo em vista que a assembléia do estado possui 24 cadeiras, os números apontados são significativos e mostram a representatividade dos atores ligados ao setor agrário e ao latifúndio do estado. O pertencimento dos atores políticos aos segmentos agrários e industriais do estado indica certamente baixa propensão para que estes atores votem contra suas possíveis bases eleitorais, sendo mais plausível que sejam mais receptivos aos projetos neoliberais. Analisando, por outro lado, os atores da sociedade civil, que diferente da sociedade política atua de forma mais combativa a partir de mobilizações e eventos de protestos, vemos em uma leitura superficial – já que ainda existem muito poucos registros sobre movimentos urbanos e rurais -, um conjunto de práticas em defesa do projeto democrático participativo.

A mobilização destes atores especialmente no período de democratização são alguns dos acontecimentos que marcam a efervescência das disputas políticas do estado desde os anos 1970. As mesmas poderiam ser vinculadas ao que Saes (2001) estabeleceu como emergência das resistências, ou seja, resistências que são localizadas variavelmente em setores do capital, da classe média e das classes trabalhadoras a certos aspectos derivados das políticas neoliberais. As resistências rurais e urbanas vão, neste sentido, pressionar o sistema político na defesa dos direitos sociais frente aos avanços das políticas voltadas ao receituário neoliberal.

Ao longo dos anos 1980 e especialmente no período democrático identificam-se manifestações de diversos segmentos sociais na defesa dos direitos sociais negados ou suprimidos. No estado Mato Grosso do Sul diversos registros evidenciam a ampla variedade de mobilizações que simboliza a luta por demandas pontuais e especificas de grupos excluídos de direitos sociais. Conforme o Jornal dos Movimentos Populares que foi um instrumento importante de voz dos movimentos sociais do estado entre os anos de 1986-1989 podemos identificar entre os diversos segmentos como os: Movimentos dos Posseiros Urbanos - MPU, Movimentos das Empregadas Domésticas, Movimentos Popular de Saúde – MOPS, Movimentos Indígenas, entre outros movimentos. Adiciona-se a isto a autuação de diversos sindicados como Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Federação dos Servidores Públicos – FEDERASUL, Federação dos Professores – FEPROSUL. Destaca-se, no entanto, entre os movimentos existentes do período os que entraram em conflito pela posse da terra e a reforma agrária. Demandas enfatizaram a disputa entre o projeto neoliberal e o democrático-participativo, pois a maior distribuição de terra ou o reconhecimento de terras indígenas afrontou diversas vezes os interesses das elites que representam o grande latifúndio e os segmentos industriais no estado.

Este período que ilustra a maior efervescência e a visibilidade dos projetos e seus principais atores no âmbito da transição democrática brasileira segundo Houtzager (2004) permitem que os movimentos de camadas populares tanto se reunir como inserir suas demandas na agenda nacional e garantir seu acesso nas arenas de tomada de decisão. As transições democráticas como enfatiza o autor, ocorrem basicamente "quando as elites freqüentemente em resposta as ações de atores que não pertencem às elites, contestam e renegociam alianças políticas nacionais e instituições que regulam o conflito político (HOUTZAGER, 2004, p. 128)."

As transições também dariam novas oportunidades para os movimentos populares, inclusive de forjar alianças com atores da elite. Entretanto, segundo o autor dois processos caracterizados em nível nacional no âmbito das transições democráticas seriam significativos. Ou seja, o processo de renegociação das alianças políticas que sustentam os regimes e a redefinição das ligações estruturais que unem o estado e a sociedade. A contextualização destes processos no período de democratização no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul é ainda carente de estudos empíricos, sobretudo, em relação à posse da terra. Em contrapartida o que parece até o momento ser mais evidente é um crescente movimento de pressão aos governos para a reforma agrária e legalização de territórios indígenas. Este último culminando em grande medida em longas disputas judiciais.

O amplo jogo de forças envolvendo tanto representantes dos segmentos agrários como os atores sociais indígenas e rurais foi ao longo dos anos se tornando cada vez mais visível dado a organização e atuação mais incisiva destes últimos. A marcha dos movimentos territoriais e de povos tradicionais pelo acesso a terra ampliou neste sentido o enfrentamento com as classes latifundiárias, sobretudo, devido ao processo de apropriação capitalista da terra, iniciado ainda antes da emancipação política do estado (MELO 2017). É decorrente deste processo que o grande latifúndio ganha mais espaço e se ascende de modo mais rápido através das elites agropecuárias da região.

O contrapondo a esta ascensão se revelou ao longo dos anos com o aumento do movimento de ocupação de terra que ocorreu em praticamente todas as regiões do estado. Segundo o levantamento realizado por Melo (2017) a primeira ocupação de terra no estado foi registrada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que ocupou a Gleba Santa Idalina na cidade de Ivilhema - MS em abril de 1984. Episódio que teve a participação na época de 1500 famílias. Entre os anos 1988 e 2014, no entanto, houve mais 604 ocupações que ocorreram em diversas regiões envolvendo um total de 92.226 famílias. O Movimento Indígena do estado foi responsável segundo o autor por 118 delas, enquanto a CONTAG e o MST realizaram respectivamente 113 e 72 ocupações. Reforçando as demandas pela terra e a reforma agrária, estiveram as famílias de brasiguaios vindo do Paraguai e das regiões de fronteira de estado. Segundo o Boletim de Repatriamento de Brasiguaios (1993), houve entre os anos 1980 e inicio dos anos 1990 mais de 40 ocupações, que envolveram aproximadamente 4000 famílias.

Mais recentemente, embora o protagonismo das ocupações até 2012 se dividisse entre o MST e o Movimento Indígena, foram os indígenas os atores que ganharam maior destaque nas últimas décadas. Isto em virtude das políticas mais recentes serem muitas vezes desfavoráveis aos territórios indígenas e mais abertas ao crescente avanço do agronegócio. Ao lado das diversas manifestações que envolvem as disputas atreladas à posse da terra, podemos acrescentar ainda às mobilizações urbanas que se destacaram especialmente a partir dos anos 1980 envolvendo diversos atores. Entre eles os movimentos sindicais, estudantis, professores da rede pública e os movimentos sociais ligados a moradia, que tinham como palco principal de manifestação, a cidade de Campo Grande (BITTAR, 1998).

Ainda no período de redemocratização e no processo da Constituinte de 1987 podemos destacar em relação ao estado a intensa mobilização popular que conseguiu adesão de milhares de pessoas à assinatura reivindicando demandas e diretos específicos. As assinaturas daquele período fornecem algumas pistas importantes sobre o capital político e social da população do estado. Embora, o universo de participantes seja ainda relativamente baixo naquele momento, com um quantitativo de 60.000 assinaturas, os resultados foram significativos como mostramos abaixo:

Quadro 3. Total de assinaturas da Constituinte no Mato Grosso do Sul

Ordem	Distribuição das 60.000 assinaturas do em ordem decrescente no estado:	Total de assinaturas no país em ordem decrescente:
1º	Direitos das Mulheres	Reforma Agrária – 1.201.382
2º	Participação Popular	Direitos dos Trabalhadores – 916.887
3º	Povos Indígenas	Participação Popular – 367.049
4º	Ensino Público Gratuito	Ordem Econômica e Social – 316.381
5º	Saúde	Ensino Público e Gratuito – 287.151
6º	Reforma Agrária	Reforma Urbana – 133.064
7º	Ordem Econômica e Social	Povos Indígenas – 85.285
8º	Reforma Urbana	Saúde – 53.013
9º	Direitos dos Trabalhadores	Diretas Já – 49.178
10º	Diretas Já	Direitos das Mulheres – 42.444

Fonte: Jornal dos Movimentos Populares (1987, p. 4), organizado pelo autor.

Os dados acima mostram alguns aspectos interessantes como, por exemplo, o fato dos direitos das mulheres serem um dos itens mais votados com cerca de 8.000 assinaturas. Se considerarmos os padrões e valores machistas de nossa época, este dado é bastante significativo. Na seqüência, o segundo item, participação popular pode ser considerado um chamado as diferentes manifestações populares especialmente do campo, tendo em vista que a participação em instâncias participativas urbanas não se consolidou na mesma velocidade e intensidade como o ocorrido em outras regiões do país, exceto aquelas relacionadas aos conselhos gestores municipais e os Conselhos Regionais de Campo Grande.

Em todo caso é possível observar que as experiências mobilização social em torno do campo foram significativas consistentes. Neste contexto, se considerarmos que desde o nascimento do estado o mesmo foi pensado como um "estado modelo" de democracia e com perspectiva de alta participação comunitária especialmente em torno de um planejamento participativo, podemos considerar como observou Bittar (1998) da construção de uma farsa.

Ainda em relação ao quadro de assinaturas é possível ver que a pauta dos povos indígenas alcançou a terceira posição e a questão da reforma agrária a sexta posição. Os dilemas em torno da questão indígena e o fato do estado ter a segunda maior população indígena do país pode ser entendido como outro marco importante fazendo jus à necessidade da sociedade buscar responder as suas demandas que ainda hoje são centrais. Já a pauta da reforma agrária que aparece somente como o sexto ponto mais votado pode de certa forma nos soar estranho para um estado formado por grande concentração de terra nas mãos de poucos. Este aspecto talvez merecesse uma melhor colocação, mas diante as pautas melhores classificadas não significa falta de apoio popular, mas que outras pautas merecessem maior atenção naquele momento. As informações resultantes deste amplo

panorama representam de modo geral um diagnóstico importante, embora sem ter uma participação tão expressiva. Porém, se considerar que na Constituinte a coleta de assinaturas não era algo obrigatório, é possível entender que as assinaturas foram significativas. Além disso, vale considerar que de certo modo a Constituinte marcou o ineditismo da participação popular brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões política e econômica que se estruturam no debate conjuntural do estado trazem muitos detalhes que permitem estabelecer um panorama de leitura fecundo. A identificação de algumas das principais mudanças e a transformação histórica do estado parece ser um passo fundamental, especialmente para o desenho e aplicação de políticas que, sobretudo, sejam mais efetivas quanto a uma passível solução dos problemas que ainda atingem o estado. Os projetos políticos mostram neste caminho que a tendência de acompanhamento das políticas neoliberais pelos atores políticos ligados a elite do estado são nítidas se olharmos o baixo grau atuação do governo em relação às principais demandas sociais.

As características apresentadas pelo estado mostram que as demandas relacionadas à terra obtêm preponderância na historia da região, bem como as políticas voltadas ao desenvolvimento, que se ancoraram ao longo do tempo priorizando setores econômicos em detrimento as camadas sociais mais vulneráveis. Identifica-se nesta conjuntura a ausência de diretrizes mais efetivas, entre as quais as relacionadas à questão indígena. Diante a este panorama identifica-se que atores indígenas da atualidade e brasiguaios das décadas de 1980 são respectivamente alguns dos principais atores excluídos da pauta pública. Em contrapartida se observa que as diretrizes que representaram as elites agrárias e industriais do estado vieram sendo favorecidas por políticas de estimulo ao setor rural e industrial.

O revezamento das elites no poder executivo e legislativo do estado, bem como a predominância dos conservadores assinala este cenário desigual de políticas. Contudo, em linhas gerais são múltiplas as possibilidades de estabelecer uma analise de conjuntura sobre estado. A breve análise que aqui se buscou apresentar foi bastante sucinta neste sentido, pois como ressaltamos em diferentes pontos há ainda enorme carência de dados no âmbito da política. Todavia, esta exposição apresenta informações úteis no sentido a ampliar o campo de pesquisa empírica. Em todo caso, o que se observa no estado não se diferencia muito de outras realidades com a predominância e influência das elites locais na agenda política em detrimento a outros setores sub-representados. Aspecto que manifesta o *status quo* brasileiro de décadas de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana**. Planejamento governamental: a SUDECO no espaço sul-mato-grossense – contexto, propósitos e contradições**. Dourados: Editora UFGD, 2014.

ALBANEZ**,** Jocimar. L. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970).** Dourados: Editora UFGD, 2013**.**

BAQUERRO, Marcelo.; PRA, Jussara. R. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre**. Ed. UFRGS, 2007.

BITTAR, Mariluce. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul, Campo Grande**. Editora UFMS, 1998.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Vol. 2. Poder político e as elites dirigentes sul-mato-grossense**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

Boletim do Movimento pelo Repatriamento dos Brasiguaios de Mato Grosso do Sul. Brasil uma pátria para todos os brasiguaios, **nº. 1, Janeiro de 1993.**

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Geanfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

BRUNO, Regina. Verbete. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasi**l. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Ed. Univ. Rural, 1997. In: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/união-democratica-ruralista-udr. Acesso em 06/05/2020.

CARMO, Jefferson. C. Estado de Mato Grosso do Sul, Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul: Políticas de Educação técnica profissional. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19, n.1, p.61-76, jan/mar. 2018.

CODATO, Adriano. **Metodologia para identificação das elites: três exemplos clássicos**. In: PERSINOTTO, Renato.; CODATO, Adriano. (ORGs). Como estudar elites. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CORREA, Valmir. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943**. Campo Grande. Editora UFMS, 2006.

CUNHA**,** Jose. M. P. A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970- 96: o esgotamento de um processo de ocupação. **Núcleo de Estudos de População**. Campinas, UNICAMP, 2002.

DAGNINO, Evelina.; OLVERA, Alberto.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-92.

HOUTZAGER, Peter. P. Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995). São Paulo: Ed. Globo, 2004.

Jornal dos Movimentos Populares. Mato Grosso do Sul na Constituinte. Jornal dos Movimentos Populares. Campo Grande. Ano II, nº. 9, agosto. 1987.

MAINWARING, Scott.; MENEGUELLO, Raquel.; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELO, Danilo. S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista Nera**, ano 20, nº. 39, p. 133-160, 2017.

MIZUSAKI**,** Marcia. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena. **Revista Nera**, ano 20, nº 39, p. 39-59, 2017.
NARDOQUE, Sedeval.; MELO, Danilo. S; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

PEDONE, Luiz. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público. FUNCEP, 1986.

PERSSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.

RAPOSO, Eduardo. V. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas:** *São Paulo, v. 53, p. 159-177, jan/jun, 2019.*

SAES, Decio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Marcos. F. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública – I. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 32-41 Jul./Ago./Set. 1996

SIMIONATTO, Ivete.; COSTA, Carolina. R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis,** ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

SOUZA, Claudio. F.Terra e poder em Mato Grosso do Sul: as alianças políticas e os projetos de educação. 1997, 232 f. Tese (Doutorado em Educação), **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP**. 1997.

SOUZA, Herbet. J. Como se faz análise de conjuntura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

STEINBERGER, Marilia. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1, jan/dez. 2000, p. 31-49.

ZAMBERLAN, Carlos, O. et.al. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-135, set/dez. 2010.

Planos nacionais de reforma agrária: uma leitura a partir dos movimentos sociais

Submetido em: 30/11/2019, aprovado em: 13/03/2020
10.30612/mvt.v7i13.10762
Claudinei Lucio Santos[1]
Alex Sandro Possamai da Silva [2]

RESUMO: A Reforma Agrária sempre foi pauta de calorosos debates no mundo político e acadêmico brasileiro. Apesar de profundas pressões sociais e da criação de legislações a terra nunca foi distribuída de forma democrática no Brasil. O trabalho aqui desenvolvido tem por objetivo realizar um esforço em descrever sobre os três Planos Nacionais de Reforma Agrária propostos no sentido de executar as medidas estabelecidas no Estatuto da Terra. Descreve-se, nesta seara, o contexto político em que tais planos foram criados, bem como seus limites e fracassos que elevaram a Reforma agrária a um patamar de questão insolúvel até os dias atuais.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Planos. Estatuto da Terra.

National plans for agrarian reform: a reading from social movements

ABSTRACT: Agrarian Reform has always been a hot topic of debate in the Brazilian political and academic world. Despite deep social pressures and the creation of legislation land has never been democratically distributed in Brazil. The objective of the work developed here is to make an effort to describe the three proposed National Agrarian Reform Plans in order to implement the measures established in the Land Statute. The political context in which these plans were created is described, as well as its limits and failures, which have raised Agrarian Reform to the point of an insoluble question to the present day.

Keywords: Agrarian Reform. Fight for land. National Plans. Statute of the Earth. Constitution.

1 Militante do MST- RO e Via Campesina, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – BA, e membro do Instituto Territórios e Justiça INTERJUS. claudineisantos@mst.org.br
2 Ji-Paraná - RO, Advogado Popular, graduado em direito pelo PRONERA, Turma Elizabeth Teixeira na Universidade Estadual de Feira de Santana - BA (UEFS). Filho de assentados da Reforma Agrária, militante do MST, compõe o Setor de Formação e Direitos Humanos da organização. Integrante do INTERJUS - Instituto Territórios e Justiça e da RENAP - Rede Nacional dos Advogados e das Advogadas Populares. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8705-1182

Planes nacionales de reforma agraria: una lectura desde los movimientos sociales

RESUMEN: La Reforma Agraria siempre ha sido objeto de acalorados debates en el mundo político y académico brasileño. A pesar de las profundas presiones sociales y la creación legislativa, la tierra nunca ha sido distribuida democráticamente en Brasil. El trabajo desarrollado aquí tiene como objetivo hacer un esfuerzo para describir los tres Planes Nacionales de Reforma Agraria propuestos para implementar las medidas establecidas en el Estatuto de la Tierra. Describe se, en este sentido, el contexto político en el que se crearon tales planes, así como sus límites y fracasos que elevaron la reforma agraria a un nivel insoluble hasta el día de hoy.

Palabras clave: Reforma Agraria. Planes. Estatuto de la tierra.

INTRODUÇÃO

No dia 13 de março de 1964, houve na Central do Brasil - Estado do Rio de Janeiro, o famoso comício onde João Goulart, então presidente da República, anunciou diante de um público de mais de 100 mil pessoas, que estaria enviando para o Congresso Nacional, uma mensagem propondo um Projeto de Lei de Reforma Agrária. Neste estava previsto que todas as propriedades acima de 1.000 hectares que estivessem ao longo das rodovias federais, seriam desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Assim bradou Jango:

> O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. [...] A Reforma Agrária não é capricho de um Governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. (STÉDILE, 2005. p.146).

No entanto, tais proposições, iam contra os interesses das oligarquias, e no dia 31 de março daquele mesmo ano, João Goulart veio a sofrer um Golpe Militar que assaltou por mais de vinte anos a democracia no Brasil. Tal fato evidencia o quão de heresia existia em torno da Reforma Agrária no Brasil deste período.

Contudo, também expressa a necessidade de sua implementação, bem como a pressão popular em relação à temática.

A criação do Estatuto da Terra, mesmo no período em que o poder estava nas mãos dos militares cuja ascensão deu-se justamente para abafar a ânsia por Reforma agrária que rondava a sociedade brasileira, evidencia a fervura social acerca da necessidade de distribuição das terras no Brasil.

Fruto do Estatuto da Terra criou-se os Planos Nacionais de Reforma Agrária, ambicionando, consequentemente a executar as medidas estabelecidas no referido documento.

Diante da importância desta temática cuja concretude nunca ocorreu, o trabalho aqui desenvolvido finca-se no objetivo de descrever os Planos Nacionais de Reforma Agrária. Neste sentido, ambiciona-se alimentar o debate para que a Reforma Agrária não seja jogada ao esquecimento como deseja uma pouca parcela da sociedade.

Para tanto, partiremos das premissas e dos marcos fundamentais estabelecidos pela Constituição de 1988 que dispôs (art. 5º, XXII, XXIII) a propriedade e a função social como direitos fundamentais. Desta forma, estabeleceu que fosse assegurado o direito de propriedade desde que tal propriedade cumprisse com sua função social. Assim, aqueles imóveis que não cumprisse a função social, deveriam ser desapropriados para fins de Reforma Agrária (art. 184). Ou seja, falar em Reforma Agrária pressupõe, também, dar sentido ao Texto Constitucional.

No encalço de realizar a empreitada aqui proposta o presente trabalho encontra-se dividido em três tópicos, onde fazemos uma descrição histórica acerca dos três planos nacionais de Reforma Agrária propostos nos governos de José Sarney, Fernando Henrique, e Lula.

PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: (JOSÉ SARNEY 1985-1989)

A classe roceira e a classe operária

Ansiosas esperam a reforma agrária

Sabendo que ela dará solução

Para situação que está precária.

Saindo projeto do chão brasileiro

De cada roceiro ganhar sua área

Sei que miséria ninguém viveria

E a produção já aumentaria

Quinhentos por cento até na pecuária!

(Grande Esperança. Zilo e Zalo, 1989[3])

Em 1985, dado o processo de resistência e desgaste do período totalitário, o Brasil marchava para o "fim" da Ditadura Militar. Como parte dos acordos do processo de transição, Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu o compromisso de priorizar e ampliar o projeto de

3 A música que refletia o momento político e embalou as lutas deste período.

Reforma Agrária. Para isso, convidou José Gomes da Silva para ocupar a presidência do INCRA (MORISSAWA, 2001), além disso, criou o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e, por indicação dos bispos da região Norte, convidou para ocupar o cargo de ministro, Nelson Ribeiro, paraense, conhecedor dos problemas fundiários daquela região e que era apoiado por grande maioria dos movimentos sociais.

Contudo, em que pese o compromisso assumido por Tancredo, a história ainda colocaria grandes desafios para os movimentos sociais. Isso porque o futuro presidente morreu antes de tomar posse, assumindo o governo o vice-presidente José Sarney que manteve o programa.

Em maio de 1985, o MIRAD/INCRA, sobre o comando de José Gomes da Silva e Nelson Ribeiro, encaminhou para o Congresso Nacional e aos presidentes dos partidos políticos, a proposta[4] para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República.

Ainda em maio daquele mesmo ano, o presidente José Sarney, acompanhado de ministros vai até o IV Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e lança a Proposta do Plano, provocando reações distintas de diferentes segmentos sociais e da própria base do governo.

> O programa básico do PNRA era o de assentamentos de trabalhadores em imóveis desapropriáveis [tendo como base para indenizar os proprietários fundiários o imposto territorial rural – valor declaradamente mais baixo que o de mercado]. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas das forças presentes no debate político, apareciam como mecanismos complementares [à desapropriação] (MEDEIROS, 2003, p.35).

Silva (1985, p. 14), diz ser possível identificar na polêmica provocada pela proposta, pelo menos dois tipos de argumentos: "os interesses de classe e as motivações ideológicas". Tais argumentos tiveram lugar de destaque na luta política, pois permitiu identificar os grupos contrários e favoráveis à proposta: "Para ele, estava estabelecida uma divisão entre os que se colocaram contra, sendo de um lado, aqueles que não aceitavam a Reforma Agrária; e de outro, os que não aceitavam a proposta de Reforma Agrária do MIRAD/INCRA" (SILVA, 1985).

Sobre tais posicionamentos, faz a seguinte classificação:

> No primeiro grupo estão os radicais de direita, próximos ao grupo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que defendem o direito inalienável da propriedade privada, e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que congrega os grandes produtores rurais.
>
> No segundo grupo, classifica os que são contra "a ideia da desapropriação por interesse social [...] que no fundo o que está por trás é a forma de pagamento, exigindo que seja em dinheiro. Para ele, este grupo era composto pelos produtores rurais, não necessariamente latifundiários no sentido de possuírem terras ociosas como reserva de valor. (SILVA, 1985, p. 14).

4 É preciso destacar que houve uma grande transformação da Proposta de Plano apresentada por José Gomes da Silva, em relação ao plano assinado pelo presidente José Sarney. A discrepância foi tamanha que na época, o presidente do INCRA pediu demissão logo após a assinatura do decreto que aprovou o Plano. Esse episódio ficou registrado na história da Nova República por meio da foto onde José Gomes mostra a língua ao se demitir.

Entretanto, ele ressalta que havia também o grupo que apoiava a proposta: este grupo era composto pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, representados majoritariamente pela CONTAG, pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e também pelos trabalhadores urbanos que por meio de seus sindicatos e federações apoiavam a proposta. (SILVA, 1985).

Mesmo sendo um movimento ainda novo, do ponto de vista orgânico, o MST se coloca neste debate, como uma espécie de "herdeiro" de movimentos camponeses como Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS) e das Ligas Camponesas, e por isto tinha clareza, que a correlação de forças compostas pelo latifúndio e poder econômico, seriam contra qualquer proposta de Reforma Agrária no Brasil para aquela época. Entretanto, se coloca na disputa como forma de se consolidar como movimento social, propondo uma reforma de alta intensidade e fez isto inclusive contribuindo com algumas sugestões para melhorar a proposta. Porém, considerava a proposta do governo muito tímida e sugeriu sua ampliação. Entre outras alterações, o MST sugeriu a desapropriação indistinta de todos os latifúndios e o estabelecimento de um módulo máximo para as propriedades rurais.

Representantes de proprietários de terras se reuniram em Brasília um mês após o anúncio do Plano e realizaram um congresso nacional para discutir o Plano apresentado pelo MIRAD/INCRA. Foi deste congresso que nasceu uma nova organização de representação de seus interesses. Esta organização foi a União Democrática Ruralista (UDR)[5].

Essa organização orientava aos seus associados que usassem a força no combate às ocupações de terra. Também, passaram a disputar espaço com as entidades tradicionais como a Confederação Nacional de Agricultura – CNA e a Sociedade Rural Brasileira – SRB.

A UDR foi ganhando espaço nos meios de comunicação e passou a ser a principal porta-voz dos deputados ruralistas no Congresso Nacional. Diante de tanta pompa, a UDR saiu de coadjuvante para se tornar protagonistas na frente política institucional, passando a eleger seus associados para o parlamento[6].

O que se tinha nesta proposta de Reforma Agrária, que fez com que as forças a favor e contrárias tivessem tamanha reação?

Em Dissertação Albuquerque (2006) faz seus apontamentos sobre os principais pontos do Plano:

1- Objetivo: Mudar a estrutura fundiária do país; distribuir a terra eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio, assegurando um regime de posse e uso segundo os princípios de justiça social. Além de almejar alterações na estrutura fundiária, a proposta pretendia aumentar a oferta de alimentos, criar novos empregos, ampliar o mercado interno e diminuir o êxodo rural.

2- Metas: Até o final do mandato do Presidente José Sarney, a proposta previa o assentamento de 1.400.000 famílias de sem-terra ou com pouca terra, deixando 5.700.000 de beneficiários para serem assentados até o ano 2000.

5 A UDR teve como seu principal articulador, o ruralista e Ortopedista e na época deputado federal Ronaldo Caiado (antigo PFL e hoje DEM – GO). A entidade na década de 80 foi muito forte e manteve vários escritórios seus no país. Foi extinta em 1994 e rearticulada dois anos depois em Presidente Prudente (SP) e Paranavaí (PR), duas regiões de conflito por terra.

6 Frutos desta guinada política que vai ser operado com muita força depois dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, os interesses da UDR, são representados definitivamente pela Bancada Ruralista. A Bancada Ruralista é formada por parlamentares que atuam em conjunto no Congresso Nacional para defender os interesses dos proprietários de terras. Este grupo de parlamentares suprapartidário, alinhados nas votações que dizem respeito aos seus negócios e investimentos. A força desse bloco fica mais evidente nos momentos em que se discute a Reforma Agrária nacionalmente. Na ocasião da Assembleia Constituinte a bancada ruralista foi orientada pela UDR, comandada pelo deputado Federal Ronaldo Caiado de Goiás.

3- Estratégia de Ação: o MIRAD/INCRA definia a arrecadação de áreas por meio dos artigos do Estatuto da Terra, utilizando como principal instrumento o critério da função social da propriedade. O objetivo era atingir as áreas de domínio privado, situadas em regiões já ocupadas, com infraestrutura e com razoável densidade demográfica. (Albuquerque, 2006, p. 58-59).

Entretanto talvez, o maior incômodo dos grupos de oposição, se dava por conta de duas propostas, a saber:

1- A proposta também recuperava o conceito, presente no Estatuto da Terra, da seleção de áreas prioritárias de reforma agrária, o que apontava para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas e não somente de intervenções pontuais, em focos de conflito.

2- Estava prevista também a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais em todas as fases do processo. Nesse momento, a CONTAG era a mais expressiva delas. Além disso, seu forte apoio à Nova República lhe garantia um papel relevante nas decisões a serem tomadas. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 58- 59).

Por ter sofrido muitas alterações (12 ao todo) o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária se tornou em algo totalmente contrário do que José Gomes da Silva havia proposto e seus resultados foram uma tragédia. De (1985- 1989) foram assentadas apenas 83.687 famílias, cerca de 1% do prometido (Publifolha, 2005). Para esses assentados foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, (IPEA, 1999) o PROCERA (Programa de Crédito da Reforma Agrária), com o objetivo de garantir investimentos produtivos na terra.

Com a derrota do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do ponto de vista das metas, a luta pela a Reforma Agrária se deslocou para a Assembleia Constituinte de 1988. No entanto a Reforma Agrária no contexto da Constituição morreu, respectivamente, de morte morrida e de morte matada. De morte morrida por que o artigo 186 que sugere a desapropriação de áreas que não cumprem sua função social, casada com a Lei Agrária de 1993, abriu um caminho para que Judiciário intervenha nos processos de desapropriação, na medida em que o proprietário pode contestar o mérito em diferentes etapas da ação, tendo o juiz o poder de arbitrar sobre despejos, valores de desapropriação, aprovação ou reprovação de relatório de produtividade e outros. E de morte matada, porque o artigo 185, que apontou as áreas produtivas como insuscetíveis de desapropriação, praticamente anulou o artigo 186.

Na década de 90, o tema da Reforma Agrária ficou na berlinda, principalmente durante o governo Fernando Collor de Melo/Itamar Franco. Este período vai até a metade do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso. O debate em torno da economia, implantação do Plano Real e a meta de combate à inflação capitanearam todo o debate político[7].

No governo Collor, o INCRA foi totalmente desarticulado, por conta da reforma administrativa que o governo promovia com a clara intencionalidade de inviabilizar a Reforma Agrária. Como saldo desta reforma, tivemos funcionários afastados, recursos da poupança contingenciados, assentamentos suspensos e desapropriações inviabilizadas pela falta de regulamentação dos dispositivos

7 No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo registrar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária. Foi aprovado um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares. No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994.

constitucionais, que só vira ocorrer em 1993. Com isto, o conflito no campo se agravou e cresceu o número de ocupações de terras improdutivas. Esse crescimento está relacionado à expansão e ao fortalecimento MST que inovou com sua forma de luta, fazendo das ocupações de terra o principal instrumento de visibilidade política da Reforma Agrária.

Dado o agravamento dos conflitos no campo e a postura política do MST, abriu-se caminho para diálogos com os movimentos sociais e demais organizações de apoio a luta pela Terra. Fruto disto é que o vice-presidente Itamar Franco recebe o MST e a CONTAG em audiências no Palácio do Planalto.

Mas diante do contexto político e econômico, prevaleceu a lógica da desapropriação de áreas em situação de conflitos, com o objetivo de eliminar os focos de tensão social.

SEGUNDO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO)

Esse é o nosso país

Essa é a nossa bandeira

É por amor a essa pátria Brasil

Que a gente segue em fileira

(Ordem e Progresso, Zé Pinto, 1997)[8]

Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República em um período de grande assenso das lutas sociais no campo. Dado aquele momento da conjuntura, havia na sociedade um clamor pela efetivação da Reforma Agrária, e consequentemente o apoio aos movimentos de luta pela terra.

Entretanto, o debate sobre a Reforma Agrária era assunto periférico no início do seu primeiro mandato, que foi de 1995 a 1998. O governo tinha uma avaliação, que a Reforma Agrária era coisa superada tanto no campo econômico quanto no campo ideológico, tratando o tema com ações compensatórias, com o objetivo "controlar" os conflitos sociais no campo, demostrando assim sua contradição, pois se a Reforma Agrária era coisa superada, então porque aplicar ações para controlar os conflitos? Quais os conflitos?

Em matéria veiculada na Folha de São Paulo, em 27/04/97, Tavares nos ajuda a entender qual era a postura do governo Fernando Henrique Cardoso a respeito da Reforma Agrária:

> Na ótica do governo a reforma agrária teria perdido seu conteúdo histórico, tendo na atualidade escassa importância econômica e mesmo política. Por trás dessa visão está o argumento de que as mudanças recentes no país, ao desvalorizar a terra como ativo, fragilizaram o latifúndio [...] A conclusão implícita é que a

8 A música que refletia o momento político e embalou as lutas deste período.

> desmontagem da estrutura latifundiária se daria "naturalmente" por meio de "estímulos ao mercado de terras" e a intervenção estatal só seria requerida para solução de problemas e conflitos localizados. Esse diagnóstico do governo falsifica as questões centrais, inclusive a natureza estrutural da necessidade da reforma. (TAVARES, 1997, p. 4).

Peres (2015) salienta que a estratégia do governo estava pautada no sufocamento e isolamento político da Reforma Agrária, e todos os movimentos de luta pela Terra, em especial do MST. Mas dado o processo de massificação das ocupações de latifúndio, dois acontecimentos interromperam esta estratégia, levando o debate sobre a Reforma Agrária no centro da pauta política. Um foi o Massacre de Corumbiara no estado de Rondônia em 1995, na gestão do hoje senador e na época governador, Valdir Raupp (MDB). Nesse massacre, a polícia militar invadiu o acampamento Santa Elina, durante à noite para realizar um ato de covardia e crueldade, com o objetivo de fazer o despejo daquelas famílias. Esta ação resultou no tombamento 12 pessoas - sendo 10 sem-terra e 2 policiais, deixando ainda uma centena de feridos, ente elas, crianças e idosos.

Outro foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996. Nesse ano, cerca de 1000 pessoas entre trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, bloquearam a rodovia PA-150, em uma manifestação de caráter reivindicatório. A polícia militar cercou a manifestação com um efetivo de aproximadamente 150 policiais, e sobre a determinação expressa (NEPOMUCENO; 2007, p. 137) do então governador do estado, Almir Gabriel (PSDB), para desbloquear a rodovia a qualquer custo.

E para se cumprir aquela determinação judicial, a ordem do coronel Pantoja foi clara:

> [...] liberar a estrada bloqueada por cerca de 2500 manifestantes do MST. Levaram pouco menos de quarenta minutos para cumpri-la, ao mesmo tempo, deixar a marca perene numa história salpicada de violência contra aquela gente miserável, muitas vezes faminta, que punha em jogo a vida para ter um pedaço de terra onde plantar, viver e morrer [...] (NEPOMUCENO; 2007, p. 120).

Esta ação, deixou como resultado a morte de 19 sem-terra.

Estes dois acontecimentos, fizeram com que viesse à tona a total violação de direitos de milhares de famílias sem-terra que se encontravam acampadas nas beiras de estradas e dentro dos latifúndios improdutivos. Nesse sentido, o governo tratou logo de desenvolver ações que dessem respostas para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional, diante dos resultados desses dois massacres, ao mesmo tempo que pudesse fazer a disputar política e ideológica da Reforma Agrária, e passou a se valer do seguinte discurso, "Reforma Agrária, Compromisso de todos". E para isto, precisou tomar medidas administrativa para dar consistência a esta disputa.

A primeira medida foi a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, (A NOVA REFORMA AGRÁRIA, 1999, p.2) sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vinculado a este. Entretanto, sua incapacidade operacional não produziram as respostas necessárias para aquele momento. O indicado para dirigir a pasta, foi o atual ministro da justiça, Raul Jungmann, político já experiente, hábil negociador e filiado ao Partido Popular Socialista (PPS).

No aniversário de um ano de sua criação, o MEPF deixa de existir, vindo a se transformar no já extinto pelo (des) governo Michel Temer, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nascendo assim, o que podemos chamar de primeira parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Fernando Henrique Cardoso.

A proposta de Plano era composta das seguintes ações: (Id., Ibid).

> (a) assentar 280 famílias entre 1996 a 1998;
>
> (b) criar linhas de crédito, como objetivo, garantir recursos subsidiados, metade dos quais o assentado não terá que devolver ao governo, para financiar todo o processo produtivo: custeio da lavoura, investimentos e pagamento da quota-parte na cooperativa do assentamento a que pertence. Esses recursos não financiam, porém, a implantação da infraestrutura;
>
> (c) criou o Projeto Lumiar, que previa a formação de equipes de assistência técnica e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos;
>
> (d) Projeto Emancipar, que previa a emancipação de todas as famílias assentadas.

Como tal programa não enfrentou os problemas de fundo no tocante a questão agrária e consequentemente da própria Reforma Agrária, o fim do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foi marcado por dois acontecimentos que marcou a história da luta pela terra no Brasil. Um de ordem política, e outro de ordem jurídica e administrativa. O de ordem política foi a marcha nacional do MST "Reforma Agrária, Emprego e Justiça" para Brasília, que tinha como objetivo disputar a concepção de modelo de campo e de Reforma Agrária na sociedade, tendo a participação de diversos assentados e assentadas de diferentes regiões do país, chegando em Brasília em 17 de abril de 1997, depois de dois meses de caminhada, dia em que o massacre de Eldorados de Carajás completou um ano. Sendo está uma ação de longa duração, a mesma foi capaz de mobilizar elementos difusos que, em seu percurso, "produziu naquele momento" uma nova realidade social, ou seja, um redimensionamento da relação do MST com a sociedade e com o Estado. (CHAVES, 2000, p. 137). O de ordem jurídica administrativa foi a tentativa de minar a capacidade de organização e de mobilização do MST. Para isto, foi aprovação do Decreto n. º 2250/97, se convertendo em 2000 na Medida Provisória n° 2.027-38, que alterando o art. 2° da Lei n° 8.629/93, (REVISTA DE DIREITO AGRÁRIO, 2007.p 38) que determinou a proibição de vistorias em terras ocupadas e a exclusão de trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nestas ocupações (MEDEIROS, 2002).

Este Decreto traz em seu artigo 4°. traz a seguinte redação:

> O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, para fins do art. 2° da Lei n° 8.629, de 24 de fevereiro de 1993, enquanto não cessada a ocupação, observados os termos e as condições estabelecidos em Portaria do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – Incra.

Além disso, o decreto mantinha na página do MDA, uma lista com os nomes das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nas ocupações.

O início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso é marcado por sua investida em esforços para a construção de uma "nova" concepção de Reforma Agrária, agora adequada à

lógica de mercado, descentralizando as ações de execução da Reforma Agrária, que até então, era de responsabilidade do (INCRA), passando a transferir tais ações para as instituições bancarias. Esta nova logica ficou conhecida como, "Novo Mundo Rural", também chamada pelos movimentos sociais de "Reforma Agrária de mercado". (Brasília, 1999. 47 p).

Com esta nova estratégia a Reforma Agrária entrou para a concepção econômica neoliberal, que o Banco Mundial (NEAD, 2006) impôs para a América Latina nos anos 90. Esta orientação, surge com as críticas feitas pelo Banco sobre os processos de Reforma Agrária desenvolvido com o comando do Estado, alegando forte burocratização e entrave ao pleno funcionamento do mercado fundiário. Para isto, o governo toma de empréstimo o programa "Cédula da Terra", que foi um projeto piloto desenvolvido no estado do Ceará em 1996. Naquele estado, o projeto oficialmente se chamava, "Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza", (RAMOS FILHO, 2008), e em 1998 tendo como base sua vitória eleitoral, ele aplica a política denominada de "Agricultura familiar, Reforma Agrária e desenvolvimento rural". Este programa, tinha como finalidade, a expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. E foi da junção desses dois programas que surge o que se convencionou a chamar de o "Novo Mundo Rural", (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo (ALBUQUERQUE, 2006, p. 75) o "Novo Mundo Rural" serviu de:

> A principal medida do governo para viabilizar esse projeto refere-se à mudança no sistema de arrecadação de terras, privilegiando o Banco da Terra em detrimento das desapropriações, ignorando o artigo 186 da Constituição Federal que prevê a função social da terra e a possibilidade de desapropriação caso essa não seja cumprida. Apesar disso, os documentos do MDA ainda mantinham a desapropriação como principal instrumento de acesso à terra, em franca contradição com a ação governamental.

Por tanto, o programa colocava em cheque, o mecanismo da desapropriação, e valorização das formas individuais de negociação da compra e venda da terra. Com estes mecanismos, o governo comemorou o assentamento de 579.733 famílias, ou seja, que segundo dados do INCRA, foi o dobro de assentamentos realizados durante os 30 anos anteriores da sua gestão (MEDEIROS, 2003, p. 73).

Estes dados são contestados por diversas organizações, que denunciam uma espécie de "turbinação" dos dados no sentido de criar uma falsa imagem dos efeitos da política fundiária de seu governo.

TERCEIRO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA)

> Marchar novamente é preciso/ para manter a esperança/ do povo sofrido e cansado/ mas pra lutar não se cansa/ em frente ó povo sofrido, homens, mulheres, crianças/ o sonho não é utopia/ no tremular das bandeiras/ presta atenção meu país/ desperta pra realidade/ o que está acontecendo no campo e na cidade/ só a força popular mudará a sociedade. (Brasil em fileira. Oficina de música MST-2005)[9]

9 A música que refletia o momento político e embalou as lutas deste período.

Com a vitória eleitoral de Lula em outubro de 2002 abriu-se um ambiente de "menor" perseguição aos movimentos sociais de luta pela terra, uma conjuntura política "mais" favorável para o debate sobre a Reforma Agrária, ao mesmo tempo, que se criou uma expectativa em torno da questão Agrária de modo geral, se comparado aos últimos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em entrevista para a Folha de São Paulo já no início do governo em 2003, João Pedro Stédile fez a seguinte análise ao falar do governo, e do papel do MST:

> Vamos continuar ocupando propriedades rurais agora que o PT está na Presidência, "não para afrontar o governo Lula, mas para ajudá-lo a fazer a Reforma Agrária no país". Afirmou também que a direção nacional do movimento suspendera a ocupação de prédios públicos, pois, "mudou a orientação do governo e agora temos um governo simpático a Reforma Agrária", justificou Stédile. Para ele, o governo do presidente Lula contribuíra para alterar a correlação de forças na questão da Reforma Agrária. (Folha de São Paulo,2003).

Logo nos primeiros dias de governo, a Reforma Agrária ocupou espaço de destaque na imprensa nacional, primeiro por conta da composição do governo:

> No caso da Reforma Agrária, as manchetes se davam em torno das indicações para o INCRA e MDA. Vários artigos na imprensa escrita trataram das indicações para os cargos de Superintendentes Regionais do INCRA nos estados. Os ruralistas na época alegaram uma possível instabilidade política e aumento da violência no campo devido a ligação desses indicados com a CPT, MST e CONTAG. (Folha de São Paulo. São Paulo, 2003, p. A-7).

A Reforma Agrária voltou para o centro do debate político brasileiro, e com isto coloca dois sujeitos em permanente disputa sobre a posição do governo em relação a medidas a serem tomadas no tocante a Reforma Agrária. De um lado estavam os movimentos sociais em especial o (MST), que considerou o novo governo um aliado político, mas não deixou de intensificar suas ações (CPT, 2003), no intuito de pressionar o governo a criar medidas que possibilitasse o avanço da Reforma Agrária, e de outro, estavam os ruralistas que se sentiam ameaçados e avessos a qualquer mudança no campo, rearticulando velhas e conhecidas entidades patronais, como são os casos das Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e União Democrática Ruralista (UDR). Mas também, fizeram surgir outras, como é o caso do Primeiro Comando Rural, espirados no Primeiro Comando da Capital (PCC), (ALBUQUERQUE, 2006, p. 94).

E em meio as conturbações políticas, em maio de 2003, o presidente Lula participou do Grito da Terra promovido pela CONTAG, onde na ocasião prometeu o assentamento de 60 mil famílias para o referido ano, atendendo prioritariamente as famílias acampadas ha mais tempo. Em novembro do mesmo ano, ele aprovou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinhas os seguintes pontos como medidas centrais: (a) extinção do Banco da Terra, mais isto não significou a extinção da Reforma Agrária de mercado, pois, havia setores no governo e nos movimentos sociais, que defendiam o crédito fundiário, inclusive a própria (CONTAG); (b) Retirada da página do MDA dos nomes de trabalhadores rurais anteriormente excluídos dos programas de assentamentos por terem participado de ocupações de terras ou de prédios públicos; (c) Liberação de cestas básicas para famílias acampadas em todo país (ALBUQUERQUE, 2006, p. 96-97), (d) renegociação da dívida dos agricultores familiares; (e) fortalecimento das políticas de extensão rural para a agricultura

familiar e assentamentos; (f) inovação nas ações de obtenção de terras para a Reforma Agrária, utilizando mecanismo como o pagamento das dívidas dos proprietários devedores do INSS e de bancos públicos, negociadas em troca de terras. (IPEA, 2003, p. 99).

Para coordenar a construção da proposta de plano, o governo chamou Plinio de Arruda Sampaio, que de longe, era um grande conhecedor da Questão Agrária brasileira, que por sua vez, chamou outros grandes especialistas sobre o tema, montando uma equipe multidisciplinar, composta por, José Juliano de Carvalho Filho, Guilherme Delgado, Leonilde Medeiros, Pedro Ramos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Sérgio Pereira Leite e Fernando Gaiger.

A proposta foi intensamente discutida com os movimentos sociais. Nela, havia os objetivos, as diretrizes, as metas e os recursos para sua execução. A Proposta também apontava alterações necessárias nas normas e legislação, como a agilização e desburocratização das formas de obtenção de terras, a exemplo da revisão dos índices de produtividade.

Albuquerque descreveu o plano da seguinte forma:

> A Proposta parte da constatação que a estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela elevada concentração da propriedade da terra. Essa característica é responsável por relações econômicas, sociais, políticas e culturais sedimentadas em uma estrutura agrária que impede o desenvolvimento, entendido na Proposta como sinônimo de crescimento econômico, justiça social e extensão da cidadania democrática à população do campo.
>
> A Proposta argumenta que é no campo que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 98).

A proposta ainda, reafirmava a desapropriação como principal mecanismo de arrecadação de terras, seguindo prerrogativa constitucional, com base no artigo 186 da Constituição Federal de 1988.

A proposta foi apresentada ao governo em outubro de 2003 e causou uma enorme turbulência dentro e fora do governo. Dentro do governo, pelas forças conservadoras, pela a bancada ruralista, e dentro da própria base do governo. Fora, por conta do alarde criado pela imprensa.

Percebendo as disputas dentro e fora do governo, no sentido de não deixar aprovar a proposta apresentado por Plinio e toda sua equipe, os movimentos sociais organizam uma marcha unitária das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, composta pelo o MST, Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), CONTAG, Pastorais Sociais da Igreja Católica, ligadas a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e o Movimento Terra e Liberdade. A marcha seguiu até Brasília exigindo a aprovação do II Plano. Pressionado o governo respondeu. Embora o Plano aprovado não represente uma proposta intermediária, o que frustrou as expectativas dos movimentos sociais, que esperavam que fossem oficializadas as metas estabelecidas na Proposta preparada por Plínio.

Dado as disputas em torno da proposta apresentada, e do comportamento da base "aliada", o Plano aprovado ficou longe da proposta original. O Plano cresceu em intenções, mas diminui na qualidade. O mesmo foi batizado de "Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural".

Diante dos resultados insignificativos, metas não alcançadas e acordos não cumpridos, o restante do mandato do governo Lula foi pautado pelo discurso da melhoria aos assentamentos já

realizados, e pela aliança entre o agronegócio e o poder judiciário, com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais.

Em recente monografia sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais, Gilvan Oliveira, da turma Eugenio Lyra/PRONERA/UNEB, assim definiu as formas desse processo de criminalizar os movimentos sociais:

> Entre as formas utilizadas na tentativa de criminalizar os movimentos sociais, está a grande campanha de descredibilidade das lutas sociais, encabeçada pelas mídias sociais. Além do uso da força do Estado com o aparato policial, que tem reprimido veementemente as manifestações; da pistolagem, que tem executado lideranças dos movimentos; do Poder Judiciário, que tem tomado decisões contra lideranças e movimentos; e da criação de Leis que visam, além de dificultar o processo de Reforma Agrária, colocar na marginalidade quem vai de encontro ao modelo capitalista imposto. (OLIVEIRA, 2017, p. 60).

Talvez a fala de Plínio de Arruda Sampaio, durante a Conferência Terra e Água, sintetize a derrota política da Reforma Agrária no contexto do governo do presidende Lula. "É com tristeza que eu falo hoje, não consigo admitir que tenhamos assentado menos que o governo anterior, que era contra os trabalhadores" (MST, 2005. p.69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho, se faz ainda necessário fazermos algumas considerações. Entretanto, não temos a pretensão de encerrar o debate, mas objetiva trazer uma síntese e propor alguns apontamentos e reflexões para futuros debates e pesquisas.

Trazemos a seguinte constatação: O Brasil é um país com uma dívida histórica em relação ao processo de distribuição da terra. Ao longo da história, houve alguns momentos onde se ensaiou medidas de distribuição de terras, em especial com a pós redemocratização, que combinou na conquista da Constituição Federal de 1988, onde se estabeleceu mecanismos para a efetivação da Reforma Agrária.

Com base nestes mecanismos, fizemos a análise dos Planos nacionais de Reforma Agrária, e de programas de Reforma Agrária, onde extraímos que o Estado brasileiro não conseguiu efetivar sua concepção de justiça social no campo expressa na Constituição, por conta dos interessas das oligarquias locais, do latifúndio e também dos interesses estrangeiro.

Se constatou também que quando ouve algum processo de distribuição de terras, estes foram à custa de muitas lutas dos movimentos sociais.

E por fim, explicitamos como que a terra sempre foi utilizada para a manutenção do status quo, e que quando se ousou a propor uma Reforma Agrária, mesmo que nos moldes do capitalismo, a sociedade amargou com longos anos de repressão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valeria de Oliveira Reforma Agraria no governo Lula: uma analise do II Plano Nacional de Reforma Agraria Valeria de Oliveira Albuquerque. –Franca : UNESP, 2006

A NOVA Reforma Agrária. Brasília: Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999. Boletim de Políticas Sociais do IPEA n. 07, agosto de 2003, p. 99.

BRASIL. Ministério do Estado de Política Fundiária. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Brasília, 1999.

CANUTO, A; LUZ, R. S. (Coord.). Conflitos no campo – Brasil. 2003. Goiânia: CPT Nacional, 2003.

CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra — um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Acessado em: Revista de Direito Agrário, MDA|Incra|Nead|ABDA, Ano 20, nº 19, 2007.

Desenvolvimento Rural. Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica / organizadores Bastiaan Philip Reydon. Francisca Neide Maemura Cornélio Brasília: NEAD, 2006. 444 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Debate; 7). Vários autores.

Entrevista à Folha de São Paulo, 16/06/2003, citado por Boletim de Políticas Sociais do IPEA, n.º 7, agosto de 2003.

Folha de São Paulo. São Paulo, 13/03/03. A-7, Caderno Brasil; ARRUDA.

PERES, joão. Corumbiara: caso enterrado/joão peres. Santo André, SP:Editora Elefante, 2015.

Manifesto da Terra e da Água In: o Brasil precisa de Reforma Agrária – as propostas dos movimentos sociais e as 'promessas do governo Lula'. São Paulo: Caderno de Formação n. 36. MST, março 2005.

MEDEIROS, L. S. Reforma Agrária no Brasil – história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

NEPOMUCENO, Eric. O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan. Movimentos sociais do campo, conflitos e novos repertórios sociais e os instrumentos jurídicos do estado no Brasil na atualidade. 2017, p. 60. Bacharel em Direito pela a Universidade do estado da Bahia 2017.

STÉDILE, J. P. (org.). A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, M. C. A questão agrária. Folha de São Paulo, São Paulo, 27/04/1997. DINHEIRO, seção Lições Contemporâneas.

André Ventura – por Portugal pelos portugueses

Submetido em: 31/03/2020, aprovado em: 12/08/2020
10.30612/mvt.v7i13.11328
José Pedro Reis[1]

RESUMO: Decorria o ano de 2017 e em Portugal discorriam as eleições para aos órgãos autárquicos locais, surgindo no meio daquele processo a figura de André Ventura que era candidato à Câmara Municipal de Loures pelo Partido Social Democrata em coligação com o Centro Democrático Social.
Iria se destacar na imprensa com as suas declarações polémicas em que iria criticar o comportamento de certas e determinadas etnias para nunca mais sair até ao momento (2020) dos holofotes mediáticos da política, como sendo o rosto da nova direita portuguesa.
Recentemente iria apresentar a sua candidatura à Presidência da República em Portugal com o seu movimento político a conseguir um novo folgo para conseguir a atenção mediática e para subir mais uns degraus da evolução desse mesmo processo que terá nestas eleições, uma prova decisiva para perceber a sua real influência política..

Palavras-chave: André Ventura. Nova Direita. Candidatura.

.

André Ventura – For Portugal by the portugueses

ABSTRACT: The year of 2017 was taking place and in Portugal the elections for local autarchic for local autarchic bodies were taking place, in the middle of that process the figure of André Ventura, who was a candidate for the Municipal Council of Loures by the Social Democratic Center, emerged.
He would stand out in the press with his controversial statements in which he would criticize in behavior of certain and certain ethnic groups in order never to leave the media spotlight of politics until now (2020), asthe face of the new portuguese right.
Recently he was going to presente his candidacy for the Presidency of the Republic in Portugal with his political movement getting a new respite to get the media attention and to go up a few more steps in the evolution of this same process that he will have in these elections, a decisive proof to understand his real political influence.

Keywords: André Ventura. New Right. Candidacy.

1 Doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. josepedroreis88@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2850-9784. Endereço eletrônico: josepedroreis88@gmail.com.

André Ventura – Para Portugal por los portugueses

RESUMEN: El anõ 2017 estaba teniendo lugar y en Portugal se llevaban a cabo las elecciones para las autoridades locales, em medio de ese proceso surgió la figura de André Ventura, candidato al Consejo Municipal de Loures por el Partido Socialdemócrata en coalición com el Centro Socialdemócrata.
Destacaría en la prensa con sus controvertidas declaracions en las que criticaría el comportamiento de ciertos y ciertos grupos étnicos para no dejar nunca el centro de atención de los medios de la política hasta ahora (2020), como el rostro de la nueva derecha portuguesa.
Recientemente iba a presentar su candidatura a la Presidencia de la República en Portugal con su movimiento político obteniendo un nuevo respiro para llamar la atención de los medios y subir algunos pasos más en la evolución de este mismo proceso que tendrá en estas elecciones, una prueba decisiva para entender su influencia política real.

Palavras Clave: André Ventura. Nuevo derecho. Solicitude.

INTRODUÇÃO

O espetro político mundial vai admitindo grandes alterações, o espaço do politicamente correto tem vindo a perder cabimento na agenda mediática e também na agenda dos partidos.

Nos últimos anos, a extrema-direita reacionária, autoritária e com determinados desses movimentos a terem particularidades fascistas tem estado em promoção em todo o mundo, mencionando também que já chefiam um grande número de governos de países, entre eles os mais notórios: Estados Unidos, Índia, Hungria, Turquia, Itália, Filipinas e igualmente no Brasil (LÖWY, 2019, p.25).

Intensificando o impacto deste assunto, quatro dos países mais povoados do mundo são governados por uma direita radical e autoritária, alusão para a Índia, Estados Unidos, Brasil e Filipinas. Prosseguindo com este minudenciar é essencial mencionar também o reforço na votação de Reino Unido, França e Itália, como igualmente Polónia e Hungria com Miguel Urbán a mencionar que esta a nascer uma nova vaga reacionária global para um novo ciclo político que irá se apoiar no conservadorismo revolucionário e um neoliberalismo profundamente autoritário (URBÁN, 2019, p.179).

Portugal por razões óbvias não iria escapar-se a este fenómeno crescente, referindo Enzo Traverso que as novas direitas radicais estão representadas em todos os países da União Europeia e em oito deles ocupavam também posições nos seus governos nacionais, intensificando a sua preocupação com esse fenómeno, argumentando que desde 1930 o mundo não presenciava nada semelhante com este fenómeno e fez voltar a pairar sobre o globo avantesmas antigos do fascismo (TRAVERSO, 2019, p.17).

Existe uma corrente na historiografia próxima dos estudiosos de esquerda que a dilucidação mais óbvia para fundamentar o crescimento destes movimentos, esta relacionado com a globalização capitalista, que é ponderado como um processamento de homogeneização cultural, que se produz e reproduz à escala mundial que cria formas e pavor identitários, complacentes com manifestações nacionalistas e/ou religiosa de intolerância que auxiliam a conflitualidade étnica e profissional, surgindo principalmente quanto mais as nações perdem o seu poder económico, mais se ostenta a

imensa glória da nação que esta acima de tudo (LÖWY, 2019, p.26).

O historiador Fernando Rosas menciona igualmente para aprofundar esta crise do capitalismo, como sendo potenciador do efeito populista e da nova direita, que o neoliberalismo, enquanto estratégia global do capitalismo para retorquir a esta crise, esta no centro da grande e ameaçadora modificação que, com as suas novas expressões e recursos de preponderância e manipulação ideológica, parece abranger não só as lógicas económicas, financeiras e sociais de acumulação como estar a abrir um espaço de subversão política autoritária e antidemocrática (ROSAS, 2019, p.33).

Na indagação de razões para compreender o porque do malogro deste movimento capitalista e das respetivas economias nacionais, mencionado como responsável as instituições económicas que subsistiam principalmente para sacar recursos de muitos, para os distribuir por poucos, findando também por não gerarem os incentivos necessários para as pessoas pouparem, investirem e inovarem, consolidando o poder de poucos (ACEMOGLU; ROBISON, 2013, p.443).

Mantendo-se este ciclo vicioso que apenas serviu para centralização do poder em poucos constituintes da sociedade, conservando a maioria dos elementos da sociedade numa posição de obedientes, o que fez dilatar as respetivas tensões na sociedade, pois não obtinham sinais de uma executável mudança, mas, o prosseguir deste tipo de comportamentos.

Encadeando esta argumentação é impreterível mencionar a extrema importância do sistema financeiro, especialmente o bancário que num passado recente, transformou poupanças em crédito, possibilitando o acesso fácil a esse crédito, não diligenciando a estabilidade necessária e indispensável ao sistema financeiro e iriam gerar inerentemente fluxos financeiros (RAWORTH, 2019, p.105).

Um longo decurso que está integrado em vários acontecimentos que potencializaram o exautorar da sociedade e o gradual desenvolvimento destes movimentos políticos populistas que mais não fazem do que perscrutarem as fraquezas do sistema político/económico.

O conhecido ministro das finanças grego, Yanis Varoufakis, irá ainda mencionar relativamente aos problemas relacionados com o crédito que os financeiros criaram novas formas de divida com a argumentação que o risco tinha desaparecido (VAROUFAKIS, 2015, p.29)

Porém, os supracitados fluxos financeiros não iriam ter a firmeza e a retaguarda necessária, para suster aquele movimento caso assomassem perturbações financeiras e iria obviamente projetar novos problemas no futuro com graves consequências para a sociedade.

Considerando que se discorre um fenómeno político nacional é notoriamente expectante que a atenção do autor deste artigo irá incidir sobre os factos e as figuras do território nacional, porém, igualmente será realizada uma observação um pouco mais global, para abarcar a real dimensão deste fenómeno português e perceber se encontra afinidade com o que se passa em outros países, como conjuntamente perscrutar as respetivas ambiguidades para perceber o que pode ser próprio desta figura (André Ventura) e do seu percurso que estará em análise exaustiva.

AS RAZÕES DA MUDANÇA GLOBAIS

No estudo para descobrir as razões para essas mudanças globais que favorecem a concretização de uma ofensiva neoliberal e neoconservadora, que permitiu o surgimento de movimentos de características populistas de direita, desde prontamente no plano da ideologia, a referida anteriormente hegemonia das ideias e representações do mundo, mas importa também mencionar nos domínios do político, do social, do económico, ou seja, aquilo que se fortaleceu como novo paradigma a partir

dos sombrios anos de 1980 de Thatcher e de Reagen, que só se tornou viável após duas derrotas históricas, a primeira a implosão do socialismo que conduziu consigo o descrédito, constringindo o património das esquerdas marxistas e socialistas enquanto alternativas ao capitalismo.

Expondo E. Traverso, que o que foi mencionado anteriormente, provocou o fim da identificação natural das classes trabalhadoras com as esquerdas e à sua tradicional permeabilidade, possibilitando a preponderância do populismo de extrema-direita, como sucedeu no norte de Itália com a Liga ou em França com a Frente Nacional. Assentindo da entrada do neoliberalismo, em largos setores da sociedade (ROSAS, 2019, p.35).

A classe trabalhadora, que estava intimidada pela globalização e desprotegida pela social democracia, como conjuntamente o espandongar dos partidos comunistas, mormente na submissão de parte do operariado francês à Frente Nacional, derrelicto pelo Partido Comunista, em partilhar, pela esquerda e em geral também sujeitada ao centro e à incapacidade aclarar as suas lutas e sentindo-se atemorizado pelos migrantes que estão cada vez mais presentes (HONÓRIO, 2019, p.49).

Uma inversão das prioridades, em que se deixou de questionar o capitalista pelo degradar da sociedade, um discurso comum nos meios políticos da esquerda para haver uma preocupação com a imigração, uma afirmação realizada por uma antiga deputada do Bloco de Esquerda, partido representativo da extrema-esquerda.

Num segundo patamar a questão do dominó, que constituía na capitulação da social democracia internacional face ao neoliberalismo. Esvaziando as defesas do Estado social e metamorfoseando os partidos sociais-democratas num instrumento ativo das políticas económicas e sociais neoliberais. Os partidos sociais-democratas, foram se tornando partidos sociais liberais, estando na atualidade a pagar um elevado preço político por esse enfileiramento (ROSAS, 2019, p.35).

O próprio Partido Social Democrata em Portugal teve este procedimento no seu seio, com a materialização em anos anteriores, concretamente na liderança de Passos Coelho em que acolheu no seu seio bastantes neoliberais, apoiantes das respetivas práticas referidas anteriormente, consumando essa ousadia com fracos resultados eleitorais nas eleições que aconteceram.

Inexequível desvincular a derrocada económico internacional, da sua possível cura que foi sendo anunciado, referência para a conjeturada austeridade que mais não fez do que exacerbar os picos de tensão e aviltar o ambiente social com a incompreensão da sociedade, os défices orçamentais iam medrando, a aludida austeridade fazia desenvolver a agonia dos bancos e da população, atingindo com desmedido impacto as economias que têm agruras crónicas e fazem com que esses países prosseguissem a sua marcha difícil no panorama global (VAROUFAKIS, 2015, p.212).

A apreciação é do antigo ministro das finanças grego Varoufakis, mas é um retrato fiel para aquilo que se passou em Portugal, com a crescente contestação popular, aconteceram várias manifestações com milhares de pessoas com um discurso político duro e crítico, incriminando as más práticas do passado como consequência do degradar da economia.

Relativamente às manifestações, necessário aludir as manifestações do dia 15 de setembro de 2012 por todo o país, com dezenas de milhares de intervenientes, um movimento com pouco ou mesmo qualquer paralelismo na história contemporânea que demonstra o incremento do desprazer global nacional que coopera para o incremento da constatação e igualmente em outro patamar o dissabor com o atual sistema político fazendo com que os partidos que se colocavam no extremo

tanto da direita como da esquerda obtivessem uma maior legitimação da sua agenda política na comunidade.

Forçoso mencionar com peculiar importância o que se passou na Europa de Leste nos anos da década de 1990, no incremento da política de direita com críticas ao comunismo porque estavam num difícil processo de transição para o capitalismo (MARTINS, 2019, p.68).

A questão elementar que igualmente se deve ter em conta quando se cogita em restringir o défice, considerando o Prémio Nobel da Economia de 2001 Joseph Stiglitz que aumentar a austeridade apenas piorará a crise, e a esperada melhoria da situação orçamental não acontecerá (STIGLITZ, 2013, p.294). A confirmação de uma teoria referida anteriormente.

Jorge Martins alude para fundamentar o crescimento da extrema direita no ocidente, a persistência de elevadas taxas de desemprego desde os anos 1970, o aumento da sociedade que irá fomentar o discurso de incremento da criminalidade e da insegurança, consequente do agravo da situação social dos mais débeis; o fortalecimento da arguição do agravamento das condições de vida das classes médias e baixas provocado pela globalização neoliberal; o incremento das rivalidades nacionais incitado pelo aumento da disputa nos mercados internacionais, as políticas autoritárias das instituições da UE, incremento da corrupção e da sua perceção; o terrorismo fundamentalista e a refutação alarmista e securitária dos governos ocidentais, com a reação à maior multiplicidade étnica das sociedades ocidentais como igualmente e por último a reação face ao empoderamento das mulheres e à afirmação das minorias sexuais e raciais (MARTINS, 2019, pp.73-75).

Relativamente a prováveis obrigações da UE em todo este processo de incremento da destabilização da sociedade e do seu modelo padrão, a persistente dinâmica do mesmo, que irá obstruir a obtenção de uma coesão económica e social no âmbito europeu, considerando a dissemelhança que ainda perdura entre os mercados de trabalho e os sistemas de proteção social dos Estados membros (COSTA, 2004, p.315).

Na temática sobre o estado social, necessário afiançar que apesar de todos os conflitos eleitorais e do jogo político partidário, esses sistemas sociais conseguem ter uma vasta anuência, sobretudo na Europa, sustentando uma ligação muito forte com a sua comunidade (PIKETTY, 2014, p.721).

Necessário o aprofundamento desta temática, com a crescente importância da UE para o espaço comum europeu, como igualmente a subordinação económica que foi profundada com o passar dos anos, com os incrementos de apoios para a realização de importantes investimentos públicos e também restruturação económica, sendo essa circunstância mais sentida nos países mais instábeis economicamente.

Seria expectável que se conseguisse uma nivelação por cima em termos económicos, porém, com a gradual incorporação de países vindos da Europa de Leste que possuíam uma economia frágil saída do comunismo (matéria abordada anteriormente neste artigo), irá advir precisamente o inverso com a gradual segregação entre o norte e o sul da Europa, incito de rivalidades antigas, que força o crescimento do espaço de manobra para o surgimento de partidos antissistema, alicerçando que o atual sistema político e económico que tenta ser imposto na globalidade esta comprometido.

Persistente a posição de André Ventura em se comprovar como antissistema, irá referir na sua apresentação de candidatura à Presidência da República, um marcante fundamento relativamente a este ponto: "Entre aquilo que os comentadores dizem e aquilo que as pessoas pensam vai uma enorme separação. E as pessoas precisam cada vez mais de alguém que seja a voz delas, um cidadão comum que se insurge contra este sistema político" (EXPRESSO, 01.03.2020).

A legitimação de toda arguição referida precedentemente, da degradação das relações entre a sociedade e os partidos políticos mais moderados, surgindo um novo tipo de ligações para com a comunidade que esses novos partidos e movimentos mais radicais iriam procurar explorar e conseguir retirar os respetivos dividendos políticos.

O QUE É O CHEGA?

Autenticado como o 24º partido português em abril de 2019 pelo Tribunal Constitucional, o Chega viria a alcançar um lugar no Parlamento logo nas eleições legislativas de 6 de outubro, tendo André Ventura sido eleito deputado pelo círculo eleitoral de Lisboa, o maior do país (CHEGA)

Um acontecimento que teve um relevante acontecimento no dia 22 de janeiro de 2019 com a entrega das necessárias 7500 assinaturas para a concretização daquele projeto político, mencionando a jornalista, São José Almeida especialista em política nacional, que o único impedimento constitucional para a criação de um partido era ter um ideário fascista, algo que naquela conjuntura da história tinha sido reconhecido, porém, iria assegurar que o problema do Chega era outro, sendo o primeiro partido assumidamente populista de extrema-direita em Portugal, sendo um modelo de outros movimentos políticos e partidos europeus (PÚBLICO, 26.01.2019).

Relativamente às assinaturas, a imprensa iria anunciar em grande escala a provável falsificação de assinaturas, nomeadamente em órgãos de informação credíveis como a TSF a exporem que haviam subscritores com 8 e mesmo com 114 anos, mencionando igualmente que das 8312 assinaturas, após serem dissecadas apenas foram validadas 6.499, as restantes 1813 foram consideradas irregulares.

Num esforço para expurgar a situação foram entregues mais 2223 a subscrever a criação do partido, mas inclusivamente nesse momento 826 voltaram a ostentar problemas, totalizando 2600 assinaturas irregulares.

Sucedendo uma postura do Chega, bastante omissa e pouco colaborativa para descortinar essa situação, não reconhecendo quem tinha concebido toda aquela confusão, não mencionando como obtiveram as supramencionadas assinaturas, como igualmente as responsabilidades dos subscritores em todo o processo (TSF, 26.04.2019)

No jornal Público será aludido em 26 de abril de 2019 que havia inclusivamente no role daquelas assinaturas além dos mencionados menores de idade, alusão igualmente para vários falecidos, fundamentando André Ventura essa situação com a afirmação que alguém tentou prejudicar o partido. Os restantes fundadores do Chega iriam referir que tinham sido enganados, não questionando a boa-fé de quem conduziu o processo de recolha das respetivas assinaturas.

Afiançando também André Ventura que ia entregar todos os envelopes que tinham recebido pelo correio e quando as pessoas que causaram este problema fossem identificadas iriam ser processadas (PÚBLICO, 26.04.2019).

No seu próprio site, o partido define-se como um partido político de base e natureza fundamentalmente popular que nascia da profunda incapacidade dos partidos e movimentos políticos presentes em lidar com as rápidas mudanças em curso por toda a Europa, quer a nível económico-financeiro, quer do ponto de vista ético e sociológico (CHEGA). A continua exploração dos elementos incompreendidos da sociedade em proveito deste projeto político.

Na indagação por mais elementos identificativos da sua política, abordando a temática dos imigrantes subsiste uma preocupação do Chega em aplicar medidas fortes para consolidar a diferença

entre os nativos portugueses e os outros elementos da sociedade, com regras mais apertadas para a obtenção da nacionalidade portuguesa, defendendo igualmente a revogação da Lei de Género e Igualdade e o fim das ideologias de género e inclusivas na educação em Portugal (JUP, 14.03.2020).

A aplicação de um marketing político combativo com cartazes com mensagens fortes e de rutura da sociedade, corroborando a teoria de que uma imagem possui capacidade de derrubar certezas enraizadas na personalidade do comum cidadão (RAWORTH, 2018, p.23). Aglutinar em seu torno todos aqueles que se identificavam com os movimentos políticos do passado para os fazer mudar para o seu partido.

Considerando que se perguntássemos a um português se seria possível um partido com este ideal político conseguir um desenvolvimento continuo na agenda política, seguramente a resposta seria negativa, considerando o claro predomínio político de dois partidos políticos, o Partido Socialista e também o Partido Social Democrata.

O Partido Socialista tem peculiar relevância na agenda política de partidos da nova direita, pelas suas persistentes críticas ao socialismo, responsabilizando esses movimentos políticos, como sendo responsáveis pela crise atual que consentiu o seu surgimento.

Um partido que tem tido um desenvolvimento exponencial, cavalgando na onda do descontentamento, com o próprio André Ventura a assegurar que num só dia, no seu partido podem-se inscrever mais de 300 militantes (OBSERVADOR, 01.03.2020).

Para quem não entende a realidade politica portuguesa, esse número de 300 novos militantes pode ser encarado com subtileza, ponderando que é um número manifestante curto, atendendo que existem aproximadamente 10 milhões de habitantes no país, mas, se abordarmos muito sumariamente as dinâmicas de mobilização de militantes para as votações realizadas recentemente no Partido Social Democrata para a escolha do seu novo líder, entre Rui Rio e Montenegro, partido do qual se desfiliou André Ventura, várias foram as concelhias do pais em que não foi possível obter sequer esse número de votantes (referência para os supostos 300 militantes), conseguindo assim o Chega, num dia arrecadar mais militantes que muitas concelhias do país do PSD conseguem aglomerar ao longo da sua atividade política em vários meses ou anos, podendo ser inquietante para os dirigentes do PSD esta observação.

Não se deve desconsiderar o processo eleitoral do PSD que até há pouco tempo era o partido das massas populares, conquistando um eleitoral muito extenso em que a referida conquista se auxiliava na habilidade de agregar dos seus dirigentes locais e a presenciar a reduzida capacidade atual com várias delegações concelhias a terem apenas meia dúzia de votantes nesses processos internos de eleição.

Perante a situação que se vivia no PSD, histórico participante da política lusa, confrontando com o crescimento exponencial do Chega, torna-se exequível afirmar que este último vivia um bom momento.

Averiguando esta dinâmica de crescimento, André Ventura refere mais informações mencionando que o seu partido superou os 10 mil militantes e vai a caminhar para os 15 mil e elucida que muitos dos seus novos militantes assumem que entregaram o seu cartão de militante de anteriores partidos, desde o PSD, CDS e PCP (SOL, 11.03.2020).

RETROSPETIVA HISTÓRICA DA DIREITA PORTUGUESA

Os movimentos de direita radical iriam ter terreno fértil para progredir segundo Riccardo Marchi sobretudo devido às constantes críticas internacionais à faceta imperial de Portugal, no final de 1960, como igualmente com os massacres de Angola em 1961 (MARCHI, 2016, p.384).

Na pesquisa por mais referências e progredindo um pouco no tempo, Zarco Moniz Ferreira era um dos elementos importantes dos movimentos nacionalistas portugueses na década de 1970 e funda nos finais dessa mesma década o movimento Ordem Nova com a sua organização a aproximar monárquicos integralistas, ultraconservadores e neonazis, numa mistura de nacionalismos revolucionários e antiparlamentares. Os seus lideres, eram Moniz Pereira, Luís Fernandes, Gilberto Santos e Castro que foi o fundador dos comandos portugueses, e nessa fase da história cria o Centro de Estudos Renovação, do qual faziam parte João Alarcão e Nuno Barbieri e não esquecendo a figura de José Valle de Figueiredo (SANTOS, 2019, p.222).

Figuras do movimento político de extrema direita nacional, com Nuno Barbieri e José Valle de Figueiredo a ficar conectados com os movimentos anticomunistas que iriam surgir em pleno período revolucionário português.

O historiador Riccardo Marchi expõe que o progressivo desaparecimento dos nacionalistas radicais nos anos da transição para a democracia que se devia, não ao desaparecimento do regime autoritário, mas à ausência da principal causa do seu surgimento e mobilização: a luta integracionista pelo Império, não sendo na prática uma falta de sustento, mas sim uma falta de causa (MARCHI, 2016, p.408).

O pós 25 de Abril de 1974 irá ser um marco profundo e de fratura para os movimentos políticos na sua globalidade pois era findar com o partido único que tinha vigorado até aquela fase da história, como igualmente o processo de criar um partido era relativamente simples, chegavam simplesmente 5000 mil assinaturas de cidadãos maiores de 18 anos, ter estatutos, apresentar uma sigla, denominação e o respetivo símbolo com o cuidado que não fossem iguais ou semelhantes a quaisquer outros partidos precedentemente inscritos, possibilitando que em janeiro de 1975 fossem legalizados 16 partidos (LISI; FREIRE, 2015, p.47).

A extrema direita não teve circunstâncias para granjear espaço no período de consolidação do regime (1976-1980), porque a direita a anexou, com o anticomunismo a ter os seus protagonistas dentro do parlamento (HONÓRIO, 2019, p.54).

Estava latente na política portuguesa a necessidade de importunar o Partido Comunista Português pela sua antecedente postura de pretender liderar o processo revolucionário.

As bandeiras daqueles movimentos extremistas eram principalmente, influenciar o processo de descolonização no sentido de assegurar a manutenção da sua presença portuguesa em África e evidentemente impedir a crescente ameaça comunista e sovietização portuguesa (MARCHI, 2012, p.75)

Perquirindo por mais referências sobre a restrição que os partidos conectados com a direita e com tendências para se aproximar do setor mais radical, concretamente o Partido Liberal, o Partido do Progresso, o Movimento Nacionalista Português, o Partido da Democracia Cristã que seriam oficialmente dissolvidos com o acossamento aos seus líderes que iriam acabar na sua maioria detidos, perdendo o partido as suas instalações e muitas delas foram depredadas pelo povo (PINTO, 1989, p.203).

Todavia, existem apontamentos na historiografia que aclaram o inverso com alusões para o Movimento Nacionalista que nasceu em 1973, todavia entre 1976 a 1980 que a ação do MN mais

se irá fazer sentir principalmente com as manifestações que irá organizar em Lisboa no dia 10 de Junho, tendo a sua sede funcionado num rés do chão da Rua Tomás Ribeiro com os seus elementos mais destacados a serem Nuno Rogeiro e Vítor Luís Rodrigues (SANTOS, 2019, p.219).

Procurando mais referências sobre o comportamento político da direita no pós-25 de Abril em especial nos momentos críticos da revolução, Jaime Nogueira Pinto, o reconhecido historiador português e conectado com estes movimentos políticos irá mencionar que era fácil de compreender que o 25 de Abril trouxe consigo um decisivo abalo no quadro político da direita com o regime vencido e também a crescente radicalização do processo político militar, com os vários atos do 28 de Setembro de 1974 e também com o 11 de Março de 1975 (PINTO, 1989, p.202).

Todavia em agosto de 1974, a SEDES publicou um estudo sobre os partidos políticos constituídos na alvorada do 25 de Abril e foram analisadas 48 formações políticas e eis que 10 delas seriam posicionadas nas áreas de centro, de direita e de extrema-direita, minudenciando mais esta observação Riccardo Marchi que irá referir que três eram de centro, quatro de centro direita, seis de direita e cinco de extrema direita (MARCHI, 2012, p.75)

Uma nova organização surgiu em 1977, todavia acabaria de forma rápida, chamava-se Frente Nacional e era liderada por Guedes da Silva (SANTOS, 2019, p.220).

Um importante apontamento deve ser realizado, não esquecer o MIRN (Movimento Independente para a Reconstrução Nacional) que foi dos movimentos mais recordados na cultura popular segundo Jaime Nogueira Pinto que irá referir sobre aquele movimento: "O MIRN apresentou-se como muito liberal para a direita que pretendia liderar e demasiado reacionário para o sistema" (SANTOS, 2019, p.224).

Na temática do MIRN, o seu líder Kaúlza de Arriaga capitalizava para si o prestigio de ter sido preso durante bastante tempo, após o 25 de Abril de 1974 sem ter culpa formada, porém, conforme foi referido no parágrafo anterior, as suas dinâmicas seriam frágeis e não iriam conseguir quebrar a hegemonia de outros movimentos, como também alguns tabus políticos existentes (PINTO, 1989, p.206).

O maior tabu político existente foi naturalmente a aversão que os portugueses iriam mimosear à ditadura de direita que tinham vivido no passado e que tinha durado várias décadas, consumando vários momentos negativos de um passado que ainda era bastante recente naquele momento da história.

Surpreendentemente a extrema direita esteve a um passo do Parlamento Português na década de 1979, algo que a maior parte da historiografia nacional não menciona, referência para o resultado do Partido da Democracia Cristã, que tinha Silva Resende e Pinheiro de Azevedo que iria lançar uma lista de independentes, mas que simpatizavam com a direita. Acabaria por Manuel Couto Viana em Viana do Castelo ficar a 1000 votos da eleição e em Lisboa ficariam a uns meros 2000 votos (SANTOS, 2019, p.114).

Uma análise rápida dos resultados em arquivo na Comissão Nacional de Eleições é possível perceber que aquele partido teve em Viana 2483 votos, 1,7% das eleições, num total de pouco mais de 145 mil votantes, sendo a 4º força mais votada.

Relativo ao distrito de Lisboa é forçoso salientar que iriam conseguir obter 12 mil votos e conquistar praticamente 1% da votação, tendo também mais votos que alguns partidos do lado oposto da barricada nomeadamente o PCTP/MRPP.

Investigando por mais referências a nível nacional sobre aquele ato eleitoral não deverá ser insondado que este partido, teve resultados entre os 0.5% até atingir o seu expoente máximo nos 8,97% no circulo de eleições fora da Europa (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES).

Interpretando estes resultados e fazendo uma crítica aos mesmos, necessário salientar que poderá passar escasso, considerando que votaram 6 milhões de pessoas e a referida votação foi menor do que 100 mil votos, porém, não podemos ignorar que a própria eleição de deputados é materializada através de círculos eleitorais e arriscaria funcionar a influência local, principalmente nos círculos eleitorais mais pequenos, além de que neste momento da história portuguesa tinham passado apenas 5 anos da revolução do 25 de Abril e havia ainda um grande fulgor político com uma grande atividade dos partidos de esquerda e particularmente de extrema esquerda.

Alongando esta dissecação para compreender este excelente resultado, se considerarmos vários resultados de movimentos de extrema direita pela Europa, vários foram os movimentos que tiveram apenas 0,1% dos votos em eleições legislativas que ocorreram na Europa (MARTINS, 2019, pp.242-280).

Nos anos seguintes, em 1987 existem referências para o surgimento de outros movimentos da extrema direita, concretamente a Nova Monarquia que foi convidada pelo CDS de Adriano Moreira a integrar as listas às legislativas, conseguindo ostentar oito candidatos, desenvolvendo grande parte da sua campanha no sul do país, contudo, o CDS conseguiria apenas 4% e este movimento não iria eleger nenhum deputado.

A sua existência seria curta, expondo Miguel Castelo Branco seu antigo membro: "a Nova Monarquia quis constituir-se em partido político, mas foi alvo de ataque de intensos por parte de Freitas do Amaral, bem como da extrema esquerda portuguesa. Foi intencionalmente confundido com um movimento neofascista e racista. A Nova Monarquia acaba em 1991, devido ao coro de ataques cerrados. Não tinham meios para o refutar um a um" (SANTOS, 2019, p.227).

Entrando no novo milénio, surgiu o PNR (Partido Nacional Renovador) em 12 de abril de 2000 que iria avassalar este espetro político da direita radical nas várias eleições que se realizaram até um passado mais recente concretamente até à entrada em cena do Partido Chega.

QUEM É ANDRÉ VENTURA?

A figura de André Ventura obteve grande evidência na opinião pública pela forma bastante espicaçada com que defendia o seu clube sendo ele um mediático adepto do Sport Lisboa e Benfica.

Na exploração por mais dados sobre a sua pessoa, uma boa solução é consultar o site do próprio Partido Chega para mencionar alguns apontamentos biográficos, tais como ser licenciado e doutor em Direito, tendo sido professor na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Autónoma de Lisboa, sendo também consultor de diversas empresas na área jurídica, não dessabendo a sua passagem pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não ignora a sua passagem por vários órgãos distritais do PSD e da JSD, tendo sido Conselheiro Nacional de 2015 a 2017, tendo sido identicamente candidato por aquele partido à Presidência da Câmara Municipal de Loures em 2017, tendo conseguido um dos melhores resultados de sempre do PSD no Concelho (CHEGA).

Relevante mencionar que esse processo eleitoral iria deixar marcas na coligação CDS com o PSD que eram os partidos que apadrinhavam a sua candidatura, as críticas ao seu discurso que manteve contra os ciganos, fizeram com que o CDS lhe tivesse arredado o apoio, mantendo-se o mesmo apoio do PSD por obstinação de Passos Coelho que teve a oposição de vários elementos carismáticos do seu partido (PÚBLICO, 26.01.2019).

Ventura assume que aquela campanha foi o seu verdadeiro nascimento político, a conjuntura de viragem política, compreendendo que tinha posições completamente dissemelhantes ao que defendia o PSD (SOL, 11.03.2020).

Uma inserção ao populismo, que segundo alguns autores pode ser definido como: uma posição política que apoia o povo contra a elite, o que é valido para quase todos os movimentos ou partidos políticos e que o seu emprego nos partidos de extrema direta favonia aqueles movimentos pela sua persistente crítica aos elementos que são contra o povo, sendo também um ataque às politicas neoliberais da Europa (LÖWY, 2019, p.26).

Comparativamente ao populismo de André Ventura que o próprio assume que tem de ser os portugueses a decidirem se o querem ou não no Parlamento, quando é questionado se o populismo deve ou não ser travado (SOL, 11.03.2020). Uma resposta que atesta o uso do populismo pela sua pessoa e que somente os eleitores o poderão sancionar.

O próprio Ventura era um outsider da política, certo que teve cargos em partidos políticos, porém a sua vertente política era quase ignota da comunidade no seu geral, um importante lembrete para a questão do outsider político que terá auxiliado também por exemplo a eleição de Bolsonaro que era ele igualmente um outsider dos grandes palcos (LEIRIA, 2019, p.116).

Ultimamente, no mês de março de 2020, o candidato irá assumir em entrevista que era irrealizável alguém governar à direita sem o Chega e assumia que tinha votos de racistas e fascistas (JORNAL ECONÓMICO, 13.03.2020). Porém, segundo o próprio não se identificando com nenhum rótulo que seja de extrema direita, muito menos com neonazismos (SOL, 11.03.2020).

Uma figura que se envolve em constantes polémicas, porque naturalmente terá percebido que senão alentasse polémicas, seria seguramente apenas mais um político e iria passar despercebido na bruma dos partidos e da história, uma das várias polémicas em seu torno foi quando assumiu a um órgão de comunicação social que iria ser um deputado em exclusivo e, mas, na prática não o iria ser porque iria manter-se como consultor e comentador televisivo (EXPRESSO, 29.02.2020).

RESULTADOS ELEITORAIS

Procurando um paralelismo com o comportamento eleitoral dos portugueses e o que se passa em Espanha em torno deste tipo de partidos, subsiste um ponto de desequilíbrio que contraria a questão dos votos dos menos favorecidos economicamente em André Ventura.

No Vox as regiões com mais poder de compra em que o respetivo rendimento médio dos seus habitantes desses municípios era superior a media nacional, a percentagem de votos no Vox dobrou se comparado com os votos registados no resto do território, sugerindo Miguel Urbán que é um ativista político que ocorre um vínculo significativo entre os rendimentos altos e o apoio à extrema-direita no país vizinho (URBÁN, 2019, pp. 182-183).

Indagando por mais referências para fundamentar esta argumentação e característica portuguesa, em Lisboa o concelho em que os seus habitantes tem mais poder de compra em média em Portugal, o Chega iria ter apenas 4 mil votos, se gerarmos um paralelismo com o Iniciativa Liberal que é outro dos movimentos que tem surgido no movimento político da direita e com a cultura popular a caracterizá-lo como sendo um partido próximo das classes mais abastadas a obter ter mais do dobro dos votos, sendo na prática 11.891 ficando a escaços votos do triplo.

No vizinho concelho de Oeiras que se encontra no terceiro lugar do ranking nacional, segundo a PORDATA, novamente o IL a ter o dobro dos votos do Chega.

Nos arredores da capital do país, nas áreas suburbanas com graves problemas sociais e económicos, os resultados são inversos ao que sucedeu em Lisboa, com o Chega a ter mais votos que o Iniciativa Liberal na Amadora, Sintra, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Sintra, entre outras. Chegando em alguns casos a ser praticamente o dobro dos votantes do Chega comparativamente aos votantes do Iniciativa Liberal.

Atestando as difíceis situações financeiras e sociais dos concelhos onde André Ventura iria conseguir os seus resultados eleitores, José Santa Pereira refere que a maioria dos votantes eram desempregados, sem formação superior (OBSERVADOR, 01.03.2020).

Indagando pelas realidades existentes em outros concelhos mais distantes de Lisboa, para compreender se é uma dinâmica nacional o apoio dos elementos da sociedade com mais capital ao Iniciativa Liberal e obviamente os maus resultados do Chega nesses territórios, em S. João da Madeira no distrito de Aveiro, relevante polo industrial do país, os resultados são semelhantes com o IL a ter 128 votos e o Chega simplesmente 65, num total de 11 mil votantes.

No ranking dos cinco concelhos com mais poder de compra dos seus habitantes, concretamente o segundo, referência para o Porto deve haver especial atenção para a análise dos seus resultados eleitorais, principalmente pela longa tradição do Porto em ser apreciado como o bastião do liberalismo, do progresso económico do país e onde naturalmente os ideais do Iniciativa Liberal tinham grande facilidade em implementar-se e conquistar espaço político ao Chega, conseguindo uma diferença abismal de votação, 2.81%, enquanto o Chega teve apenas 0,44%, com dados mais concretos 3 mil e 77 votos de diferença em 129 mil votantes.

Um último apontamento para terminar esta análise, com José Santa Pereira a referir no jornal online Observador que o partido em análise conquistava ter uma maior atração de votos no sul do país nos concelhos do Alentejo e do Algarve, sendo um padrão que tinha sido reconhecido nas eleições europeias de maio de 2019 (OBSERVADOR, 01.03.2020).

Abordando rapidamente a história política portuguesa faz com que esta observação seja bastante importante, porque o Alentejo sempre foi considerado uma região com forte influência do Partido Comunista Português que esta naturalmente colocado no expecto oposto da política nacional.

Na abordagem a esse crescente predomínio do Chega no Alentejo, o líder deste partido irá assumir que tem recebido transferência direta de militantes do PCP para o Chega, confirmando toda a arguição referida anteriormente (SOL, 11.03.2020).

Evidentemente que esta informação não pode ser confirmada, porque não existe informação sobre a distribuição geográfica dos militantes pelo território nacional, mas que poderá ter de facto comprovação porque conforme foi referido anteriormente os votos naquele partido naquela região estão em crescendo.

Profundas mudanças estão a ocorrer na política nacional que são reforçadas se atendermos à mais recente sondagem da Intercampos, empresa de sondagem conceituada em Portugal, realizada em fevereiro de 2020 que atribuiu uma votação de 6,1% ao partido de Ventura, o que intensifica o seu crescimento com 1,29% das últimas eleições (JUP, 14.03.2020).

O próprio assume em entrevista que deseja ser a terceira ou a quarta força política, admitindo que irá suplantar o PCP, o PAN e mesmo o CDS e no espaço de oito anos ser o maior grupo parlamentar (SOL, 11.03.2020).

PARALELISMO COM OUTROS MODELOS DA NOVA DIREITA INTERNACIONAL

A agenda de André Ventura capitaliza para a política nacional a persistente preocupação com a corrupção e a falência do estado, indicando consecutivamente as suas falhas na esperança de as explorar em seu proveito.

Relativamente à corrupção, existe um ponto em comum na agenda política de um outro elemento da política da nova direita, concretamente de Bolsonaro que conseguiu também manipular a indignação popular contra esse tipo de práticas.

Na indagação por mais pontos de equilíbrio, temos o constante ódio à esquerda, ou ao centro esquerda, sendo ainda mais surpreendente, na medida em que a Guerra Fria findou há décadas, a União Soviética não existe mais e obviamente que não encontra expressividade relevante na política nacional (LÖWY, 2019, p.28).

Fazendo uma indagação mais ampla e procurando pontos de equilíbrio constantes, temos a questão do autoritarismo, a fidelidade a um "homem forte", um líder capaz de "restaurar a ordem", a ideologia opressiva, o apoiante da violência policial, o apelo ao restabelecimento da pena de morte e a distribuição de armas pela população para se defender de possíveis atos e indivíduos criminosos e a intolerância com as minorias sexuais, especialmente os elementos das organizações de apoio a essas minorias, com a espera de explorar os setores religiosos reacionários de várias confissões religiosas (LÖWY, 2019, p.29).

Na temática da violência polícia, é elementar referir o seu constante apoio aos elementos das forças policiais, preocupando-se em passar uma mensagem que lhe seja amiga, não terá sido por mero acaso que em quanto passeava com os seus apoiantes pela cidade de Portalegre nas horas anteriores a anunciar a sua candidatura para Presidente da República os primeiros lugares que visitou foi uma esquadra da Polícia de Segurança Pública naquela cidade e seguiu-se um posto da Guarda Nacional Republicana (EXPRESSO, 01.03.2020).

Procurando por uma comparação realizada pelo seu próprio líder, afirma que o Chega, não tem irmãos siameses na Europa, não existem partidos iguais ao Chega, que o mesmo nasce de algo muito especifico do que é ser português, da corrupção, da impunidade e do abandono do Estado a algumas regiões (JORNAL ECONÓMICO 13.03.2020).

Existe uma extrema dificuldade de André Ventura em assumir parecenças de projetos políticos internacionais, tentando passar uma imagem de ser um movimento único, numa das entrevistas menciona sobre esse ponto: "Os políticos acham que usar a linguagem comum e usar propostas comuns é ser populista… a verdade é que a classe média está a pagar para quem não quer fazer nada." (SOL, 11.03.2020).

CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No dia 29 de fevereiro, em Portalegre, perante centenas de apoiantes, André Ventura anunciou que seria candidato às eleições presidenciais em janeiro de 2021. Deixando no panorama político bastante expectativa para perceber o que iria ser conseguido naquele novo patamar político.

A candidatura foi apresentada naquela cidade, porque foi naquele distrito que o seu partido teve o seu melhor resultado percentual 2.73% a nível nacional obtendo 1407 votos em 51600 votantes, alcançando excelentes resultados ficando inclusivamente à frente do PAN (Partido Animais

e Natureza), partido que ficou no resultado nacional à sua frente, como também foram apenas 554 votos que o separaram do CDS, partido histórico da política nacional do CHEGA, atendendo a todos estes resultados, o seu líder André Ventura simplesmente se poderia orgulhar e sobretudo se refletirmos sobre a média de idade dos seus habitantes que é bastante elevada e obviamente menos recetiva à mudança.

Tentando perceber os resultados nos outros concelhos do distrito, obteve mais votos que o Iniciativa Liberal em: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, etc., ficando também próximo o CDS e por vezes teve inclusivamente mais votos que o PAN que era até há pouco tempo, o partido que parecia ser capaz de quebrar com os ritmos do sistema político português que estavam implementados.

Faltando apenas um elemento para conseguir comprovar a sua afeição para territórios com baixo poder de compra, Portalegre ocupa o 23º lugar nacional, todavia, Alter do Chão ocupa o 178º lugar, Arronches 187º lugar, Avis 166º lugar, Campo Maior 54º lugar, Castelo de Vide 123º lugar; Crato 181º lugar; Elvas 78º lugar; Fronteira 138º lugar e por fim Gavião em 190º lugar.

Ocupando lugares mediano para o fundo da tabela no ranking nacional que é constituído por 308 municípios com a exceção da própria Portalegre, Campo Maior e também Elvas que estão nos primeiros 100 lugares do ranking.

No seu discurso de apresentação de candidatura irá manter a sua postura ofensiva, nunca defensiva, mantendo-se como contestatário, aludindo que iria entrar um diploma no Parlamento para legalizar a prisão perpétua para homicidas e pedófilos, referindo-se também ao atual Presidente da República como sendo: "é uma espécie de avozinho dos portugueses", referindo-se a uma outra possível candidata, Ana Gomes, histórica militante do Partido Socialista afirmando que iria ser dizimada (EXPRESSO, 01.03.2020).

Explorando a revolta dos portugueses irá expor também no seu discurso: "Enquanto houver portugueses a ganhar pensões de 100 euros, estaremos nas tintas para a Constituição. Enquanto houver políticas agredidos nos seus quartéis, professores, bombeiros e profissionais e saúde, estaremos nas tintas para Constituição, enquanto nos disserem que não podem haver leis sérias contra a corrupção, nós estamos nas tintas para a Constituição" (EXPRESSO, 01.03.2020).

Persistente a exploração da revolta, do mal-estar na sociedade e principalmente dos elementos que contribuem para esse mal-estar, referindo frases como: "Nós estamos aqui nos últimos 45 anos é que sabemos", "vivemos num país autocrático", colocando enfâse na Constituição como sendo uma espécie de bíblia nas palavras do próprio que não serve para os dias de hoje, terminando com a afirmação que se estava nas tintas para a Constituição e para o Marcelo Rebelo de Sousa (EXPRESSO, 01.03.2020).

A mais recente sondagem, irá atribuir a André Ventura uma percentagem de 9,3%, o que é demonstrativo do constante crescimento da sua imagem (EXPRESSO, 01.03.2020).

Será um importante momento para compreender a força do seu projeto político e a dimensão do mesmo, embora o mesmo prossiga cada vez mais centrado na sua imagem o que poderá ser nefasto no futuro, potencializando o possível fim do Chega caso, André Ventura por alguma razão se retire da politica.

O próprio legitima isso afirmando que as pessoas podem não conhecer o partido de que é líder, mas conhecem-no a si e sabem aquilo que pensa (SOL, 11.03.2020).

CONCLUSÃO

Um relevante apontamento para abordar o Chega para iniciar a sua conclusão: "A história não se repete: podemos encontrar semelhanças ou analogias, mas os fenómenos atuais são bem diferentes dos modelos do passado Acima de tudo, não temos – ainda – Estados totalitários comparáveis aos da pré-guerra… Em todo o caso, não é relevante no mundo de hoje, onde não existe uma "ameaça revolucionária", sem mencionar o facto óbvio de que o grande capital financeiro demonstra pouco entusiasmo pelo "nacionalismo" da extrema direita- mesmo que esteja pronto para se adaptar a ele, se necessário (LÖWY, 2019, p.27).

O sistema capitalista, em especial em temos de crise, concebe e reproduz constantemente fenómenos como o fascismo, golpes de Estado e regimes autoritários, ponderado que a raiz dessas tendências é sistémica e a alternativa deve ser radical, isto é antissistema (LÖWY, 2019, p.29).

Reforçando essa argumentação que a globalização capitalista se transforma também num processo brutal de homogeneização cultural, conducentes a manifestações nacionalistas e/ou religiosas de intolerância auxiliando a conflitualidade étnica e confessional, quanto mais se perde o poder económico, mais se proclama a imensa glória da nação, sobretudo todas temáticas e problemas (ROSAS, 2019, p.37).

Escrevia-se em 2019 que havia fracas hipóteses em Portugal para uma direita radical populista nacional-identitária ganhar importância na política nacional ao ponto de ser poder, não existia qualquer ameaça de invasores, nem vagas de migrantes nem comunidades islâmicas que amedrontam o que quer que seja, como também não existe uma crise nem debate na esfera da política da direita sobre a identidade nacional, com a importante questão da adaptação das quatro décadas de capacidade de adaptação da direta clássica (HONÓRIO, 2019, p.51).

Evidentemente que não poderemos fazer esta avaliação pelos resultados eleitorais, não subestimar um partido ou movimento porque teve apenas 67 mil votos na globalidade do país, enquanto conseguiram 5 milhões de votantes, deve ser tida em atenção que este número tem vindo em crescendo, porque se realizar um paralelismo rápido com as eleições para o Parlamento Europeu, a força em que André Ventura foi candidato conseguiram 49 mil 496 votos.

Poderemos argumentar que os portugueses não o tinham familiarizado com aquele projeto político que era liderado por dois partidos praticamente marginais do espectro político português, concretamente o PPM (Partido Popular Monárquico) e o PPV/CDC (Partido Cidadania e Democracia Cristã), mas, separados por apenas alguns meses, houve um incremento de praticamente 20 mil votos.

Um desenvolvimento que é essencial referir que é bastante raro de acontecer, principalmente quando envolve novos atores políticos em que normalmente após um excelente resultado, os resultados seguintes são desastrosos e por vezes fazem com que essa aventura ou mesmo projetos partidários tenham uma vida efémera. Perante isto, a atenção deverá esta voltada para os próximos resultados eleitorais e perceber as suas dinâmicas.

Numa questão importante que serão tempos exigentes para a esquerda, tempos de compreender a disputa pelo futuro para a reivindicação do seu lugar no combate ao capitalismo, com a capacidade de convocar todas e todos (HONÓRIO, 2019, p.51).

Um fortalecimento na argumentação da necessidade de um novo plano económico, procurando introduzi-la novamente no seio da sociedade, concretizando novas formas de pensar e atuar (RAWORTH, 2017, 38).

O economista Thomas Piketty na temática do capitalismo reforça que no passado para combater as crises, concretamente no período entre guerras e também no pós-guerra era plausível considerar que a solução para os problemas do capitalismo era um aumento sem limite do peso do Estado e das suas despesas sociais, porém, no presente as opções são forçosamente mais complexas (PIKETTY, 2014, p.715)

A solução não passa pelo ataque feroz que tem vindo a ser materializado na praça pública, nos locais de debate político, como também na imprensa, ultrapassa o limitar e corrigir as falhas, revelando sobretudo que este modelo político ainda tem legitimidade para orquestrar o futuro da sociedade.

A jornalista São José Almeida irá mencionar que o populismo se peleja defendendo as regras e enobrecendo os princípios da democracia liberal na sua diversidade inclusiva (PÚBLICO, 26.01.20219).

Eliminando falhas, tornando uma sociedade mais equilibrada e com a solução dos seus problemas mais comuns este partido ficará sem agenda, será imperioso uma nova economia que seja mais distributiva, regenerando-se, não autorizando que a riqueza produtiva continue a ficar apenas e somente na mão de alguns, permitindo um crescimento económico apoiado sobretudo ambiental que será essa uma das bandeiras políticas e geracionais dum futuro bastante próximo (RAWORTH, 2018, p.186).

Não consentindo evidentemente que sejam eles a resolver os problemas, que afetam a sociedade que o mesmo faz questão de reforçar como tendo surgido nos últimos 45 anos (SOL, 11.03.2020). Não sendo uma data inusitada atendendo que se refere ao 25 de Abril de 1974 a data de mudança de um regime ditatorial para a atual democracia.

Um último apontamento para afirmação de Varoufakis que menciona que os grandes saltos da humanidade foram ocasionados por crises insuportavelmente dolorosas que fizeram com que a maioria das pessoas quisesse poder refugiar-se no passado, fundamentando que as crises sobre a história como laboratórios do futuro (VAROUFAKIS, 2015, p.43).

Uma crise especialmente económica, que se difunde para a sociedade e respetivamente política, que compromete e pode condenar algumas das conquistas democráticas e do estado social conseguidas anteriormente, obrigando obviamente a um esforço redobrado para ser incrementada uma mudança profunda, foi referido anteriormente que era necessário circundar o avanço destas forças de protesto, pouco sumo político que recruta engenhosamente nos elementos da sociedade que estão revoltados com o rumo da política/económica, eliminando as falhas e lacunas destes, o espaço vital destes movimentos de nova direita pura e simplesmente desaparecem.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron; ROBISON, James. **Porque falham as nações?**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2013.

ALMEIDA, São José. "Chega um partido populista de extrema-direita a Portugal". PÚBLICO, 26.03.2020, disponível em https://www.publico.pt/2019/01/26/politica/opiniao/Chega-partido-populista-extremadireita-portugal-1859410. Acesso em março 28.2020

BARBOSA, Maria. André Ventura é candidato a Presidente. Quem são os que o apoiam?. OBSERVADOR, 01.03.2020, disponível em https://observador.pt/2020/03/01/andre-ventura-e-candidato-a-presidente--quem-sao-os-que-o-apoiam/. Acesso em março 26, 2020.

CHEGA, Site oficial do partido. Disponível em: https://partidoChega.pt/o-presidente/. Acesso em 27.03.2020

CLARO, Luís. "André Ventura "Quero ficar à frente do PCP nas próximas eleições". SOL 11.03.2020, disponível em https://sol.sapo.pt/artigo/688687/andre-ventura-quero-ficar-a-frente-do-pcp-nas-proximas--eleicoes. Acesso em março 28, 2020.

COELHO, Liliana; LIMA, Rosa Pedroso. "As contradições do candidato Ventura", Expresso, 29.02.2020, disponível em: https://expresso.pt/politica/2020-02-29-As-contradicoes-do-candidato-Ventura. Acesso em março 19, 2020

Comissão Nacional de Eleições, disponível em http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/resultados_ar_1979.pdf. Acesso em março 25, 2020

COSTA, Carla Guapo **Economia e Política da Construção Europeia: os desafios do processo de integração**. Lisboa: Terra Mar, 2004.

GUEDES, Nuno. "Assinaturas do Chega sob suspeita e falsificação. Havia subscritores com 8 e 114 anos. TSF 26.04.2019, disponível em: https://www.tsf.pt/politica/assinaturas-do-Chega-sob-suspeita-de-falsificacao-havia-subscritores-com-8-e-114-anos-10834602.html. Acesso em março 27, 2020

HONÓRIO, Cecília. Direitas e populismo: UE e Portugal. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

LEIRIA, Luís. Jair Bolsonaro: a extrema-direita toma o Governo do Brasil. In: PENICHE, Andrea.; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Leiria. (org.). **Combates contra a extrema-direita:** Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

LISI, Marco; FREIRE, André. O nascimento da democracia portuguesa: as eleições legislativas de 1976. In LISI, Marco. (org.) **As eleições legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)**. Lisboa: Assembleia da República, 2015.

LISI, Marco; FREIRE, André. Os anos de transição: as eleições para a Assembleia Constituinte. In LISI, Marco. (org.) **As eleições legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)**. Lisboa: Assembleia da República, 2015.

LÖWY, Michael. A extrema-direita: um fenómeno global. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

MARAFONA, Marta. "Pequenos Partidos: como o CHEGA quer construir um Portugal mais conservador. JUP, 14.03.2020, disponível em https://www.juponline.pt/politica/artigo/34750/pequenos-partidos-como--o-Chega-quer-construir-um-portugal-mais-conservador.aspx. Acesso em março 20, 2020.

MARCHI, Riccardo. As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). **Ler História**, Lisboa, nº63,75 – 91, 2012.

MARCHI, Ricardo. **Império, Nação, Revolução: As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974).** Lisboa: Texto Editores, 2016.

MARTINS, Jorge. A extrema direita e a direita radical nos países da União Europeia. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

MARTINS, Jorge. Porque cresce a extrema direita?. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

MENDES, Filipa; MARTINS, Ruben. "MP investiga 2600 assinaturas irregulares para a criação do Chega". Público, 26.04.2019, disponível em https://www.publico.pt/2019/04/26/politica/noticia/Chega-apresenta-2600-assinaturas-irregulares-criacao-partido-1870574. Acesso em março 26, 2020

MONTEIRO, Fábio. "Ventura não despe pele de deputado, chama "avozinho" a Marcelo e promete "dizimar" Ana Gomes". EXPRESSO, 01.03.2020, disponível em https://expresso.pt/politica/2020-03-01-Ventura-nao-despe-pele-de-deputado-chama-avozinho-a-Marcelo-e-promete-dizimar-Ana-Gomes. Acesso em março 27, 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2014.

PINTO, Jaime Nogueira. A direita e o 25 de Abril. In COELHO, Mário Batista. (org.) **Portugal**: O sistema político e constitucional 1974/87. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989.

RALHA, Leonardo. "André Ventura: "Vamos ter a segunda volta mais espetacular da democracia". Jornal Económico, 13.03.2020, disponível em: https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/andre-ventura-vamos-ter-a-segunda-volta-mais-espetacular-da-nossa-democracia-558745. Acesso em março 21.2020.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut – Sete formas de pensar como um economista do século XXI.** Lisboa: Circulo de Leitores, 2018.

ROSAS, Fernando. O autoritarismo pós-liberal. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

SANTOS, Pedro Marta. A extrema direita em Portugal (Dos meados de 1970 a meados dos anos 1990). In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

STIGLITZ, Joseph. **O Preço da Desigualdade**. Lisboa: Bertrand Editora, 2013.

TRAVERSO, Enzo. Os novos «sonâmbulos» frente ao pós-fascismo. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília.; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

URBÁN, Miguel. Vox no Contexto Europeu. In: PENICHE, Andrea; HONÓRIO, Cecília; LOUÇA, Francisco; ROSAS, Fernando; FALCÃO, José; LEIRIA, Luís. (org.). **Combates contra a extrema-direita**: Homenagem a José Carvalho nos 30 anos do seu assassinato. Lisboa: Edições Combate, 2019.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro global: os Estados Unidos, a Europa e o futuro da economia global**. Lisboa: Bertrand Editora 2015.

O projeto de mulheres arquitetas na Revista Projeto nos anos 1980

Submetido em: 28/10/2019, aprovado em: 17/12/2019 10.30612/mvt.v7i13.10593
Maria Luiza Pereira[1]
Kelly Cristina Magalhães[2]

RESUMO: As relações de gênero não se configuram como categoria reconhecida e dotada de credibilidade na análise de projeto de arquitetura em âmbito nacional na pesquisa acadêmica. Por essa razão, parte da problemática, à qual este projeto se dedica, refere-se ao papel da prática literária e projetual e seus instrumentos na construção do conhecimento acadêmico. Nos dedicamos a sistematizar e analisar projetos publicados na década de 1980, identificando sua história a partir da perspectiva de gênero e procurando entender quais as suas conexões com a escassez de referências femininas dentro do meio acadêmico. A pesquisa em questão se vale da revisão bibliográfica em clássicos da história do projeto e investigação histórica em fontes primárias de relação da arquitetura com o público. Esta, por sua vez, revela temáticas postas à margem pela sociedade, como por exemplo, a igualdade de gênero relacionada diretamente ao ensino logo, ao projeto. Assim, o propósito é evidenciar a necessidade do estudo de gênero no ensino de arquitetura e, consequentemente, formular diretrizes que gerem debate, ações e articulações dentro da universidade sobre a validade do projeto arquitetônico feito por mulheres na construção do conhecimento acadêmico.

Palavras-chave: Mulher. História. Arquitetura.

Archtect women

ABSTRACT: Gender relations do not constitute a recognized and credible category in the analysis of architecture projects at the national level in academic research. Accordingly, part of the issue to which this project is committed to is the role of literary and design practice and its instruments in the construction of academic knowledge. Therefore, this work dedicates to systematizing and analyzing published projects in the 1980s, identifying their narrative from a gender perspective and attempting to comprehend their relationship with female references deficiency within academia.

1 Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho de Bauru (2020), pereira.mrlz@gmail.com.
2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda (1997), mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e doutorado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2016). Atualmente é professora da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho e da FIB- Faculdades Integradas de Bauru. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, políticas públicas, planejamento paisagístico, ferrovia e patrimônio histórico, kelly@faac.unesp.br

The research is based on the bibliographical revision of the history of project masterworks and on the historical investigation in primary sources of architecture's relationship with the public. As a result, issues set aside by society are revealed, such as gender equality being directly related to education, thus, to the project. In brief, the purpose is to highlight the demand for gender studies in architecture teaching and, consequently, to formulate guidelines that generate debate, actions, and articulations within the university about the validity of the architectural project made by women in the construction of academic knowledge.

Keywords: Woman. History. Archtecture.

Mujeres arquitectas

RESUMEN: Las relaciones de género no constituyen una categoría reconocida y en el análisis de proyectos arquitectónicos a nivel nacional en investigación académica. Por lo tanto, parte del problema al que este proyecto se dedica, se refiere a la función de la literatura y del proyecto y sus herramientas en la construccion del conocimiento académico. Nos dedicamos a reglar y analizar los proyectos publicados en la década de 1980, estableciendo su historia desde una faceta de género y buscando comprender cuales sus conexiones con la escasez de referenciales femeninos dentro del medio académico.
Esta investigación emplea la revisión bibliográfica de clásicos literarios de la historia del proyecto y la búsqueda histórica en raíces primarias de la relación entre la arquitectura y el público. Se comprende que el estudio señalará temáticas desvalidas por la sociedad, como por ejemplo la igualdad de género relacionada directamente a la carrera, por ello, al proyecto. Así pues, el objetivo final es que esta investigación establezca la necesidad de los estudios de género en la carrera de arquitectura, habiendo como motivación las normas que generen discusiones, acciones y articulaciones dentro de la universidad a cerca de la validad del proyecto arquitectónico hecho por mujeres em la construccion del conocimiento académico.

Palavras Clave: Mujer. Historia. Arquitectura.

INTRODUÇÃO

A pesquisa consiste em analisar a trajetória projetual da mulher arquiteta na década de 1980 na Revista Projeto, a partir da perspectiva de gênero e feminismo. Para tanto, o trabalho está estruturado em quatro eixos de pesquisa que tem o objetivo de, quando juntos, possibilitar o reconhecimento, identificação e valorização da contribuição das mulheres para a arquitetura. Caracteriza-se o tema como essencial para o ensino atual, visto o número crescente de profissionais no mercado e ingressas nas universidades brasileiras ao longo da segunda metade do século XX. Este estudo evidencia a necessidade da reeducação a partir de novas demandas do ensino.

Em primeiro instante, com base bibliográfica histórica, o cenário brasileiro é reconhecido como contexto para temas como cultura, política, gênero e representatividade. Atrelados diretamente à luta da mulher pós Segunda Guerra Mundial, os termos trouxeram pensamentos de teóricos como

CHAUÍ (1980), MUXÍ; MONTANER (2014), RIBEIRO (2017) e RAGO (1985) com o objetivo de destacar a importância do discurso no ensino.

Em segundo instante, é feita a avaliação de bibliografias clássicas de historiadores como FRAMPTON (2008), ARGAN (1984), MONTANER (1993) e BENÉVOLO (2006). A partir da pesquisa bibliográfica e adotado o pressuposto que a disciplina de história compõe a base referencial do profissional de arquitetura, os quatro autores que discorrem sobre História e Teoria da Arquitetura, são analisados através da metodologia desenvolvida por LIMA (2004) que, por sua vez, discorre sobre a existência de "modelos linguísticos masculinos" e "mecanismos de dominação simbólica" pelos quais, sutilmente, acontece o fenômeno de perpetuação da superioridade masculina indicada pelo olhar dominante (BOURDIEU, 2003).

Como terceiro instante de pesquisa, analisa-se o contexto histórico que apresenta a relação feminismo e arquitetura, mostrando a possibilidade de investigar como teóricas da atualidade enfrentam o assunto de gênero na área, sob a perspectiva de inserção do tema dentro da educação. Por intermédio da produção de história de arquitetas, ou seja, através da contribuição de um grupo "marginal" da sociedade, entende-se como a história possui diversos pontos de vista e, portanto, diversas maneiras de serem repassadas. Logo, é abordada a construção da história da arquitetura tradicional e a atual urgência sobre uma perspectiva de pesquisa crítica e feminista da história, ensinada a jovens arquitetas e arquitetos a partir da visão de WAISSMAN (1990), LIMA (2014) e BASTOS; ZEIN (2010).

Comprovada a influência e responsabilidade da literatura especializada como meio de comunicação para profissionais, a revista, por sua periodicidade, mostra-se a forma que mais abrange pessoas envolvidas com arquitetura. Tendo como cenário contextual a década de 1980, a investigação documental no periódico *Projeto* se justifica pelo nascimento e desenvolvimento da crítica arquitetônica nacional como reflexo a um período de surgimento de diversos ideários originários da década anterior e, especialmente, uma resposta à redemocratização da mais longa ditadura da América Latina.

Priorizando o contexto de inserção e as variáveis a ele inerentes, o objetivo é essencialmente identificar o corpo editorial da revista e a seleção de projetos de mulheres arquitetas. Como base referencial inicial, foram utilizados os trabalhos analíticos e críticos sobre projetos de autoria feminina produzidos na matéria de História da Arquitetura IV, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNESP – Bauru, ministrada em 2018 pela Professora Doutora Kelly Magalhães. A temática mostra mais uma vez sua importância a partir do momento em que a disciplina teve essa tônica por demanda dos alunos.

A visibilidade da revista por profissionais, somada à trabalhos produzidos durante o estudo da disciplina, permite o questionamento sobre a atuação de mulheres, tanto produzindo o conteúdo da revista quanto sendo selecionadas por seus projetos. Por meio da análise geral e análise de discurso, é possível observar resultados quantitativos e qualitativos sobre as publicações, bem como apresentar análise crítica sobre o modo como mulheres foram representadas através desse meio de comunicação específico.

Como consequência, os casos analisados formam um acervo de informações sobre arquiteta e sua produção, nunca desvinculando o contexto das criações. Através do estudo de dezesseis revistas, e fichamentos, o quadro profissional de arquitetas como Odiléia Toscano, Marília Sant'anna de

Almeida e Cátia Avellar são revelados, mostrando que ser mulher e, portanto, carregar o olhar marginal, influencia no conhecimento técnico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fenômeno de transformação, a arquitetura como um elemento essencialmente cultural, pode ser definido como um tipo de materialização das ideias advindas do trabalho dos indivíduos de uma sociedade civil. Por sua vez, qualquer produto cultural surge a partir de uma ideologia pré-estabelecida, sendo ideologia aqui definida a partir do pensamento marxista, ou seja, um processo pelo qual as ideias da classe dominante se desvincula da práxis - representada pelo trabalhador e/ou classe dominada - e se torna a ideia de todas as classes, uma ideia dominante (CHAUÍ,1980). Diferentemente de ideário - definido pelo "conjunto sistemático encadeado de ideias" (CHAUÍ, 1980, p.07) - a ideologia é compulsoriamente interiorizada por cada indivíduo da sociedade através da massificação de uma cultura universal produzida por "homens, brancos, heteronormativos, colonizadores" e tem relação intrínseca com o poder político, econômico e o censo coletivo de grupo (MUXÍ; MONTANER, 2014).

Por sua vez, a política é a forma pela qual a sociedade civil se organiza e estabelece "critérios da justiça e do bom governo" e, assim, propõe condições em que o homem possa "atingir a felicidade (o bem-estar) na sociedade, em sua existência coletiva" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.152). De natureza normativa e regida pela ideologia dominante, a política possui relação de espaço/tempo com a arquitetura, inspirando-a e instigando-a. Essa relação da realidade histórico-social e a materialização de ideias - representada pela arquitetura como um produto cultural - permite afirmar que existe uma dialética entre os planos, concluindo que não há arquitetura que não seja política e não há arquitetura sem que haja reflexão (mesmo que não percebida) sobre seu contexto histórico.

No entanto, há certa deturpação e invisibilidade dessa conexão na sociedade pós-colonialista em que muitos países, incluindo o Brasil, se enquadram. O modelo civilizatório, onde o ideal é ditado pelo grupo social, econômico e politicamente dominante e onde as diferenças são homogeneizadas por uma cultura universal, tende a suprimir e controlar a representatividade e ideários daqueles que são historicamente oprimidos pela raça, classe e/ou gênero. De acordo com Lélia Gonzales (RIBEIRO, 2019), a linguagem é o principal mecanismo de manutenção de poder:

Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal é o branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento. GONZALES (2019, p. 25, apud RIBEIRO, 2019, n.p)

Sabe-se que "mulher" é definido como o "ser individual", representa a experiência exclusiva de uma pessoa do sexo feminino. As mulheres, como mostram dados do IBGE (2018), tem menores rendimentos salariais, são menos representadas politicamente e, em cargos gerenciais, são em menor quantidade (IBGE, 2018, p.1). Logo, infere-se que a "mulher", em sua pluralidade e através de diferentes formas de opressão, é um ser marginal, rejeitada pela sociedade "padrão". O grupo, compreendido por homens brancos que, além de universalizarem e generalizarem experiências

individuais, invisibilizam grupos marginais através da história, contando-a através do "privilégio epistemológico" que lhe é concedido intrinsicamente.

Margareth Rago (1985) compreende a universalização no século XIX quando, através das ações higienistas, "convivemos com o desejo de eliminar diferenças" (RAGO, 1985, p.). Particularmente sobre gênero, Rago (1985) descreve o modelo de família nuclear, centralizada na mulher e simbolizada pela mãe-sacrifício/esposa perfeita, como resultado de uma construção social que dura anos e implica até hoje na desvalorização profissional, política, intelectual e moral da mulher. Segundo RIBEIRO (2019, n.p), "A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando poder." Portanto, entender mais precisamente como vem sendo construída a imagem da mulher como agente de resistência em lutas sociais e políticas e, como o movimento feminista transforma historicamente a relação de gênero, significa desvendar a história pouco contada sobre um grupo marginal emergente.

Atualmente, pode-se afirmar que a mulher arquiteta representa maior parcela no mercado de trabalho. Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU, 2015), apenas dois estados brasileiros (Amapá e Acre) possuem a quantidade de arquitetos maior que a quantidade de arquitetas. Logo, no Brasil, mais da metade dos profissionais de arquitetura em atividade, mais precisamente 61%, são mulheres e esse número só tende ao crescimento pois, jovens mulheres, de até 30 anos, representam a maior parcela de arquitetos e urbanistas da atualidade.

Circunstância essa previsível dentro das universidades, onde as mulheres já são a maioria. Tomo aqui como exemplo a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" no campus de Bauru onde o curso de Arquitetura e Urbanismo é oferecido desde 1984. Dados dos Anuários Estatísticos (2018 e 2004) somados às informações de documentos de Expedição de Registro de Diploma, informações essas oferecidas pela Seção Técnica de Graduação da UNESP, elucidam o panorama geral sobre o gênero das pessoas já formadas: apenas as duas primeiras turmas da faculdade exibiu predominância quantitativa de homens, apresentando de 60% a 70% da turma. Da turma de 1986 até 2017, a quantidade de mulheres formadas ultrapassa de homens, representando sempre mais de 50% de cada turma.

Surge então uma problemática que se desdobra sobre o papel da prática projetual na construção do conhecimento acadêmico. Sendo o maior percentual de pessoas que cursam arquitetura pertencem ao grupo de mulheres e, tanto elas como seus colegas arquitetos, não possuem conhecimento da realidade da mulher arquiteta, a formação dos profissionais é incompleta. MUXÍ; MONTANER (2014) abordam o descompasso entre realidade e aprendizado da seguinte forma: "Crise da profissão é consequência do desajuste entre a cultura e a formação do arquiteto" (MUXÍ; MONTANER, 2014, p.38). A formação do profissional é relacionada intimamente à cultura em que se encontra e consequentemente à ideologia a ela dependente.

O caminho percorrido pelo movimento feminista no Brasil é extenso e, ainda hoje, apesar de muitas conquistas, encontra dificuldades materializadas em atitudes como violência doméstica crescente, desigualdade salarial e baixa representatividade de mulheres em ambientes políticos, econômicos, em cargos de direção. Persiste, portanto, a internalização de uma ideologia de gênero construída pelo discurso do dominador para o dominado. O lugar de fala se faz necessário pois discussões sobre diferentes tipos de opressão devem ser fomentadas com consciência que a pirâmide social tem em seu topo o homem branco heterossexual, colonizador que, por ter o poder de fala, tende a generalizá-lo. A representatividade, portanto, ostenta em si uma possibilidade inicial de mudança idearia, consequentemente cultural, sobre a situação de gênero na sociedade civil, trazendo para discussões indivíduos que representam um grupo historicamente marginal:

> "Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva." (RIBEIRO, 2019, n.p.)

Uma vez que a "história comum" expõe a postura do dominante quanto aos fatos, a mulher como elemento dominado consequentemente é diminuída, suprimida ou excluída pela narrativa da realidade ideológica. Desta forma, é possível alimentar uma cultura de diminuição de mulheres não só no mundo real como também no mundo das ideias. E assim ocorre na historiografia de arquitetura:

> a total, ou quase total ausência das mulheres como representantes dignas e legítimas do fazer arquitetônico ao longo da história leva a uma evidente deformação da ideia do campo profissional o que, em alguma medida, acaba por contribuir para a perpetuação da disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito ao reconhecimento do direito de protagonizar legitimamente a produção profissional em seus diversos estágios. (LIMA, 2004, p. 112)

A partir do pressuposto que a base referencial das arquitetas e arquitetos é constituída na universidade através de inúmeras propostas de leitura, forma-se uma responsabilidade sobre a leitura indicada para o aluno e por qual contexto a história está sendo contada/escrita. A metodologia de LIMA (2004), em suma caracterizada pela presença de "modelos linguísticos masculinos" e "mecanismos de dominação simbólica" em textos acadêmicos, aplicada em clássicos da arquitetura como FRAMPTON (1997); ARGAN (1984); MONTANER (1993) e BENÉVOLO (2006), permite identificar que, aparentemente neutros, se mostram carregados de distinção de gênero, excluindo ou secundarizando a mulher. Em resumo, ARGAN (1984) e BENÉVOLO (2006) são muito parecidos no modo de repassar a história e reforçam "modelos linguísticos masculinos" através, principalmente, pela descrição do homem como "herói", "mestre" ou adjetivos que proponha grandeza, "cuja jornada de superação de obstáculos o leva à transcendência" (LIMA, 2004, p. 118). Assim, com ARGAN (1984) e BENÉVOLO (2006), FRAMPTON (1997) utilizou muito do "masculino genérico" onde a palavra "homem" que, na língua portuguesa, pode significar "espécie humana", interfere na identificação da mulher em alguma situação. Entretanto, tal problemática é ambígua pois pode também ser um problema de tradução do inglês para o português. Além disso,

No entanto, FRAMPTON (1997) e MONTANER (1993) se assemelharam pela abertura à pesquisa crítica advinda de figuras marginais da história, sendo esses os historiadores estudados mais abertos ao teor mutável da história arquitetônica. O propósito, portanto, não é contestar a originalidade ou maestria dos autores e sim identificar que o modo como a história é ensinada não considera a ideologia como fator de supressão de minorias. A leitura crítica-feminista da arquitetura anuncia uma metodologia fundamentada na leitura feita a partir do "lugar de fala" que, inevitavelmente, fortalece a manifestação de estudos de minorias.

A ascensão da mulher no campo projetual da arquitetura é praticamente simultânea ao surgimento da crítica propriamente latino-americana. Desde 1970, a arquitetura sofria grandes mudanças estruturais devido ao questionamento sobre o movimento moderno, indagando a desvalorização da história e a necessidade de criação de um novo "mundo". Na mesma década, o italiano Leonardo Benévolo, arquiteto e historiador de arquitetura, lança História da Arquitetura Moderna. O período foi marcado pelo medo político e militar em meio a guerras não armadas, assim como foi o período inicial para estabelecer diversos ideários que emergiram na década anterior. Segundo

o autor, o movimento moderno, já muito decadente e temendo a perda de seguidores, incentiva o ressurgimento de concursos, exposições e publicações como métodos oficiais de comunicação com o público (BENÉVOLO, 2006).

Na década seguinte, absorvida essa ideia modernista sobre meios de comunicação, simultânea à maturidade da crítica global em "condição pós-moderna", a crítica tem maior relevância no cenário brasileiro e, é na revista especializada que encontra um espaço democrático de expressão. Segundo BASTOS e ZEIN (2010), a noção de "modernidade reflexiva", proporcionou "debates férteis que seguem alimentando as questões arquitetônicas do começo do século XXI" (BASTOS; ZEIN, 2010, p.289). A partir dessa conceitualização é possível identificar o olhar marginal das autoras que afirmam a continuidade da história, considerando a uma construção lenta e ininterrupta, descartando o pensamento maniqueísta de "fim da modernidade" e "começo da pós-modernidade".

No Brasil, Anita Regina Di Marco, Ceça Guimaraes, Ruth Verde Zein e Cecília Rodrigues dos Santos exploram o campo midiático como forma de representação. Se destaca do grupo Ruth Verde Zein que, assim como Waisman na Argentina, fomenta, desde metade da década de 1970 até hoje, o debate crítico em periódicos, com a simples finalidade de "perceber tendências, levantar questões, examinar certeza, fermentar dúvidas, agitar e impedir a autocomplacência e a acomodação" (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 292). Na revista, diferentemente do campo acadêmico que prioriza a neutralidade – mesmo que não há o que não seja político e, portanto, carregado de ideologias - a pesquisa carregada de ideários é aceita. E é, primeiramente na revista que, teoricamente, a relação de feminismo e arquitetura podem ser amplamente refletidas e discutidas.

Assim, criada em 1972 como um boletim informativo do IAB-SP, com o nome de *O Arquiteto*, a revista *Projeto* tem sua história totalmente atrelada à construção da crítica arquitetônica no Brasil. As primeiras edições, independentes, foram estruturadas pelo jornalista Vicente Wissenbach a partir de 1977, caracterizadas segundo CARMONA (2015) como:

> "[...] muito enxutas, e em geral bimestrais, sem espaço ainda para a crítica de arquitetura, apenas apresentando projetos e pequenos textos de análise, além de propaganda e escritos técnicos." (CARMONA, 2015, p. 27)

A partir de 1979, pode-se dizer que a revista tem maior espaço para discussões críticas sobre a arquitetura brasileira, principalmente depois do X Congresso de Arquitetura que ocorreu em Brasília com o tema A Arquitetura Brasileira após Brasília. Segundo MARQUES (1999), o título do congresso, pela primeira vez sugere discussão da arquitetura em si, ainda mais sobre Brasília, "inquestionada até então" (MARQUES, 1999, p.92).

Depois das revistas Habitat, Módulo (1950) e Acrópole (1960) seguirem para uma "linha editorial de tendência", a revista Projeto juntamente à revista AU (desde 1985) marcaram o ressurgimento de publicações regulares, agora em linha editorial crítica (SEGAWA; CREMA; GAVA, 2005). A proposta de abertura do meio arquitetônico para crítica foi proporcionada e intensificada pelo quadro mundial de restabelecimento de rupturas anteriores, crescimento populacional acelerado e início de resoluções da sociedade depois de momentos turbulentos de autoritarismo e guerras de ordem política, militar, tecnológica e principalmente ideológica. No Brasil, o processo de redemocratização foi determinante pois houve a abertura e estímulo à pesquisa através dos "primeiros cursos de pós-graduação no país [...]" e "o crescimento das editoras com espaços para publicações específicas na área de arquitetura" (CARMONA, 2005, p.12).

> [...] nos anos 80 começou a surgir pelo menos o embrião de uma atitude geral e de uma imprensa mais críticas. Eu citaria a revista Projeto, por um lado não

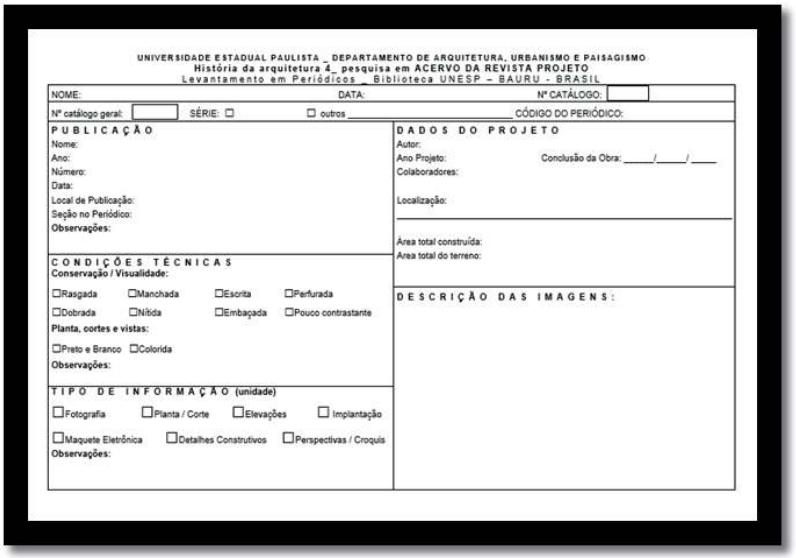
> muito crítica na apresentação dos projetos, mas por outro bastante aberta a diferentes correntes, apresentando também textos teóricos, na seção Ensaio & Pesquisa. Ensaios, aliás, que começaram tímidos, citando principalmente autores estrangeiros, para depois evoluir e se aprofundar criticamente. (VÁRIOS AUTORES. Debate crise anos 80. PROJETO, ed. 129, 1990, p. 155., apud. CARMONA, 2015, p. 24)

Portanto, durante a década de 1980, a *Revista Projeto* consolida no Brasil uma forma de conhecimento crítico responsável pela veiculação periódica de ideias que influenciaram a prática profissional do período. A aproximação à revista argentina Summa, concomitantemente ao trabalho de Ruth Verde Zein e Hugo Segawa - primeiros arquitetos jornalistas colaboradores da revista - foram de notável importância para "uma nova crítica brasileira", baseada na premissa inicial de Wissenbach sobre ser "porta-voz de todos os arquitetos" (PROJETO, ed. 42, 1982, p. 41).

METODOLOGIA

Dado panorama crítico do Brasil na década supracitada, entende-se a importância da revista Projeto como referencial crítico da arquitetura. Assim, se mostra como grande fonte para uma pesquisa crítica sobre a representatividade de mulheres arquitetas, dada sua abordagem e objetivo como periódico na década de 1980. Relacionado à esse panorama, a matéria História da Arquitetura IV, ministrada pela Professora Kelly Cristina Magalhães, aplicada em 2018 na Universidade Estadual Paulista (UNESP), teve como mote principal a experimentação de ensino de história da arquitetura que, através da perspectiva de gênero atrelada à pesquisa em revista, propôs a pesquisa crítica da arquitetura em desenvolvimento nos períodos de 1980 e 1990. Em suma, a matéria produziu 16 levantamentos contendo, cada um, uma ficha catalográfica (Figura 1), cópia do trecho da revista que se refere à mulher e um texto/prancha analítica sobre projetos de mulheres publicados na revista Projeto.

Figura 1 - Ficha Catalográfica História da Arquitetura IV, frente e verso.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA _ DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO
História da arquitetura 4_ pesquisa em ACERVO DA REVISTA PROJETO
Levantamento em Periódicos _ Biblioteca UNESP – BAURU - BRASIL

NOME: DATA: Nº CATÁLOGO:

Nº catálogo geral: SÉRIE: ☐ ☐ outros _____ CÓDIGO DO PERIÓDICO:

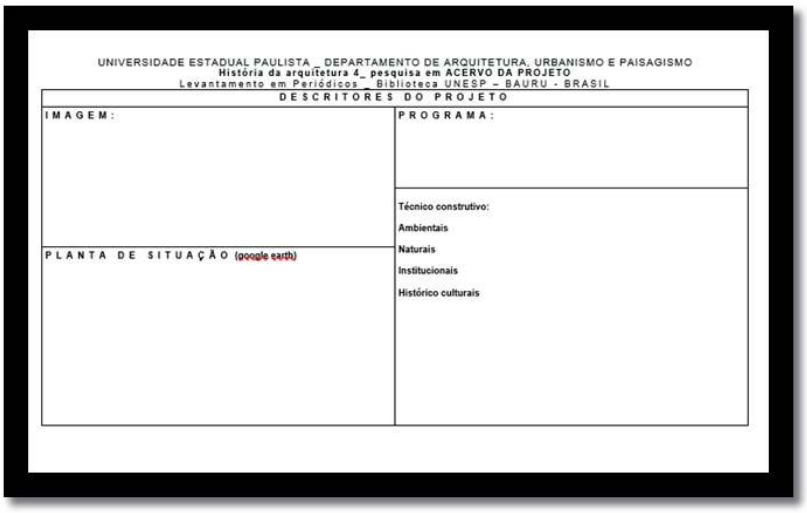
PUBLICAÇÃO
Nome:
Ano:
Número:
Data:
Local de Publicação:
Seção no Periódico:
Observações:

CONDIÇÕES TÉCNICAS
Conservação / Visualidade:
☐Rasgada ☐Manchada ☐Escrita ☐Perfurada
☐Dobrada ☐Nítida ☐Embaçada ☐Pouco contrastante
Planta, cortes e vistas:
☐Preto e Branco ☐Colorida
Observações:

TIPO DE INFORMAÇÃO (unidade)
☐Fotografia ☐Planta / Corte ☐Elevações ☐Implantação
☐Maquete Eletrônica ☐Detalhes Construtivos ☐Perspectivas / Croquis
Observações:

DADOS DO PROJETO
Autor:
Ano Projeto: Conclusão da Obra: ____/____/____
Colaboradores:
Localização:
Área total construída:
Área total do terreno:

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS:



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA _ DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO
História da arquitetura 4_ pesquisa em ACERVO DA PROJETO
Levantamento em Periódicos _ Biblioteca UNESP – BAURU - BRASIL

DESCRITORES DO PROJETO

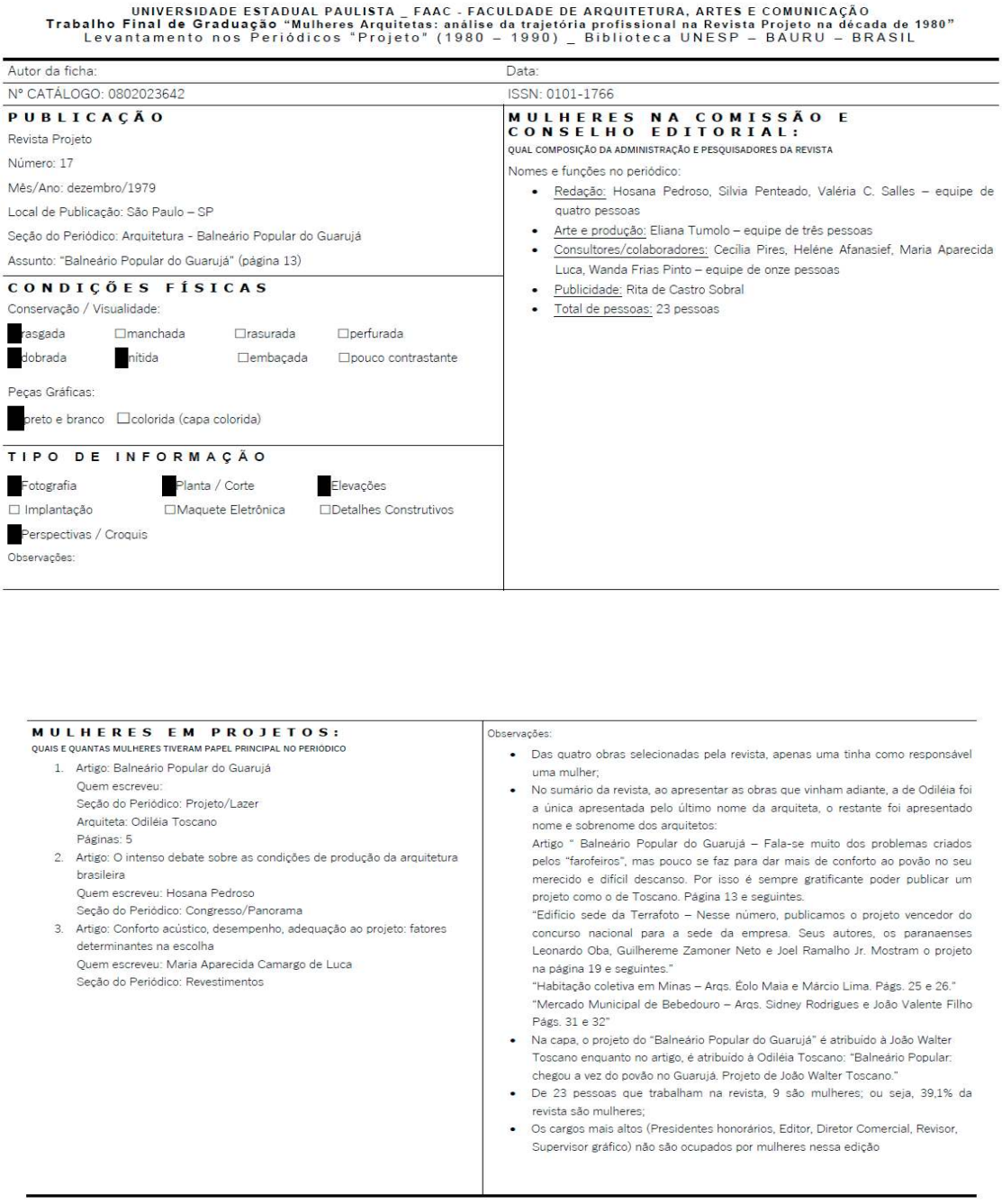
IMAGEM:	PROGRAMA:
	Técnico construtivo: Ambientais Naturais Institucionais Histórico culturais
PLANTA DE SITUAÇÃO (google earth)	

Fonte: Professora Doutora Kelly C. Magalhães.

A partir do acervo da revista *Projeto*, disponível em exemplares físicos na Biblioteca UNESP, Campus Bauru, referente ao período tratado, as fichas produzidas pela matéria de História da Arquitetura VI foram alteradas para que alcançassem dois objetivos principais: quantificar as mulheres que eram apresentadas na revista, tanto na comissão e conselho editorial como aquelas autoras de projetos, além de qualificar o modo de abordagem do periódico, do mesmo modo que foram analisados livros/manuais de arquitetura. A ficha foi elaborada para dar suporte à pesquisa, concentrando as informações em apenas uma fonte.

Dessa maneira, os dados foram fragmentados em duas partes. Compondo a primeira etapa estão as duas primeiras páginas (Figura 2), com objetivo principal de, primeiramente, nomear o periódico através do seu número de publicação, data de publicação, seção do periódico que vai se tratar, condições físicas gerais, quais os tipos de informações gráficas que contém, qual a composição feminina da administração e pesquisadoras da revista, com nomes e funções. Logo após reconhecimento da comissão e conselho editorial, o objetivo é identificar quais e quantas mulheres tiveram papel de protagonismo na revista, ou seja, apontar qual o produto daquela mulher para esse meio midiático e quantas páginas da revista foi ocupada por ela. Ao final desse primeiro fragmento, encontrou-se uma necessidade de fazer observações, que seriam peculiaridades até então encontradas da unidade da revista, além de análises prévias já constatadas.

Figura 2 - Primeira parte da Ficha Catalográfica. Projeto nº17.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA _ FAAC - FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
Trabalho Final de Graduação "Mulheres Arquitetas: análise da trajetória profissional na Revista Projeto na década de 1980"
Levantamento nos Periódicos "Projeto" (1980 – 1990) _ Biblioteca UNESP – BAURU – BRASIL

Autor da ficha:

Data:

Nº CATÁLOGO: 0802023642

ISSN: 0101-1766

PUBLICAÇÃO

Revista Projeto

Número: 17

Mês/Ano: dezembro/1979

Local de Publicação: São Paulo – SP

Seção do Periódico: Arquitetura - Balneário Popular do Guarujá

Assunto: "Balneário Popular do Guarujá" (página 13)

CONDIÇÕES FÍSICAS

Conservação / Visualidade:

■rasgada ☐manchada ☐rasurada ☐perfurada

■dobrada ■nítida ☐embaçada ☐pouco contrastante

Peças Gráficas:

■preto e branco ☐colorida (capa colorida)

TIPO DE INFORMAÇÃO

■Fotografia ■Planta / Corte ■Elevações

☐ Implantação ☐Maquete Eletrônica ☐Detalhes Construtivos

■Perspectivas / Croquis

Observações:

MULHERES NA COMISSÃO E CONSELHO EDITORIAL:

QUAL COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E PESQUISADORES DA REVISTA

Nomes e funções no periódico:

- Redação: Hosana Pedroso, Silvia Penteado, Valéria C. Salles – equipe de quatro pessoas
- Arte e produção: Eliana Tumolo – equipe de três pessoas
- Consultores/colaboradores: Cecília Pires, Heléne Afanasief, Maria Aparecida Luca, Wanda Frias Pinto – equipe de onze pessoas
- Publicidade: Rita de Castro Sobral
- Total de pessoas: 23 pessoas

MULHERES EM PROJETOS:

QUAIS E QUANTAS MULHERES TIVERAM PAPEL PRINCIPAL NO PERIÓDICO

1. Artigo: Balneário Popular do Guarujá
   Quem escreveu:
   Seção do Periódico: Projeto/Lazer
   Arquiteta: Odiléia Toscano
   Páginas: 5
2. Artigo: O intenso debate sobre as condições de produção da arquitetura brasileira
   Quem escreveu: Hosana Pedroso
   Seção do Periódico: Congresso/Panorama
3. Artigo: Conforto acústico, desempenho, adequação ao projeto: fatores determinantes na escolha
   Quem escreveu: Maria Aparecida Camargo de Luca
   Seção do Periódico: Revestimentos

Observações:

- Das quatro obras selecionadas pela revista, apenas uma tinha como responsável uma mulher;
- No sumário da revista, ao apresentar as obras que vinham adiante, a de Odiléia foi a única apresentada pelo último nome da arquiteta, o restante foi apresentado nome e sobrenome dos arquitetos:
  Artigo " Balneário Popular do Guarujá – Fala-se muito dos problemas criados pelos "farofeiros", mas pouco se faz para dar mais de conforto ao povão no seu merecido e difícil descanso. Por isso é sempre gratificante poder publicar um projeto como o de Toscano. Página 13 e seguintes.
  "Edifício sede da Terrafoto – Nesse número, publicamos o projeto vencedor do concurso nacional para a sede da empresa. Seus autores, os paranaenses Leonardo Oba, Guilhereme Zamoner Neto e Joel Ramalho Jr. Mostram o projeto na página 19 e seguintes."
  "Habitação coletiva em Minas – Arqs. Éolo Maia e Márcio Lima. Págs. 25 e 26."
  "Mercado Municipal de Bebedouro – Arqs. Sidney Rodrigues e João Valente Filho Págs. 31 e 32"
- Na capa, o projeto do "Balneário Popular do Guarujá" é atribuído à João Walter Toscano enquanto no artigo, é atribuído à Odiléia Toscano: "Balneário Popular: chegou a vez do povão no Guarujá. Projeto de João Walter Toscano."
- De 23 pessoas que trabalham na revista, 9 são mulheres; ou seja, 39,1% da revista são mulheres;
- Os cargos mais altos (Presidentes honorários, Editor, Diretor Comercial, Revisor, Supervisor gráfico) não são ocupados por mulheres nessa edição

Fonte: Autora.

O segundo fragmento (Figura 3), composto pelas duas últimas páginas, tem o intuito de evidenciar uma das contribuições projetuais selecionadas pela revista e protagonizadas por mulheres, valorizando seu trabalho. Esta etapa demonstra a prática projetual de arquitetas, conhecendo a formação acadêmica, sua área de atuação e o contexto em que se encontra, além dos dados técnicos de projeto como programa, colaboradores, localização, se espaços públicos ou privados e qual tipo

de espaço, quais peças gráficas encontradas no periódico e as melhores imagens que representam o projeto. Esse ensaio permite ampliar as referências dentro do meio acadêmico, possibilitando a reflexão sobre projetos de arquitetura até então pouco aprofundados e cria um acervo com informações ainda pouco coletadas.

Figura 3 - Segunda parte da Ficha Catalográfica. Projeto nº17.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA _ FAAC - FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
Trabalho Final de Graduação "Mulheres Arquitetas: análise da trajetória profissional na Revista Projeto na década de 1980"
Levantamento nos Periódicos "Projeto" (1980 – 1990) _ Biblioteca UNESP – BAURU – BRASIL

PROJETO

A ARQUITETA

IDENTIFICAR A ATUAÇÃO DA ARQUITETA NA ÁREA ACADÊMICA E MERCADO DE TRABALHO

Nome: Odiléa Helena Setti Toscano

Período de Formação Acadêmica: 1953 – 1958 (USP)

Local: São Paulo

Escritório: -

Especialização/área: arquiteta, professora e artista plástica

observações: graduação atrelada às discussões sobre a arquitetura moderna; mulher de João Walter Toscano, também arquiteto, com quem passa a desenvolver projetos conjuntos.

CONTEXTO:

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO DE CONCEPÇÃO DA OBRA

O final da década de 70, década de 80 e começo de 90 representaram para a história, em geral, momento de restabelecimento de rupturas anteriores, crescimento populacional acelerado e início de resoluções da sociedade depois de momentos turbulentos de autoritarismo e guerras de ordem política, militar, tecnológica e principalmente ideológica. O Brasil encontrava-se em um processo de redemocratização depois de um longo período em uma ditadura, democracia essa consolidada através da constituição em 1988. Na arquitetura, o começo do século representou a separação oficial entre as práticas de arquitetos e engenheiros, além da intensa divulgação e consolidação da arquitetura moderna como um discurso social e estético.

DADOS DO PROJETO

Projeto: Balneário Popular do Guarujá

Autor: Odiléa Toscano

Colaboradores: João Walter Toscano, Massayoshi Kamimura

Ano projeto: 1977 Ano execução: (não construída)

Localização: Guarujá – SP (entorno da praia do Perequê)

PROGRAMA:

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DA CONSTRUÇÃO: DESCRIÇÃO DA TÉCNICA CONSTRUTIVA, FATORES AMBIENTAIS DO LOCAL, RELAÇÃO COM O EXTERIOR, FATORES HISTÓRICO – CULTURAIS OBSERVADOS.

Programa: vestiários e sanitários, administração e serviços, parque infantil com berçário, salão de uso múltiplo, estacionamento, atividades de lazer e recreativas; Técnico construtivo: "Evitar seccionamentos visuais e de funcionamento de área. Considerar os problemas de trânsito como de fundamental importância" (p. 14); Ambientais: "Os espaços passivos, destinados à parques, jardins para descanso, passeio, dispersos entre árvores, arbustos, água etc." (p. 14); Naturais: "(...) situada junto à praia do Perequê, se refere ao limite definido pelo contorno da curva de nível (cota 5) e abrange o setor da planície costeira disponível para a urbanização, fazendo parte de um grande anfiteatro onde o Rio Perequê, juntamente com os maciços mais elevados dos morros, tem grande importância na organização da paisagem." (p. 13); Institucionais: "Os equipamentos de recreação e instalações serão considerados como parte fundamental para a vida turística desse canto." (p. 14); Histórico culturais: "A evolução recente da estrutura de turismo na Estância do Guarujá revela desde logo o surgimento de um novo tipo de turismo, estruturalmente diverso do turismo de veraneio: o turismo de massas" (p. 13)

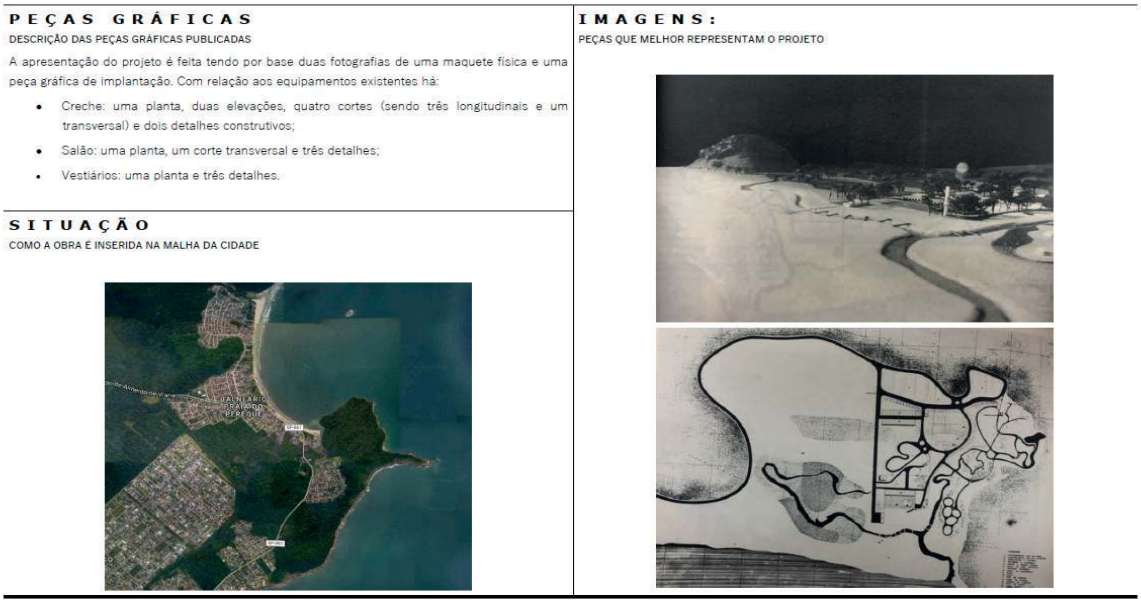
CONSTRUÇÃO

Área total construída: 200.000,00 m² Área total do terreno: 540.000,00 m²

Tipo:

☐Residencial ☐Comercial ■Institucional ☐Interiores ☐Reforma ☐Paisagismo

■Privado ☐Público ☐Semiprivado



Fonte: Autora.

Portanto, com base na análise de referenciais bibliográficos e a partir do levantamento de dados projetuais e de discurso, procura-se visibilizar o modo como a produção de mulheres é apresentada em documentos históricos periódicos. Consequentemente, os resultados permitem a construção de argumentos que ajudam a ampliar o reconhecimento do estudo de gênero associado à prática projetual, embasando assim diretrizes para viabilizar o estudo de gênero como categoria essencial de análise acadêmica do projeto de arquitetura. O trabalho identifica, analisa e evidencia a produção de mulheres, no período pós Segunda Guerra Mundial, questionando a falta de representatividade dessas no ensino de arquitetura até hoje, mesmo que essas sejam em maior quantidade em salas de aula e mercado de trabalho. Logo, comprova-se a importância de um pensamento crítico sobre o estudo de gênero dentro da universidade.

A pesquisa evidencia, como base metodológica, a abordagem dialética, já que os fatos não podem ser revelados por completo fora de seu contexto e realidade histórico-social, abrangendo política e economia. Simultaneamente, enquadra-se como pesquisa exploratória de natureza aplicada pois, ao mesmo tempo que enfatiza novo enfoque ao assunto de gênero em sala de aula universitária tendo o periódico informativo como objeto de estudo, busca gerar conhecimentos necessários para a aplicação prática da resolução do problema específico de escassez de representatividade no ensino da disciplina de arquitetura.

RESULTADOS

No artigo Diversidade não é igual à pluralidade, de Kischinhevsky e Chagas (2017), a premissa defendida é que os conceitos do título – diversidade e pluralidade – são basilares para um jornalismo

democrático. Quantificar a presença de mulheres em determinado espaço de produção textual periódica significa saber, portanto, se a base de produção desse meio de comunicação possui pessoas de diferentes sexos que, consequentemente, possuem diferentes experiências individuais:

> É necessário, em suma, garantir tanto a pluralidade de fontes, com uma representatividade dos atores sociais, quanto a diversidade, com a incorporação de outras vozes além daquelas identificadas com o poder público e os grupos políticos e econômicos mais organizados para assegurar acesso contínuo aos meios de comunicação. (KISCHINHEVSKY; CHAGAS, 2017)

Para tanto, primeiramente foram analisadas a comissão e conselho editorial, setores que operam a revista. De acordo com os 16 casos analisados, a quantidade de mulheres que trabalhavam para fazer a revista não passou de 41% do total de pessoas que faziam parte da produção. A maior distribuição de mulheres na revista pode ser encontrada no ano de 1990 (PROJETO, v. 133 e PROJETO, v. 134), quando 40,3% dessa área era composta pelo sexo feminino. Ou seja, a representatividade na produção da revista Projeto, não chegava a ser ao menos igualitária na década de 1980, sendo a predominância masculina uma constante. No começo na década, ad disparidade ainda era maior - a quantidade de homens que compunham a produção da revista chegou a 75% do total.

Reveladas comissão e conselho editorial, a análise é feita quando a referência projetual que o periódico escolhe exibir. A partir da quantidade total de projetos expostos pela revista, foram quantificados e classificados os projetos pela maneira de participação das mulheres em cada um: se exclusivamente feitos por uma mulher ou homem, se em equipes lideradas por uma mulher, se em equipe com a mulher em papel secundário ou se não identificado, quando não há atribuição do projeto à pessoas mas sim à um escritório com nome que, não necessariamente é atribuído a um homem. Apenas as classificações "exclusivamente mulheres" e "equipe lideradas por mulheres" foram contabilizadas como autoria feminina, visto o protagonismo dessas no projeto.

Assim, das revistas analisadas, apenas uma (PROJETO, v. 118, 1989) tem mais da metade das autorias dos projetos atribuídos às mulheres, chegando à 62,5%, o máximo alcançado pela revista no período. Essa edição, de janeiro de 1989, considerada como exceção à regra da visibilidade feminina na revista em geral, tem como mote principal o desconstrutivismo e, de oito projetos, cinco tinham protagonismo feminino, destacando-se a obra de Lina Bo Bardi, arquiteta já consagrada e que faz parte do star system brasileiro. Das revistas analisadas, essa é a primeira em que uma mulher foi responsável por um cargo gerencial de revisora, Maria Luiza Simões.

Em contrapartida, as outras quinze revistas analisadas indicam o oposto, já que a média de projetos de autorias de mulheres ficou em 24,3% do total. Os melhores indicativos acontecem no ano de 1988 e 1989, com 62,5% (PROJETO, v. 118, 1989), 42,9% (PROJETO, v. 112, 1988) e 35,3% (PROJETO, v. 110, 1988). Os piores se encontram nos anos de 1987, com 9,1% (PROJETO, v. 100, 1987) da comissão e conselho composto por mulheres, seguido dos anos de 89 e 90, com 10% (PROJETO, v. 128, 1989 e PROJETO, v. 134, 1990) e 11,1% (PROJETO, v. 133, 1990) do todo.

Diante da análise quantitativa, é possível também aplicar uma análise de abordagem da revista para com as arquitetas selecionadas e apresentadas. Apesar dos discursos sobre projetos serem, em sua maioria, muito descritivos e pouco críticos, podemos fazer algumas observações e apontamentos. As capas das revistas, por exemplo, além de ter a função de apresentar o conteúdo que vai seguir, empenham papel de atrair o leitor do periódico.

A capa da *Revista Projeto* nº17 representa uma constante de obscurecimento das atividades de arquitetas. Primeiramente, o projeto do "Balneário Popular do Guarujá" é atribuído, na capa, à João Walter Toscano ("Balneário Popular: chegou a vez do povão no Guarujá. Projeto de João Walter Toscano." (PROJETO, v. 17, 1979), divergindo assim como o projeto é apresentado no artigo, atribuído à arquiteta Odiléia Toscano, mulher do arquiteto João Toscano. Ainda, no sumário, ao apresentar as obras que vinham adiante, a da arquiteta foi a única apresentada pelo último nome, os demais arquitetos foram apresentados pelo nome e sobrenome, da seguinte maneira:

> "Artigo "Balneário Popular do Guarujá – Fala-se muito dos problemas criados pelos "farofeiros", mas pouco se faz para dar mais de conforto ao povão no seu merecido e difícil descanso. Por isso é sempre gratificante poder publicar um projeto como o de Toscano. Página 13 e seguintes.
>
> "Edifício sede da Terrafoto – Nesse número, publicamos o projeto vencedor do concurso nacional para a sede da empresa. Seus autores, os paranaenses Leonardo Oba, Guilhereme Zamoner Neto e Joel Ramalho Jr. Mostram o projeto na página 19 e seguintes."
>
> "Habitação coletiva em Minas – Arqs. Éolo Maia e Márcio Lima. Págs. 25 e 26."
>
> "Mercado Municipal de Bebedouro – Arqs. Sidney Rodrigues e João Valente Filho Págs. 31 e 32" (PROJETO, v. 17, 1979)

É possível constatar que, Odiléia Helena Setti Toscano, arquiteta, professora e artista plástica paulista, graduada em 1958 pela Universidade de São Paulo (GOLDCHMIT, 2008), assim como a brasileira Carmen Portinho e a africana Denise Scott Brown, foi "eclipsada" por seu cônjuge. Devido à essa maneira de construção histórica, a participação efetiva de mulheres em projetos arquitetônicos é "submetida à uma operação de "eclipse"" (LIMA, 2004, p. 135).

Nas edições subsequentes, a "operação de "eclipse"" da mulher pelo homem também pode ser identificada, porém de outra maneira. As arquitetas Marília Sant'anna de Almeida (PROJETO, v. 24, 1980), Thêmis da Cruz Fagundes e Maria Alice Silva Torres (PROJETO, v. 39, 1982) foram referenciadas pelo substantivo masculino "arquiteto" e, utilizar o masculino indistintamente, dá margem a esse fenômeno de marginalização da figura feminina. No entanto, empregar o masculino genérico dessa maneira se mostra como um problema etimológico que não atinge exclusivamente o discurso de homens, sendo algo presente também na fala de mulheres:

> "Ao arquiteto cabe a responsabilidade da natureza essencial do projeto, o desenho arquitetônico e urbanos e seus caráter determinante na composição de um habitat humano." (PROJETO, v. 39, 1982, grifo da autora)
>
> "O lugar do homem numa paisagem idílica na praia." (PROJETO, v. 114, 1988, grifo da autora)

Apenas uma das edições estudadas possui o nome de uma mulher na capa (PROJETO, v. 133, 1990), Lina Bo Bardi, arquiteta do star system brasileiro que, ainda assim, divide a página inicial com Rem Koolhas. Nessa edição, percebe-se que a seção Carta do Editor que, por via de regra tem característica de manifesto do editor/editores sobre um assunto específico a ser abordado no periódico, tem sua premissa alterada. Com o título "A poética de uma arquiteta maior", faz-se entender que o responsável iria escrever sobre a arquiteta Lina Bo Bardi, chamada principal da capa

da revista. E assim se faz, iniciando-se o texto com "Esta edição é uma homenagem a um dos mais importantes arquitetos brasileiros: Lina Bo Bardi.". No entanto, depois de um parágrafo falando sobre a arquiteta, como se não tivesse mais a falar, alterou a configuração da carta para um resumo sobre os assuntos que a revista trataria, se alongando mais sobre o tema de concursos de arquitetura.

O objetivo inicial de Wissenbach sobre a revista Projeto ser "porta-voz de todos os arquitetos" (PROJETO, ed. 42, 1982, p. 41, grifo da autora) é alcançado, porém como substantivo masculino. De fato, abranger a diversidade e pluralidade dos produtos culturais – no caso, arquitetônicos – de uma sociedade é uma tarefa difícil. Em um período de ascensão da crítica arquitetônica brasileira, a representatividade feminina em um veículo de informações críticas, é baixíssima. Contudo, a presença de mulheres arquitetas no periódico, comprova a atuação desse grupo marginal. Identificar tais indivíduos representa a fase inicial para atribuir importância à sua produção arquitetônica e, além disso, refletir sobre a realização desse grupo.

Desse modo, a pesquisa em revista abordando perspectiva feminista através da análise contextual e de discurso, representa uma possibilidade de reconstrução da história a partir de uma visão contemporânea. Esse tipo de diretriz viabiliza o estudo de gênero como categoria de análise acadêmica arquitetônica e propicia meio adequado para que a história seja passada através de um olhar marginal e crítico sobre a realidade de figuras que constroem massivamente a profissão. Através do estudo de dezesseis revistas, e fichamento de informações, as arquitetas Odiléia Toscano, Marília Sant'anna de Almeida, Thêmis da Cruz Fagundes, Maria Alice Silva Torres, Deisi Lopes de Oliveira, Kátia Araújo, Miriam Escobar, Cátia Avellar, Maria Cristina Bittar B. da Costa, Lina Bo Bardi, Beatriz Dorfmann Levy, Marisa Soibelman, Anne Marie Sumner e Ione Mota Marroquim foram colocadas protagonistas da própria produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de gênero no ensino de arquitetura deve ser abordada nos cursos com o objetivo de discutir, com alunas e alunos, a realidade de falta de representatividade, admitindo o conhecimento sobre a história de marginalizados como modo de solucionar esse grande descompasso entre a base de estudos e o campo profissional. A partir do estudo de gênero, é possível constatar que o crescimento gradual da visibilidade de arquitetas não se configura como um fato isolado de sorte ou evolução espontânea, e sim como consequência da luta feminista, não só do campo arquitetônico.

Desse modo, defendo a gradual mudança epistemológica através de desconstruções linguísticas advindas principalmente de professoras e professores e, consequentemente, integradas por alunas e alunos. Rever a aplicação do masculino indistinto, assim como referenciar mulheres antes de homens, são formas fundamentais e primárias, no meio acadêmico, de compreender gênero como uma construção social que demanda mudança. Destacar diferentes abordagens sobre fatos históricos podem também estimular a crítica ao assunto, resultando na reeducação sobre o significado de ideologia para grupos sociais antes ignorados.

No campo arquitetônico, a revista especializada é um importante instrumento de conhecimento sobre a profissão, visto sua periodicidade de conteúdo específico e grande liberdade crítica. O material resultado da pesquisa em periódicos possibilita identificação e valorização do projeto arquitetônico de diferentes arquitetas. Essa compilação de nomes de mulheres arquitetas latino-americanas revela a inevitável influência dessas na profissão, academicamente ou em capo prático, como contemporâneas a momentos importantes da arquitetura de ponderação sobre o movimento

moderno, redemocratização no Brasil e estabelecimento de uma cultura de crítica em diversos campos teóricos.

Abordar a perspectiva de gênero na revista representa uma possibilidade de diretriz que viabiliza o estudo de gênero como categoria de análise acadêmica, propiciando meio adequado para que a história seja passada através de um olhar marginal sobre essas figuras em relação à profissão. Devido ao fato de a mulher ser marginalizada pela sociedade e se diferenciar historicamente e culturalmente do homem, é viável caracterizar sua produção arquitetônica diferente daquela produzida pelo grupo protegido pela ideologia vigente. Tal fator desdobra na possibilidade de estudos de outros grupos marginalizados, assim como desvela a urgência de identificar as mulheres negras na arquitetura e como essas vem conciliando seus conhecimentos técnicos a partir de seu "lugar de fala".

A contextualização como uma forma de conhecer as experiências individuais do outro e, portanto, se adentrar no seu ponto de vista, se faz essencial para o conhecimento do movimento feminista. Politizar-se e informar-se é fundamental e o primeiro passo para que a ideologia não se sobreponha a diferentes pensamentos e culturas que uma sociedade pode expressar. A arquitetura, como produto cultural intrínseco aos seres sociais, deve ser estudada de acordo com seu contexto histórico e, vincular às circunstâncias de grupos marginalizados preenche lacunas até então pouco exploradas.

REFERÊNCIAS

AAA. Alternativas. In: MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014. p. 13-78. Tradução de Frederico Bonaldo.

ARGAN, Giulio Carlos. **Walter Gropius e a Bauhaus.** Lisboa: Editorial Presença, 1984. 143 p. Tradução de: Emilio Campos Lima.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160 p. Tradução de Maria Helena Kühner.

CARMONA, Jaime Soares. **Crítica de arquitetura no Brasil: 1985-2010.** 2015. 168 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20O%20que%20%C3%A9%20ideologia%20-%20M.%20Chau%C3%AD.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasil). Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil. 2017. Disponível em: < https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (Brasil). Sistema de Inteligência Geográfica. 2017. Disponível em: < https://igeo.caubr.gov.br/publico/>. Acesso em: 25 maio 2019.

CREMA, Adriana; SEGAWA, Hugo; GAVA, Maristela. **Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas.** Arquitextos , São Paulo, ano 05, n. 057.10, Vitruvius, fev. 2005 http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/506

FRAMPTON, Kenneth. Introdução. In: FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. IX-XII.

FRAMPTON, Kenneth. Parte 3 - Avaliação Crítica e extensão até o presente: 1925-91. In: FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Parte 3. p. 301-417.

FRAMPTON, Kenneth. Prefácio à terceira edição. In: FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. VII-VIII.

GOLDCHMIT, Sara Miriram. **Odiléia Setti Toscano:** do desenho ao design. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design e Arquitetura, Prof. Dr. Silvio Dworecki, São Paulo, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; CHAGAS, Luãn. **Diversidade não é igual à pluralidade:** Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo. Galáxia (São Paulo), [s.l.], n. 36, p.111-124, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554233396.

LEONARDO BENÉVOLO. **História da arquitetura moderna.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

LIMA, Ana Gabriela Godinho et al. **Arquitetas e arquitetura a América Latina no século XX.** São Paulo: Altamira Edição, 2014. Disponível em: <<https://femininoeplural.files.wordpress.com/2014/03/arquitetasalxx_final.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Revendo a história da arquitetura:** uma perspectiva feminista. 2004. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada:** Ensaios sobre arquitetura contemporânea. Trad. Alicia Penna. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 17, dez. 1979. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 24, out./nov. 1980. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 39, abr. 1982. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 95, jan. 1987. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 98, abr. 1987. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 100, jun. 1987. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 110, mai. 1988. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 112, jul. 1988. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 114, set. 1988. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 117, dez. 1988. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 118, jan./fev. 1989. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 122, jun. 1989. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 128, dez. 1989. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 133, set. 1990. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 134, jun. 1990. Mensal. ISSN 0101-1766

PROJETO: Arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., v. 137, dez. 1990 / jan. 1991. Mensal. ISSN 0101-1766

RAGO, Margareth. A Colonização da Mulher. In: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Cap. 2. p. 61-95.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 96 p.

SÔNIA MARQUES (São Paulo). Arquitetura brasileira: uma Pós-Modernidade mais do que contraditória. **Rua Revista**, Campinas, v. 5, n. 1, p.82-95, 1999. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3138>. Acesso em: 29 ago. 2019.

WAISMAN, Marina. La mujer en la arquitectura. **Revista de La Universidad Nacional de Córdoba**, Ciudad Universitaria, v. 1 e 2, n. , p.379-393, mar./jun. 1969. Bimestral. Disponível em: <https://undiaunaarquitecta.files.wordpress.com/2015/05/marina-waisman-la-mujer-en-la-arquitectura_031.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

ZEIN, Ruth Verde. **YES, NÓS TEMOS CRÍTICA!** 2008. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-yes-nos-temos-critica-01-05-2002>. Acesso em: 18 set. 2019.